

ANA MARIA DOIMO

MOVIMENTO SOCIAL URBANO, IGREJA E
PARTICIPAÇÃO POPULAR

Tese apresentada como exigência para a obtenção do grau de Mestre em Antropologia Social à Comissão Julgadora da Universidade Estadual de Campinas, sob a orientação do Prof. Carlos Rodrigues Brandão.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

1983

UNICAMP II
BIBLIOTECA CENTRAL

*Dedico este trabalho aos militantes
dos Movimentos Populares*

e

*Aos meus filhos Pablo e Tiago que
sentiram e acompanharam de perto a
trajetória da minha "pesquisa par-
ticipante".*

AGRADECIMENTOS

Ao jornalista Jô Amado que, com a sua convicção nos Movimentos Populares, me deu a força inicial necessária para a concretização de um objetivo há muito cultivado: ajudar na organização popular.

A minha ex-aluna Alda Cátia Lyrio - atualmente aluna do Programa de Mestrado em Comunicação Social da USP - pela dedicação com que desempenhou o trabalho de entrevistar os participantes do Movimento de Transporte Coletivo.

Ao fotógrafo Gildo Loyola - chefe do laboratório fotográfico do jornal A Gazeta - pela disposição e despojamento com que se prontificou em reproduzir as fotografias pertinentes a este trabalho.

Ao Departamento de Ciências Sociais da UFES, pelo afastamento que me foi concedido dos encargos docentes durante seis meses e à Sub-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação pelo financiamento dos custos finais para a apresentação desta dissertação.

Também devo gratidão à Dona Virgínia, à Genita e à Gilda. Foram elas que, em diversos momentos, assumiram o desgastante trabalho doméstico da minha casa, me liberando para a pesquisa de campo e a militância.

Finalmente, quero agradecer ao meu amigo e professor Carlos Rodrigues Brandão por ter prontamente me acolhido como sua orientanda, mesmo tendo em conta que o meu trabalho já se encontrava em fase de redação.

Suas idéias ponderadas e, sobretudo, sua peculiar simplicidade, foram decisivas para a conclusão desta dissertação.

ÍNDICE

	Página
INTRODUÇÃO -----	1
1 Objetivos -----	1
2 O Interesse pelo Tema -----	1
3 A "Pesquisa do Participante" -----	3
4 Introdução ao Tema -----	7
NOTAS -----	10

CAPÍTULOS

I MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS - Uma questão Controvertida-	11
1 A Controvérsia -----	11
1.1 Movimento Popular -----	11
1.2 A Triangulação Sindicato/Fábrica/Bairro -----	13
1.3 No Movimento Popular, o Movimento Social Urbano -	15
2 Movimentos Urbanos na Conjuntura -----	21 ^u
2.1 O Papel da Igreja -----	23
3 A Questão da Participação -----	25
NOTAS -----	29
II URBANIZAÇÃO E MOVIMENTOS POPULARES NA GRANDE VITÓRIA -	34
1 Aspectos da Urbanização da Grande Vitória -----	34
1.1 Trabalhadores Expulsos do Campo Rumo à Conquista das Chaminés -----	35
1.2 Aumento Populacional da Grande Vitória -----	38
1.3 A Participação do Estado -----	39

	Página
1.4 Vila Velha - Uma Cidade Dormitório -----	41
2 Movimentos Populares na Grande Vitória no Final da Década de 70 -----	44
NOTAS -----	50
III O MOVIMENTO DE TRANSPORTE COLETIVO DE VILA VELHA -----	52
1 O Início -----	52
1.1 A Pesquisa -----	53
2 A Ascensão do Movimento -----	56
2.1 O Abaixo-Assinado -----	56
2.2 A Grande Assembléia -----	57
2.3 O Contato com o Poder Público -----	64
3 O Arrefecimento -----	66
3.1 O Distanciamento das Bases -----	66
3.2 A Quebra do Monopólio Interno - A Conquista do Mo- vimento -----	68
3.3 A Reação da Empresa -----	70
4 A Desmobilização e a Desarticulação do MTC -----	71
5 O Processo de Avaliação -----	73
IV A DINÂMICA INTERNA DO MTC -----	78
1 As Bases -----	79
2 A Identidade Fundada na Fé -----	82
3 A Relação das Lideranças com as Bases -----	93
4 A Relação do MTC com Outros Movimentos de Bairro -	97
5 Novas Táticas - O Descenso do MTC -----	102
6 A Relação do MTC com Outros Movimentos e Manifesta- ções Populares -----	109

	Página
ANÁLISE CONCLUSIVA -----	111
1 Virtualidade Político-Transformadora do MTC enquanto um Movimento Social Urbano -----	111
2 As Relações do MTC com a Igreja -----	120
3 Elementos que Deram Identidade aos Participantes do MTC -----	128
NOTAS -----	137
BIBLIOGRAFIA -----	141
ANEXOS -----	146
APÊNDICE -----	176

INTRODUÇÃO

1 OBJETIVOS

O objetivo geral desta dissertação é fazer o registro de um movimento social urbano, — o Movimento de Transporte Coletivo de Vila Velha¹ (MTC) — ocorrido entre abril de 1978 a novembro de 1979. Trata-se de um estudo de caso que busca explicar a sua dinâmica interna, em seu contexto de ocorrência. Neste sentido, o trabalho considera o processo de industrialização-urbanização da Grande Vitória e os movimentos populares do final da década de 70, especialmente aqueles de que são parte setores da Igreja católica.

Os objetivos específicos referem-se a: 1) consideração do MTC como um Movimento Social Urbano (MSU); 2) reflexão sobre as relações da Igreja com o MTC; 3) indicação dos elementos que conferiram identidade e coesão aos participantes do MTC.

2 O INTERESSE PELO TEMA

O meu interesse pelos movimentos populares, particularmente os de bairro, derivou basicamente de duas situações: A primeira refere-se à opção pessoal tomada de estabelecer vínculos diretos com a organização popular que se efetivou, inicialmente, através do constante trabalho as-

sumido no MTC e, em parte, através da tentativa de ajudar a criar, no município de Vila Velha, um jornal de bairros. A segunda, relativa ao compromisso acadêmico, propriamente dito, surgiu quando da minha participação, a convite de José Álvaro Moisés, no grupo Movimentos Sociais Urbanos por época do 1º Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação, realizado na USP no início de 1979. As discussões ali travadas me abriram algumas pistas de investigação, assim como perspectivas de minimizar a solidão teórica encontrada em Vitória.

Devo esclarecer que a realidade da Grande Vitória e do Estado do Espírito Santo me era totalmente desconhecida até agosto de 1977, época em que terminei a maioria dos créditos do programa de mestrado em Antropologia Social na UNICAMP e parti para a docência na Universidade Federal do Espírito Santo. Isso, se de um lado representou um esforço para a minha interação numa situação nada familiar, de outro lado significou uma condição favorável no tocante à pesquisa com movimentos populares, pois me deixou mais à vontade no trato com grupos e tendências de comportamento político pré-existentes no local.

A escolha do município de Vila Velha para local de trabalho/pesquisa não aconteceu por acaso. Na época, eu havia feito um projeto de pesquisa sobre o cotidiano dos trabalhadores da construção civil nos seus locais de moradia e na participação do sindicato e o início da pesquisa indicou que a grande maioria das principais lideranças moravam em Vila Velha. Por outro lado, uma pesquisa preliminar realizada no Instituto Jones dos Santos Neves — órgão

de planejamento do Estado — sobre o contexto de industrialização/urbanização da Grande Vitória, caracterizou Vila Velha como um município altamente carente de bens, serviços e equipamentos urbanos, e portanto propício à emergência de movimentos urbanos. E, finalmente, porque já era visível a existência de organização nos bairros indo de encontro ao interesse de se criar o jornal de bairros.

3 A 'PESQUISA DO PARTICIPANTE'

Comecei a participar do MTC em agosto de 1978, quando ofereci o meu trabalho para ajudar na elaboração do boletim do movimento. Em fevereiro de 1979 mudei-me para um dos bairros de Vila Velha para ganhar maior mobilidade de participação e passei a auxiliar na organização de um dos setores do município. Ao MTC me mantive ativamente integrada até a sua total desarticulação, em novembro de 79, logo antes da reforma partidária.

As expectativas e os preconceitos em relação aos intelectuais eram bem acentuados entre os condutores do movimento e a minha "aceitação" relativa entre eles foi gradativa, num crescente reconhecimento dos meus préstimos enquanto pessoa que cumpria passo a passo os compromissos assumidos, e não enquanto intelectual/pesquisadora. Aliás, devo esclarecer que a minha participação no MTC não teve como condição prévia a pesquisa, pois como já disse, ela estava, neste período, centrada no cotidiano dos trabalhadores da construção civil. A idéia de transformar a experiência no MTC em tese de mestrado surgiu posteriormente, o

que sugere associar minha coleta de dados como uma modalidade de Pesquisa Participante. Neste caso talvez fosse até melhor denominar de "pesquisa do participante", que foi justamente o que ocorreu, dado que não havia uma intenção previamente articulada de pesquisa em torno da situação.

O que entendo por pesquisa participante é justamente aquilo que resulta da inserção orgânica e participativa do intelectual/pesquisador na história concreta das classes populares, no sentido de registrá-la sob o ponto de vista do dominado. Isto implica numa postura que evoca outras paixões e ambições além do diletantismo acadêmico. O alerta feito por Gramsci, que inclusive já se tornou conhecido ultimamente, expressa claramente que o intelectual não pode saber sem compreender e sem estar apaixonado pelo objeto do saber. "Sem sentir as paixões elementares do povo e relacioná-las dialeticamente às leis da história, diz Gramsci, as relações do intelectual com o povo-nação são, ou se reduzem a relações puramente burocráticas e formais" (Gramsci, 1978, p. 139).

Numa prática que busca romper o enclausuramento e a aura elitista dos intelectuais, tem-se verificado nos últimos anos, através da pesquisa participante, um significativo aumento de conhecimentos produzidos do lado do dominado. Um conhecimento vivo, "onde afinal pesquisadores e pesquisados são sujeitos de um mesmo trabalho comum, ainda que com situações e tarefas diferentes" (Brandão, 1981, p.11).

A teorização sobre a pesquisa participante é um pouco controversa, havendo aqueles que só a justificam mediante a plena participação da comunidade na definição do

"problema de pesquisa", na coleta dos dados, sistematização e análise dos mesmos². Essa modalidade de pesquisa participante é marcada por duas características: a) rompimento da dicotomia sujeito/objeto no processo de conhecimento; b) utilização, voluntária ou não, das etapas da pesquisa como táticas mobilizadoras e conscientizadoras.

Há outro tipo de pesquisa participante onde a pesquisa não é condição "sine qua non" para o desencadeamento de processos organizativos. É o caso do intelectual que, imbuído de intencionalidade política, participa organicamente da organização popular enquanto pessoa e, ao mesmo tempo, durante o seu engajamento, reúne dados e informações que poderão dar margem a trabalhos elaborados por ele próprio e que tenham retorno, de alguma forma, ao grupo ou à comunidade³.

A pesquisa participante é muito dinâmica e pode se dar em diferentes condições. No entanto, em qualquer das modalidades, acredito que haja três princípios básicos: 1) o pesquisador deve estar imbuído de uma intencionalidade política; 2) guardar certa distância crítica face à realidade e à ação do grupo; 3) definir as questões da pesquisa a partir da prática organizativa das classes populares.

Embora não desenvolva o conceito de pesquisa participante, Gilberto Velho oferece pistas muito importantes para uma pesquisa de natureza antropológica desse teor. Diz ele que o antropólogo tem que ter a habilidade de "por-se no lugar do outro" a fim de se conseguir um mergulho em profundidade na localidade pesquisada, onde "há alianças im-

plicitas ou explícitas, cruzando fronteiras das classes sociais, apoiadas em códigos e em uma ordem moral de que participam n segmentos de uma sociedade" (Velho, 1981, p. 85). O antropólogo participante deve dar conta de registrar a riqueza do cotidiano sem cair no conto da "visão mais correta". Para isso é necessário, como salientou Gilberto Velho, manter uma postura de estranhamento diante do que se passa em volta e diante de si mesmo. Não se trata, absolutamente, de cair no engodo da postura da neutralidade no processo de conhecimento, mas sim de, reconhecendo-se a necessidade do envolvimento político, precaver-se para não perder a apreensão da diversidade de interesses, universos simbólicos, interpretações em jogo, etc. Nesse sentido, entendo que a postura do antropólogo na pesquisa participante deve separar pela "tensão permanente entre o risco de identificação total com o grupo e a necessidade de uma tomada de distância que permita o olhar crítico" (*L'Observation Militante*, s/d, p. 3).

O período de pesquisa participante para efeito deste trabalho foi de aproximadamente um ano e meio. Meses após a total desarticulação do MTC, foram realizadas 33 entrevistas abertas entre lideranças de bairro e agentes de pastoral, abrangendo vinte bairros. As entrevistas foram feitas sem o uso de gravador, por uma pessoa treinada que não havia participado do movimento, possibilitando, assim, uma reconstituição avaliativa mais fluente, tecida pelos próprios participantes.

Pesquisas com movimentos sociais de natureza política que dependem do contato direto com os seus protagonistas sempre apresentam algumas limitações relacionadas

à desconfiança e/ou ao medo. No caso do MTC, que mantinha estreitos vínculos com o chamado "pessoal da igreja", o temor procedia da tensão resultante de uma exacerbada vigilância às "bases" e aos contornos do movimento. Entretanto, isso não chegou a se constituir num entrave à minha participação, dada a natureza da minha postura: eficiente ao nível do encaminhamento e execução de tarefas e discreta no plano opinativo. O clima de boa convivência se expressou claramente mais tarde, por época das entrevistas, quando a resistência dos entrevistados em dar respostas ia até o momento em que a pesquisadora revelava estar fazendo um trabalho para mim.

4 INTRODUÇÃO AO TEMA

Estudos sobre a temática dos Movimentos Sociais Urbanos não são tarefas das mais simples — principalmente para antropólogos — pois esbarram na exígua bibliografia teórica a respeito e no controvertido debate sobre a sua virtualidade política transformadora. Dificuldades ainda maiores surgem quando se trata de estudar casos concretos pois o contexto conjuntural e estrutural onde ocorrem, assim como a dinâmica interna dos mesmos colocam em evidência elementos históricos e específicos que influem nos seus rumos e contornos. O primeiro capítulo desta dissertação reflete algumas destas dificuldades à medida que contém os subsídios teóricos, alinhados para auxiliarem na posterior reflexão e análise sobre a virtualidade política do MTC enquanto Movimento Social Urbano; as relações do MTC

com a Igreja; os elementos que conferiram identidade aos participantes.

Ao adotar como pressuposto metodológico básico a consideração do MTC como parte de um processo historicamente determinado, exponho, no segundo capítulo o contexto de industrialização/urbanização da Grande Vitória, assim como uma rápida caracterização dos movimentos populares do local ocorridos no final da década de 70. No entanto, se essa postura metodológica nos abre para uma visão histórica e portanto da totalidade, não esgota, em si, as possibilidades de explicação de situações particularizadas. É justamente neste ponto, onde cada vez mais ganham terreno e importância as pesquisas em torno de situações do cotidiano — que até há bem pouco tempo se viu subsumido na amplitude dos conceitos sociológicos (Classes Sociais, proletariado, Estado, Ideologia, etc) — no que reside a contribuição fundamental do trabalho antropológico em geral e do meu em particular. Assim, no terceiro capítulo faço uma espécie de etnografia do MTC, ou seja, uma descrição detalhada e linear dos acontecimentos ocorridos entre abril de 1978 a novembro de 1979 e no quarto capítulo é onde revelo a dinâmica interna do MTC, ou seja, as características das "bases" e os elementos que lhes conferiram identidade e coesão; as relações das lideranças com as bases; a relação do MTC com outros movimentos sociais, etc.

No quinto e último capítulo desenvolvo a análise conclusiva onde procuro relacionar os dados e as informações apontadas, à luz dos pressupostos metodológicos adotados e do controverso debate teórico que marca os es-

tudos sobre os MSUs.

NOTAS

- 1 - Vila Velha é um município contíguo a Vitória — capital do Espírito Santo — que, juntamente com os municípios da Serra, Caciácia e Viana, formam a chamada Grande Vitória.
- 2 - Nessa perspectiva, Francisco Grossi define pesquisa participante como "um modo de pesquisa social mediante o qual se busca a plena participação da comunidade na análise de sua própria realidade com o objetivo de promover a transformação social para o benefício dos participantes da pesquisa. Estes são os oprimidos, marginalizados e explorados. Esta atividade é, portanto, uma atividade educativa de pesquisa e ação social" (Grossi, 1981). Dentro disso, Guy Le Boterf em seu artigo "La Investigación participativa como proceso de Educación Crítica Lineamentos Metodológicos", entende que há três momentos no processo de investigação: diagnóstico, análise crítica e ação. São "três momentos de um processo permanente de estudo, de reflexão e de transformação da realidade, que se nutrem mutuamente". (Boterf, 1981, p. 10).
- 3 - No que toca a esse tipo de postura de pesquisa participante, convém observar que "quanto mais próximo o pesquisador se sentir da vivência cotidiana do grupo, será mais fácil para ele o processo de inserção, de coleta de dados, da identidade dos problemas-chave e, também, seu diálogo com a comunidade" (L'Observation Militante, p. 2).

CAPÍTULO I

MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS - Uma questão controversa

1 A CONTROVÉRSIA

1.1 Movimento Popular

O movimento do Transporte Coletivo, ocorrido em Vila Velha — objeto de reflexão neste trabalho — foi um dentre os inúmeros Movimentos Populares ocorridos no cenário das lutas sociais do Brasil no final da década de 70.

O que seria o movimento popular?

Luiz E. Wanderley diz que eles têm origem nas contradições sociais que afetam as classes populares em seu conjunto e resultam em movimentos sociais específicos, dependendo da forma como cada parcela destas classes sofre o peso das contradições. Fazem parte do movimento popular: o movimento operário, os movimentos urbanos, o movimento de mulheres, de negros, de índios, etc. É importante assinalar que "neste conjunto, o movimento operário tem uma função hegemônica, cuja atuação e liderança contudo depende de condições concretas a serem conquistadas e que não são dadas a priori"² (Wanderley, 1980, p. 27).

No final da década de 70 o movimento popular tomou grande impulso. Os trabalhadores da Ford entraram em greve geral durante uma semana; dez mil pararam na Volks;

quase 70 mil operários entraram em greve no ABC paulista. A oposição metalúrgica em S. Paulo se movimentava para as eleições do sindicato, que se encontrava² há dez anos nas mãos de Joaquim Andrade; os bancários de todo o país se reuniram em congresso e decidiram fazer um abaixo-assinado denunciando a falsificação dos índices para os reajustes salariais de 73/74. Em Contagem - MG - os metalúrgicos fizeram assembléias para lutar pela reposição salarial. Em Vitória do ES motoristas e trocadores de ônibus paralisaram as atividades e os trabalhadores da construção civil entraram em greve durante mais de 10 dias. Significativo, também, o facto de que a palavra de ordem "pela autonomia e liberdade sindical", aos poucos, tomava corpo.

Mas não era no meio especificamente operário que cresciam os movimentos de resistência ao arrocho salarial e às péssimas condições de vida. Inúmeros jornais de bairros³ circulavam expressando o vigor de novas formas de organização das classes populares. Neles eram registrados movimentos reivindicatórios de vários tipos, localizados e organizados nos locais de moradia da classe trabalhadora: associações de moradores, comissões de ruas, assembléias nos bairros, mutirões, invasões de terrenos. Essas eram as formas mais comuns de organização encontradas que, através de faixas, cartazes, passeatas, abaixo-assinados, audiências com autoridades, expressavam vários tipos de reivindicações: limpeza e canalização de valas, transporte coletivo, iluminação pública, construção de escolas, regularização de terrenos, água, esgoto, segurança, creches, postos médicos, etc. Como se observa, são reivindicações baseadas nos pro-

blemas imediatos que afetam a vida no dia-a-dia, das populações de periferia, mas nem por isso deixaram de ter sua importância política, pois, se de um lado ajudaram a forçar e a acelerar o processo de abertura política, por outro lado criaram suas próprias condições de articulação a nível nacional ganhando dimensões de um verdadeiro movimento social.⁴

1.2 A Triangulação Sindicato/Fábrica/Bairro

Em fevereiro de 1980 reuniram-se em João Monlevade, a convite do Sindicato dos Metalúrgicos, alguns dirigentes sindicais e representantes de outros movimentos populares de vários Estados brasileiros, com a finalidade não só de se fazer uma análise da conjuntura e da atuação política, mas também de definir alguns princípios norteadores da ação sindical, dentre os quais se delineava a necessidade de "incentivar a articulação entre as lutas do movimento sindical e as lutas do movimento popular (bairro, terra, etc) na cidade e no campo" (Doc. de Monlevade, p. 3). Um ano mais tarde, novo encontro foi realizado dentro do mesmo espírito: construir um espaço sem ser confundido com uma organização ou partido, nem uma corrente ou tendência do movimento sindical e popular, no qual os movimentos pudessem se encontrar, trocar experiências e acertar pontos comuns de lutas, sem prejuízo de sua autonomia e especificidade. Neste encontro, ocorrido em Taboão da Serra -SP-, que contou com a participação de cinquenta representantes de movimentos populares de quase todos os Estados da federa-

ção — do campo e da cidade, de fábricas e de bairros — foi reforçada a necessidade de interligação de movimento sindical e operário com outras organizações populares. Foram as seguintes as conclusões alcançadas neste sentido:

- "a) Dentro do princípio de que o movimento sindical não deve isolar-se dos outros movimentos populares, mas considerar-se parte deles, existe a necessidade urgente de rompermos com preconceitos, tanto do movimento sindical como dos demais movimentos populares, difundidos pela ideologia dominante e que nada contribuem para a efetivação dessa interligação;
- b) Exercitar a solidariedade na cooperação mútua com os sindicatos, imprimindo e divulgando o material e a prática das organizações populares. Utilizar a imprensa sindical para divulgar as lutas que estão sendo travadas nos bairros, ao mesmo tempo em que, nos seus órgãos de divulgação as organizações populares façam chegar até os bairros as lutas sindicais do momento, permitindo, dessa forma, que os trabalhadores que moram no bairro com as suas famílias participem das lutas das categorias;
- c) As bandeiras dos movimentos populares que visam a melhoria das condições de vida da população (saúde, habitação, educação, transporte, etc) também devem ser apoiadas pelos sin-

dicatos.

- d) ... Em resumo, que os sindicatos e os outros movimentos populares discutam permanentemente entre si todas as bandeiras comuns e formas de solidariedade" (Doc. de São Bernardo, p. 4-5).

Como se observa, a busca de articulação entre o movimento operário e sindical com os demais movimentos populares — já enunciada como Triangulação Sindicato/Fábrica/Bairro — não se resume a uma questão meramente conceitual e acadêmica, mas é parte integrante do movimento concreto e histórico da luta de classes.

1.3 No Movimento Popular, o Movimento Social Urbano

Os Movimentos urbanos, como parte do Movimento Popular (MP), particularmente no que toca a sua virtualidade política transformadora, são, ainda, alvo de análises controvertidas e importantes de serem assinaladas. Antes, porém, convém indicarmos a natureza de tais movimentos. "Trata-se de movimentos que emergem da sociedade civil, de composição heterogênea, cujos conteúdos básicos situam-se na esfera do consumo. Suas práticas desenvolvem-se, fundamentalmente, ao nível de reivindicações ao poder público, por melhores condições de vida no meio urbano. São movimentos típicos do processo urbano industrial" (Cohn, 1982, p.12)⁵.

O ponto nevrálgico das controvérsias foi claramente levantado por Antônio Ivo de Carvalho em seu proje-

to de pesquisa intitulado "Movimento de Bairro e Política". Diz ele que o caráter policlassista desses movimentos e o fato de se desenvolverem à margem da produção, têm sido elementos usados para sustentar a tese de que esses movimentos são reformistas, ou seja, de que são incapazes de ultrapassar o imediato das reivindicações urbanas. Essa tese estaria fundamentada na seguinte ordem de questões: 1) as contradições urbanas são de caráter conjuntural e, portanto solúveis nos marcos do sistema capitalista; 2) os movimentos não teriam força suficiente para, em circunstâncias mais favoráveis em termos da melhoria urbana, resistir à absorção política pela classe dominante, na figura de um Estado "neutro e regulador" (Carvalho, 1978, p. 3).

Essa tese é confirmada por Carlos Nelson Ferreira dos Santos a partir do estudo de caso de três movimentos urbanos ocorridos no Rio de Janeiro na primeira metade da década de 70 — Brás de Pina, Morro Azul, Catumbi. Segundo ele, os MSUs só podem resultar em uma reintegração, e chega mesmo a ser enfático ao afirmar que depositar nos MSUs "muitas esperanças de mudança social equivale a acreditar em milagres" (Santos, 1982, p. 240). Em seu exercício teórico de análise, o autor rechaçou a utilização de conceitos amplos (Estado, Capitalismo monopolista, conjuntura, etc), objetivando imprimir ao seu trabalho um caráter antropológico que "iluminasse certas áreas mal definidas nas abordagens sociológicas e políticas mais correntes" (idem, p.20). Baseando-se no modelo construído por Turner — o drama social — ele conclui que a categoria morador é muito fluida, indefinida e imprecisa, para, em oposição ao Es-

tado, desencadear um processo de "transformação estrutural do sistema urbano" tal como acredita Castells.⁶ O Estado por sua vez, finaliza o autor, "não existe enquanto ser impessoal que se confronta com o morador também impessoal... As relações são personificadas e marcadas por 'hierarquização e múltiplas classificações' que ultrapassam a simples determinação econômica dos padrões de vida" (Idem, p. 202). E assim, Santos descatacteriza a concepção de que esses dois polos — morador e Estado — encontram-se realmente em oposição na ação reivindicativa e organizativa de modo a influir substancialmente no poder do Estado. E ainda, reforçando o pressuposto de que os conflitos resultantes das contradições urbanas são solúveis nos marcos do sistema capitalista, o autor, estabelecendo um paralelo entre "classes" e "moradores", argumenta que "classe é um conceito ligado à produção cujas fronteiras, apesar de se apresentarem às vezes nebulosas, podem, pelo menos, ser balizadas... No caso dos moradores, também podem existir situações equalizadoras, só que são momentâneas. As relações são conjunturais e não estruturais" (Idem, p. 204).

Maria da Glória Cohn e Luiz E. Wanderley não encaram os MSUs dessa maneira. Ambos defendem que esses movimentos, surgidos a partir de problemas locais e específicos, ao se desenvolverem expandindo suas reivindicações para níveis mais amplos, tendem a formar uma consciência da situação e das necessidades comuns dos grupos envolvidos, podendo se politizar, para o que dependem de fatores internos e externos dos movimentos⁷. Os fatores internos referem-se ao comportamento das lideranças, a sua relação com as

bases e aquilo que se coloca no interior do próprio movimento em termos de perspectivas de superação — ou não — da estrutura de dominação de classes. Os fatores externos referem-se à conjuntura político-social vigente.

A manifestação dos MSUs não data de longo tempo e as pesquisas e análises desse tipo de fenômeno datam de menor tempo ainda⁸. No Brasil, sintomaticamente, esses estudos começaram a surgir no final da década de 70⁹. Sintomaticamente porque, em primeiro lugar, foi justamente neste período que os MSUs marcaram presença pela quantidade e pela qualidade; e em segundo lugar porque rompeu-se o preconceito acadêmico de que esses movimentos teriam um caráter meramente reformista, clientelista, chegando, quando muito, a efeitos modernizadores da sociedade à medida que cumpririam tão somente o papel de orientar o Estado na melhor distribuição dos serviços e equipamentos urbanos. Dentro desta perspectiva, o Estado se portaria como um organismo acima das classes, aliviador das tensões, regulador dos conflitos e, portanto, obscurecedor das contradições.

O interesse despertado pelo estudo desses movimentos no Brasil foi estimulado — e tem tido sempre como referencial teórico — por alguns autores estrangeiros, pioneiros em pesquisas na área. Jordi Borja, talvez o pioneiríssimo,¹⁰ postula a emergência dos MSUs na existência das contradições urbanas a partir da análise das contradições do capitalismo-sociedade dividida em classes antagônicas. Entretanto, depois de construir uma tipologia dos MSUs na Espanha¹¹, ele ressalta o seu caráter de coesão social em detrimento do conflito social. Para ele, os movi-

mentos reivindicatórios urbanos são as ações coletivas da população voltadas a usufruir da cidade, ou seja, habitações e serviços. São ações destinadas a evitar a degradação de suas condições de vida para obter a adequação destas às novas necessidades ou perseguir uma maior nível de equipamentos. Essas ações dão lugar a efeitos urbanos ... políticos ... e específicos

Não se pode simplesmente classificar a concepção de Borja como a-histórica, como fez Sílvio Caccia Bava¹², sem ressaltar que as pesquisas empíricas e mesmo a militância em torno dos MSUs, pela sua própria natureza, dificilmente deixam entrever, nos próprios limites dos movimentos, possibilidades muito promissoras no que toca a processos mais profundos de transformação. Pesquisadores e militantes são, às vezes, tomados por um desestimulante sentimento indicativo de que esses movimentos "não levam a nada". No entanto, apesar das inúmeras dificuldades e dos sucessivos entraves — que, se não equacionados devidamente, podem induzir a conclusões de coloração integrativa — alguns pesquisadores e os militantes têm preferido contar com teóricos que realimentam as perspectivas transformadoras dos MSUs.

Preocupado com a natureza da luta de classes no capitalismo na sua fase monopolista, Castells volta-se para a análise dos processos de urbanização, vendo neles o surgimento de novas contradições¹³ inspiradoras de novas formas de conflitos: os movimentos sociais urbanos definidos como "um sistema de práticas que resulta da articulação de uma conjuntura definida, a um tempo, pela inserção dos agen-

tes — suportes na estrutura urbana e na estrutura social — e de natureza tal, que seu desenvolvimento tenda objetivamente para a transformação estrutural do sistema urbano ou para uma modificação substancial da correlação de forças na luta de classes, ou seja, em última instância, no poder do Estado".¹⁴

A virtualidade política transformadora dos MSUs enfatizada por Castells é ponderada por ele mesmo quando a considera como um instrumento formal de análise e orienta para que o avanço teórico se faça a partir de manifestações historicamente determinadas à luz de cada conjuntura política¹⁵. E, assim procedendo, seus estudos também revelam a existência efetiva de alianças de classes e de cooptação de movimentos pelo Estado¹⁶, mas conclui que o caminho a ser percorrido é o de buscar o rompimento da hegemonia das classes dominantes a partir de estratégias fundadas na concepção de que as contradições urbanas são uma expressão direta da lógica do capitalismo — acentuadas nas formações sociais dependentes — colocando, por conseguinte, o morador em oposição ao Estado.

Enquanto Castells indica que a base social policlassista dos MSUs (assalariados em geral, operários e parcelas do chamado 'setor informal'), unificada "indissoluvelmente pela crise urbana, torna esses movimentos estrategicamente fundamentais para uma transformação das relações sociais, pois generaliza as fontes de oposição à classe dominante"¹⁷, Lojkin busca estabelecer aproximações teóricas entre as contradições urbanas — vendo-as da ótica da produção e não do consumo — com os movimentos de base

operária. Para ele, as lutas urbanas isoladas representam manifestações de fraco alcance político se não partirem do seio mesmo da classe operária através da sua realidade sindical e política¹⁶.

2 MOVIMENTOS URBANOS NA CONJUNTURA

A preocupação com a virtualidade política transformadora dos MSUs tem sido uma constante derivada da debilidade organizativa dos mesmos e da sua pouca capacidade de pressão frente ao Estado. No Brasil, a tradição desses movimentos até a década de 70, pelo menos naquilo que já foi alvo de estudos, demonstra bem isso. A trajetória das Sociedades de Amigos de Bairro em São Paulo é um exemplo característico. Surgidas a partir das Sociedades de Amigos da Cidade (SACs), em 1934, por iniciativa de profissionais liberais e de figuras da chamada "aristocracia paulistana", cumpriram o papel de "orientar o crescimento, já então intenso e pouco controlado de São Paulo" (Singer, 1980, p. 85-86). A partir da Segunda Guerra foram intensificadas segundo os interesses populistas e "funcionavam como elos de ligação entre a população e o poder público, que tinha possibilidades de atender, pelo menos em parte, às reivindicações assim apresentadas. Tratava-se, no fundo, de trocar as obras e os serviços, financiados pelo erário público, pelo voto dos beneficiários" (idem, p. 87). Observe-se que neste período, dado o grau de desenvolvimento das forças produtivas, o Estado podia levar adiante a ideologia desenvolvimentista travando uma política de troca de favores, permi-

tida, dentre outras coisas, pela disponibilidade de capitais principalmente no mercado externo. Era uma conjuntura que possibilitava, embora moderadamente, uma distribuição da renda capaz de incorporar as massas, ainda que dentro de certos limites¹⁹. Depois de 1964, com a repressão que se abateu junto a todas as formas de organização popular, e com a perda da capacidade, por parte do Estado, de acionar esquemas de legitimação através de barganhas — já que agora o avanço das forças produtivas monopolistas exigia que os recursos públicos ficassem quase que exclusivamente à mercê da sua reprodução ampliada — houve um significativo descenso desses movimentos.

Na década de 70, particularmente depois de 1974, quando o chamado "milagre econômico" vai chegando ao fim e as contradições urbanas se avolumam face à política econômica centralizada e adversa à reprodução ampliada da força de trabalho, começam a surgir, com certa intensidade, ao lado do ressurgimento do movimento operário e de outras formas de manifestação da sociedade civil, os movimentos urbanos. A incapacidade do Estado em agir de forma populista, conjugada com a emergência de lideranças comprometidas com um trabalho de base e críticas em relação à política clientelística, populista e personalista — tão própria do período 45 à 64 — foram fatores que concorreram para uma nova configuração dos MSUs, caracterizando-se agora como elementos de pressão ao Estado e colocando-se a condição de autonomia e independência em relação a ele.

2.1 O Papel da Igreja

Caldeira Brant chama a atenção para o papel "central e direto" que teve a Igreja "no plano das organizações por local de moradia" e Paulo Singer atribui essa nova fase dos movimentos populares de bairro "à criação de novas modalidades de organização diretamente inspiradas pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) da Igreja católica, com a participação eventual de outras Igrejas ou grupos ideologicamente motivados" (Singer, 1980, p. 89)²⁰

O papel das CEBs²¹ é sempre realçado por Paulo Singer como a mola propulsora dos movimentos sociais deste período e Caldeira Brant chama a atenção para a sua "notável autonomia tanto em relação aos partidos políticos tradicionais como em relação aos grupos clandestinos de esquerda" (Brant, 1980, p. 25). Esse pensamento é partilhado também por Ivo Lesbaupin à medida que atribui ao Movimento Popular maior autonomia face a propostas pré-fabricadas e face ao dirigismo de cúpula²². Luiz Gonzaga de Souza Lima sistematiza as suas principais características: a) democracia interna; b) antiautoritarismo; c) redução máxima das possibilidades de manipulação, recuperação dos valores culturais do povo, responsabilidade assumida pelas bases e seu papel de protagonista dos movimentos, antidogmatismo, pluralismo e autonomia.

Quem, neste período, acompanhou de perto os movimentos sociais, sabe perfeitamente o quão intenso foi o papel da Igreja. Entretanto, muito pouco se pesquisou ou escreveu ainda sobre o significado da sua atuação, motivo

pelo qual se vive, por enquanto, um clima de perplexidade diante de um comportamento tão "progressista" de certos setores organicamente vinculados a tal instituição secular que sempre se adaptou e sobreviveu em diferentes contextos históricos e conjunturas políticas²³. É dessa perplexidade que surgem as polêmicas, pois há também quem veja nessa atuação uma intenção deliberada de se legitimar enquanto instituição. Sílvio Caccia Bava, analisando a experiência organizativa do "Movimento do Ônibus" ocorrido na periferia de São Paulo na primeira metade da década de 70, atenta para a expansão das CEBs como um significativo resultado da influência da Igreja nos movimentos populares. Diz ainda claramente que a Igreja católica traz "em si uma dinâmica que reproduz a dominação política de classe naquilo que define seu traço mais profundo: impedir que as massas tomem em suas próprias mãos o poder de decidir sobre seus rumos e de construir os seus próprios instrumentos de ação". No que há de fundamental, continua o autor, "essa dinâmica de dominação se expressa concretamente na tentativa (nem sempre consciente por parte dos seus representantes) de absorver o movimento pela base para dentro de suas estruturas, transformá-lo em sua base, dele retirando as condições para que pense, decida e aja de uma forma autônoma, independente" (Caccia Bava, 1981, p. 81).

Como se observa, essas colocações são totalmente opostas àquelas enunciadas nos parágrafos imediatamente anteriores, constituindo uma polêmica que, nada mais nada menos, nos coloca diante de um desafio quando temos pela frente um movimento social para analisar — e no qual

a Igreja desempenhou um papel fundamental.

3 A QUESTÃO DA PARTICIPAÇÃO

A adaptação gradativa e aparentemente silenciosa de amplas parcelas da população à pobreza é uma coisa impressionante. "Muitos acreditam-se impotentes para mudá-la e, em vez de assumir essa falta de força, confessar seu medo e tratar de superá-lo, preferem tomar uma atitude fatalista e manifestam receio dos militantes que pretendem tirá-los dessa inatividade; de outro lado, apesar da calma aparente, há um inconformismo profundo, que às vezes é difícil perceber sob a capa do fatalismo. Até onde possam ir na ação, depende da repressão e da persistência do medo" (Chauí, 1980, p. 17) grifos meus.

"Vivo contente com a minha pobreza e se estamos assim é porque Deus quê". "Os pobres têm mesmo é que trabalhar para os ricos porque se todo mundo fosse rico não ia ter emprego para os pobres e se todo mundo fosse pobre então todo mundo ia morrer de fome". Esses fatalismos são de dona Eulália, moradora de um bairro de Vila Velha construído sobre o mangue, onde o aterro é feito gradativamente pelos próprios moradores. As casas, de tipo palafita, são ligadas entre si por pequenas e estreitas passarelas suspensas. Dona Eulália, com nove filhos, dizia ter tido sorte ao encontrar aquele lugar, beirando o valão — "onde passa galinha morta, cachorro podre e toda a porcariada do Hospital Evangélico" — para morar. Seu marido é aposentado por problemas de nervos e ela toma Diapezan. O filho

mais velho também sofre dos nervos e os outros "não quiseram estudar, mas graças a Deus nenhum é bandido ou marginal".

A situação de dona Eulália e o que ela disse, representa tão somente aquilo que milhares de pessoas vivem e dizem sobre as suas vidas. Um dizer conformista e fatalista ... que, certamente, deve encobrir um inconformismo. "Inconformismo profundo"? O que Marilena Chauí quis dizer com esse "profundo" não ficou claro, mas percebo, na prática, que não é tão profundo a ponto de, mesmo em momentos de repressão mais branda e portanto, de menor medo, motivar a participação social e política.

É claro que não se pode deixar de considerar a existência da repressão (exercida sob diferentes formas) e do medo, mas é certo também que há apatia — sem aspas — quase que generalizada, tornando a questão da motivação à participação um desafio aos integrantes do movimento popular. Como aliviar o peso da herança populista paternalista enraizada na consciência popular? Como despertar um senso de ação coletiva em meio ao reforço diário da ideologia individualista e de ascensão social? Como retirar as pessoas, cansadas depois da jornada de trabalho, da frente de uma televisão, se isso é o que constitui o seu lazer? De que forma solicitar o exíguo tempo livre das pessoas para participarem de iniciativas organizativas?

Enfim, como motivar o povo à participação social e política organizada face a um emaranhado de situações que o encaminham no sentido inverso? Essa preocupação não é minha, em específico, mas sempre surge nos Encontros

de Movimentos Populares.²⁴

À primeira vista essas questões podem parecer irrelevantes. Mas não o são, pois a par de toda a discussão dos fundamentos estruturais e conjunturais dos movimentos sociais, eles precisam, antes de tudo, existir. E a sua existência depende de algum tipo de intervenção que abra caminho dentre as forças contrárias e que desenvolva laços de solidariedade, metas e valores comuns e um campo de comunicação e interação (Cardoso de Oliveira, 1976). Que se forme uma rede de relações na qual e através da qual as pessoas se identifiquem entre si. Mas a participação político-social exige mais do que isso porque ela implica na busca de um vir a ser diferente e, enquanto tal, requer a compreensão crítica da sociedade.

Existem identidades que se fundam em conteúdos eminentemente políticos, como os partidos e organizações políticas. Mas existem identidades formadas a partir de outros elementos culturais que podem vir a ter expressão no campo político.

Considerando todos esses fatores, me pergunto: o que é que, efetivamente, funcionou para motivar a participação de uma "base" relativamente expressiva, durante cerca de um ano e meio, no Movimento de Transporte Coletivo? O que é que conferia identidade aos participantes? Como essa identidade era manipulada oportunamente para, ora "preservar o grupo", ora abrir à participação?

Respostas para essas questões, a partir do estudo de caso de um determinado movimento social ocorrido no final da década de 70, podem ajudar no aprofundamento da

compreensão dos Movimentos Sociais Urbanos deste período.

NOTAS

- 1 - O conceito de classes sociais foi discutido por José Álvaro Moisés em sua tese de doutoramento — "Classes Populares e Protesto Urbano"; FFLCH, USP, 1978. É importante assinalar que o autor não critica o conceito de classe social em si, para em seu lugar propor o conceito de classes populares. Crítica, sim, a sua interpretação mecanicista cuja utilização tem se mostrado incapaz de servir à compreensão de conflitos sociais nos países dependentes, onde a natureza do capital monopolista alija amplas parcelas da força de trabalho do processo produtivo propriamente dito, ampliando sobremaneira o exército de reserva e acirrando as contradições urbanas. As classes populares são, portanto, definidas, não a partir do consumo, como faz Weffort em "Classes Populares e Política" (tese de doutoramento), mas a partir da produção, pois "o que está em jogo é o conjunto de setores sociais que vivem da venda da sua força de trabalho o que, como tal, integram o exército industrial de reserva..." (Moisés, *op. cit.*, p. 9).
- 2 - E ainda se encontra. Nas eleições ocorridas em 1981, sua chapa foi novamente vencedora, mesmo somando-se, em segundo escrutínio, as outras duas chapas de oposição concorrentes.
- 3 - Cito aqui apenas aqueles que me chegaram às mãos dentre os inúmeros que existiam naquela época: Jornal de Bairros, Contagem, BH; Boletim de Bairros da FRACAB, RS; Amigos de Bairro-Encontro, Nova Iguaçu, RJ; Movimento do Custo de Vida, SP; Mutirão, Fortaleza, CE; Jornal da Vila-o Jornal do Trabalhador, SP; Resistência, PA.
- 4 - Segundo Lojkin, entende-se por Movimento Social aquele que apresentar duas características básicas: 1) adquirir uma dimensão nacional e questionar o fundamento global da sociedade; 2) ser portador de um desafio político. Assim, "o movimento social será definido em última instância, por sua capacidade de transformar o sistema econômico no qual surgiu" (Lojkin, 1981, p.298 - *itã-*

licos no original).

- 5 - Ver também Wanderley, 1980, p. 16.
- 6 - O autor observou que "ser morador de um lugar e não sê-lo, dependia de um conjunto de noções encadeadas que determinava a direção em que o vento deveria soprar" (Santos, 1981, p. 199).
- 7 - Ver Cohn, *op. cit.*, p. 12 e Wanderley, *op. cit.*, p. 16.
- 8 - Pelo que me consta foi José Álvaro Moisés quem iniciou a pesquisa nessa área, com o estudo das BABS em São Paulo, e dinamizou um grupo de estudos em torno do Centro de Cultura Contemporânea (CEDEC), que preparou vários pesquisadores. Posteriormente, formou-se o grupo Movimentos Sociais Urbanos — interdisciplinar — ligado à Associação Nacional de Pós-Graduação, que vem mantendo reuniões anuais para a troca de informações, trabalhos e experiências.
- 9 - Ver Cohn, *op. cit.*, p. 11.
- 10 - Veja o seu livro Movimientos Sociales Urbanos, B. Aires, Ediciones Nueva Visión S/A, 1975.
- 11 - Segundo Borja, baseando-se na realidade de Barcelona, os MSUs são de quatro tipos gerados, respectivamente, por: a) deterioração súbita das condições de vida; b) ameaça que representa a ação urbanística; c) déficit constante de habitação ou serviços; d) movimentos de oposição à política urbana da administração (fase mais adiantada). Ocorrem em: bairros marginais; bairros periféricos; bairros interclassistas e bairros residenciais da classe dominante.
- 12 - Ver o relatório nº 1 que Sílvio Caccia Bava enviou à FAPESP referente à pesquisa intitulada "Movimentos Reivindicatórios Urbanos na Grande São Paulo; um estudo de caso". SP, ag/jan 80.

- 13 - O surgimento de grandes regiões metropolitanas na fase do capitalismo monopolista implica, por um lado, na concentração espacial dos meios de produção com a consequente formação de complexas unidades de produção, e, por outro lado, na concentração da força de trabalho. Dessa situação decorre a crescente necessidade de ampliação dos meios de consumo coletivos (transportes coletivos, saneamento, hospitais, sistemas de energia, etc) que de um lado são requeridos pelo capital e, de outro, pela força de trabalho, já que ambos precisam deles para a sua reprodução. Nó entretanto, os investimentos nesse setor ou não são rentáveis ou produzem rentabilidade a longo prazo, o que exige, de modo crescente, a intervenção do Estado na produção, gestão e distribuição desses bens, situados na esfera do consumo coletivo. Decorre então a socialização da reprodução ampliada do capital, enquanto os lucros são apropriados pelos interesses particulares. Segundo Castells, o que faz parte da evolução estrutural do capitalismo avançado é a incapacidade do capital em mover a economia atual sem uma ampliação das funções do Estado.
- 14 - CASTELLS, M.-La Cuestión Urbana, p. 475. Citado por *Caccia Bava, op. cit.*
- 15 - Diz ele que para se "compreender o movimento citadino é absolutamente necessário partir da sua observação concreta, da forma pela qual se desenvolve e das ações e organizações que o integram. Entretanto é preciso relacioná-los com as contradições estruturais do capitalismo, com suas expressões de nível urbano e com o processo político geral do país" (*Castells, 1980, p.15*).
- 16 - Ver CASTELLS, M.-"Pobreza Urbana e Organização Social: Análise comparativa de Movimentos Sociais em Assentamentos Espontâneos na América Latina", Recife, Dez, 1978 (xerox).
- 17 - Ver CASTELLS, M.-"Crise do Estado, Consumo Coletivo e Contradições Urbanas" in POULANTZAS, Nicos - O Estado em crise. Rio de Janeiro, Graal, 1977.
- 18 - Ver LOJKINE, J. - O Estado Capitalista e a questão urbana, São

- Paulo, Martins Fontes, 1981. O autor sugere que a classe operária deve tomar para si programas de luta que incluam reivindicações de natureza urbana. Como exemplo, cita o conflito de Rasteau e a greve de Turim, ambos motivados por "problemas urbanos".
- 19 - Ver o texto de Francisco de Oliveira - "Expansão Capitalista, Política e Estado no Brasil, notas sobre o passado, presente e o futuro" in Economia da Dependência Imperfeita, Rio de Janeiro, Graal, 1977,
- 20 - O livro São Paulo O povo em movimento, organizado por Paulo Singer e Caldeira Brant, é composto não só por um substancial artigo de Brant que analisa os movimentos sociais do final da década de 70 dentro da conjuntura da época, como também por análises de movimentos específicos (de bairro, mov. feminista, organizações negras, etc).
- 21 - "As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) são pequenos grupos organizados em torno da paróquia (urbana) ou da capela (rural), por iniciativa de leigos, padres ou bispos, ... de natureza religiosa e caráter pastoral" (Frei Beto, 1981, p. 16). "Os documentos de Medellín definem a CEB como um grupo homogêneo e com 'uma dimensão tal que permita o trato pessoal fraterno'. Assim, a CEB constitui 'o primeiro e fundamental núcleo eclesial', uma 'célula inicial de estruturação eclesial e foco de evangelização e atualmente fator primordial de promoção humana e desenvolvimento' " (Boff, 1978, p. 52).
- 22 - Ver LESBAUPIN, Ivo - "A Igreja Católica e os Movimentos Populares Urbanos", in Revista Religião e Sociedade, nº 5, Rio de Janeiro, Tempo e Presença ed., 1980.
- 23 - Relacionado a isso, há um artigo de Carlos Brandão que mostra a versatilidade da Igreja em se adaptar a diferentes classes, em diferentes épocas e sob diferentes formas de organização. (Brandão - "A Celebração da Consciência", 1981). Ver também ROMANO, Roberto - Brasil: Igreja contra Estado, S. Paulo, Kairós Livraria e Editora, 1979, especialmente a parte 3 - "A igreja como

fonte da Unidade Social" - p. 143.

- 24 - Em maio de 1982, por exemplo, realizou-se um Encontro de Movimentos Populares da Grande Vitória, onde, dentre os vários itens em questão, os presentes, representando os MPs dos seus respectivos municípios, centraram a atenção na seguinte questão: "Quais as dificuldades encontradas no movimento de bairro? (participação, organização, mobilização, conscientização)". Foram as seguintes as constatações: a) Há muita dificuldade em mobilizar a população. É preciso descobrir meios para motivar à participação; b) Há falta de líderes e os que existem tem muitos compromissos assumidos; c) A televisão é a maior rival; d) Faltam recursos financeiros para o incremento de meios de divulgação e mobilização. Por outro lado, os meios de comunicação pouco apoio dão; e) A investida do poder público é muito grande e a maneira como ele se apresenta, torna difícil entender se ele é adversário ou protetor; f) As pessoas querem resultado a curto prazo e não tem um objetivo maior para lutar; g) O povo não acredita na sua força e nem na política; h) É preciso integrar mais os movimentos de bairro e não ficar só a nível das reivindicações, mas promover o lazer e a cultura (teatro, cine-clube, etc).

CAPÍTULO II

URBANIZAÇÃO E MOVIMENTOS POPULARES NA GRANDE VITÓRIA

1 ASPECTOS DA URBANIZAÇÃO DA GRANDE VITÓRIA

Quase sempre, em conversas com amigos sobre as minhas experiências de vida e de trabalho em Vitória do Espírito Santo, alguém observa que o Estado do Espírito Santo é meio esquecido. Essa mesma observação eu também fiz a mim mesma quando pisei em território tão desconhecido!

Por que é que a gente comumente "nem se lembra que o Espírito Santo existe no mapa"? Muita gente brinca, dizendo que é um Estado que, além de não ter construído uma identidade própria, não sabe muito bem com qual região se identificar. Não é Nordeste, mesmo estando localizado logo abaixo da Bahia, e não parece ser parte do Centro-Sul do país, embora fique logo acima do Rio de Janeiro.

Mas esse "esquecimento" não é gratuito, pois o Estado do Espírito Santo não teve, realmente, uma presença marcante na história do Brasil. Enquanto Minas Gerais se encontrava no apogeu do ciclo da mineração, ao Espírito Santo ficou reservada a função de muralha protetora das riquezas minerais, impedindo que piratas penetrassem sertão afora para abocanhá-las. Assim, mesmo tendo sido uma das primeiras vilas da colonização, Vitória tornou-se, ao longo

do tempo, num mero corredor de exportação das riquezas do Estado de Minas Gerais através do desenvolvimento das atividades portuárias, facilitado pelas condições naturais do local.

O posterior deslocamento do principal eixo da economia nacional para a monocultura do café trouxe modificações para o Estado, que além de ter o café como o principal produto da economia, pôde contar com a abertura de estradas, construção de pontes e ferrovias e, conseqüentemente, abrir frentes de colonização no interior. Até a década de 60, a indústria participava com somente 7,9% na composição da renda e a cultura do café ainda se constituía na base da economia capixaba. A população era, naturalmente, predominantemente rural¹.

1.1 Trabalhadores Expulsos do Campo Rumo à Conquista das Chaminês

Na segunda metade da década de 60, imediatamente após o movimento militar de 1964, o governo resolveu "desenvolver" o Estado seguindo as estratégias desenvolvimentistas traçadas nesse período, caracterizado, principalmente, pela entrada maciça de capitais estrangeiros, mecanismos de exceção para promover a concentração de renda, concentração do poder nas mãos do executivo, e mudança no sistema tributário concorrendo para o controle centralizado da receita e do orçamento da nação. Os efeitos de tais estratégias se fizeram sentir com a elaboração dos chamados Grandes Projetos Industriais, viabilizáveis à base de

capitais estrangeiros associados ao capital estatal, e que se resumiriam em três complexos: siderúrgico, paraquímico e portuário. Todos previstos para as proximidades da Grande-Vitória.

Entretanto, como implantar grandes projetos contando com uma reduzida população de 200.000 habitantes, cuja parcela ativa já se encontrava absorvida pelo mercado de trabalho até então existente, particularmente no setor de serviços?

Era preciso aumentar o contingente de trabalhadores que vendessem a sua força de trabalho desqualificada a preços baratos, pois tratava-se da fase de implantação dos projetos. E não foi difícil desencadear o processo. Em 1966 surgiu uma medida, denominada "Programa de erradicação dos cafezais" que, em poucos anos, expulsou mais de 150.000 pessoas do campo². Em 1968 a área erradicada atingia aproximadamente 300 mil hectares, ou seja, 52% da área total ocupada com o café. Embora o projeto da erradicação do café previsse a posterior diversificação de culturas, a política de incentivos fiscais e o "aperfeiçoamento de cooperativas" não funcionou, acarretando a transformação de 70% da área erradicada em pastagens, que como sabemos, ocupa pouca força de trabalho³.

Outra iniciativa que contribuiu para o aumento do contingente de força de trabalho na Grande-Vitória foi o plantio, em grande escala, de eucaliptos — cultura homogênea e exótica — pela Aracruz Florestal, empresa fornecedora de matérias-primas para a Aracruz Celulose, em fase de implantação. Para isso, foram concentrados mais de

130 mil hectares de terras, expulsando pequenos proprietários, parceiros e meeiros das pequenas propriedades, que nesse período diminuíram em mais de 10 mil".

Mas as medidas não foram tomadas somente no plano econômico. Uma pesquisa feita nos jornais locais do início da década de 70 mostrou ter ocorrido um grande empenho ideológico por parte do governo do Estado para canalizar o fluxo migratório para a Grande Vitória, que, àquela altura, já recebia também muita gente do Sul da Bahia e de territórios mineiros. Uma grande campanha tomou lugar em torno das perspectivas de industrialização, com propagandas do tipo:

"O Espírito Santo trocou o seu complexo de inferioridade pelo Complexo Industrial".

"Sem protocolo, seu audiência marcada, o governador quer falar com você. Quer falar que o Espírito Santo vai começar a sua grande corrida para o futuro...A hora é sua. Participe!

"TRABALHANDO COM O POVO POR UMA CIDADE QUE CRESÇA COM O BRASIL.

A cidade de Vitória está verdadeiramente associada aos notáveis empreendimentos do Governo Médici pelo engrandecimento do Brasil. Metrôpole que vive agitada pelo seu trabalho construtivo, reflete, no seu crescimento toda a vontade de uma gente que sabe o que quer..."

(A Gazeta-Suplemento Especial-10.7.71, p. 6).

"Temos agora um plano. Vamos pontilhar de chaminês a nossa paisagem... Mas é preciso que você se junte a nós". (*aríffos meus*)

Este tipo de propaganda não era privilégio somente dos jornais. Um dia, nas minhas prolongadas conversas com dona Branca, moradora no Rio Marinho — esposa de um ativo operário da construção civil, companheiro dos nossos movimentos de bairro — fiquei sabendo que lá no sítiozinho que eles tinham os programas do alvorecer nas rádios falavam muito do progresso, das indústrias, do crescimento de Vitória e das oportunidades de emprego. Aquilo tudo ia despertando a vontade de largar aquela vida difícil da roça, "porque a gente plantava e quando o tempo não atrapalhava, dava um duro prá colhê e no fim ganhava uma miséria". Aí, disse ela, "primeiro veio meu marido, e depois resolvemos abandonar tudo lá e vim embora prá cidade".

1.2 Aumento Populacional da Grande Vitória

O rápido esboço desse quadro permite entender o acelerado ritmo do aumento populacional verificado na Grande Vitória nos últimos anos. em 1960 havia nela 194.220 habitantes. Em 1970 passou a contar com 386.338 habitantes e atualmente estima-se estar na casa dos 800.000.. "A Grande Vitória, que ocupa 3% da área total do Estado, tinha em 1960 um contingente populacional que representava 14% do total". E em 1977, a população urbana do Estado já superava a rural, contando com, respectivamente, 900.343 e 600.658 habitantes, perfazendo um total de 1.701.486 habitantes em todo o

Estado⁵.

1.3 A Participação do Estado

A participação do Estado nesse tipo de industrialização se deu em vários níveis: investimentos diretos, medidas para incrementar o aumento da população, reorganização do aparato administrativo local, criação de mecanismos fiscais de subsídio e injeção às empresas e investimentos na infra-estrutura necessária à instalação dos Grandes Projetos industriais.

Em dezembro de 1975, através da lei nº 3.043, foi projetada a reforma administrativa e burocrática do Estado, com a extinção de alguns órgãos e a criação de treze Secretarias, subdivididas em inúmeras coordenações e departamentos, num visível aumento do setor de serviço do Estado. Outros órgãos, voltados exclusivamente para controlar e subsidiar o incremento industrial, também foram criados na década de 70. No que toca aos incentivos fiscais, por exemplo, em maio de 1970 foi criado o Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias (FUNDAP), com a finalidade de incrementar as importações através do porto de Vitória, até então exportador de produtos tradicionais como o café e o cacau⁶. Na opinião de um "grupo de trabalho" criado pelo governo para avaliar o desempenho do FUNDAP, as maiores virtudes do órgão "são a significativa geração de poupança das empresas, conseguida pelo mecanismo de créditos subsidiados e a destinação desta poupança para investimentos privados ao arbítrio dos empresários, mas com a supervisão do

Estado". As empresas mutuárias deveriam aplicar 50% do total do financiamento em projetos industriais, agro-pecuários, pesca e/ou turismo, mas consta que o BANDES (Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo), que repassava as verbas, foi extremamente benevolente quanto a essa aplicação.

Em fevereiro de 1971 foi criada a SUPPIN (Superintendência, ligada à Secretaria de Indústria e Comércio) com a finalidade de coordenar os trabalhos de preparação dos "distritos industriais". No final da década de 70 estava em fase de implantação o Centro Industrial de Carapina, em uma área de 330 hectares que foram desapropriados e comprados pela SUPPIN por 160 milhões, acrescidos de mais 90 milhões para a instalação de infra-estrutura.

Isso mostra o caráter e a natureza do Estado, uma vez que se organiza, se aparelha e destina recursos com o objetivo de reproduzir o capital, ao mesmo tempo em que se mostra sempre carente de recursos financeiros para aplicar em serviços e equipamentos necessários a um crescimento ordenado do espaço urbano e à consequente reprodução da força de trabalho.

Sem fugir fundamentalmente do que tem se verificado nos grandes centros urbanos, a população da Grande Vitória vive o drama de uma urbanização caótica, carente e agressiva, porque segue a lógica do lucro. Por trás daquelas sugestivas propagandas enumeradas anteriormente, esconde-se o mundo real e depauperado que a população teve que, cada vez mais, aprender a tolerar. É o mundo do trabalho — escasso, mal remunerado e distante dos locais de moradia —, da habitação, do transporte coletivo, da saúde,

da educação, do saneamento básico, do lazer.

Nos últimos anos por volta de 70 mil pessoas fizeram parte das cerca de vinte invasões ocorridas em terrenos alagados, "terras da marinha", das prefeituras e, embora em número quase insignificante, de particulares. Dos municípios que compõem a Grande Vitória, Vitória — Capital do Estado — ainda é por excelência o centro fornecedor de serviços, para onde tudo acaba convergindo, frequentemente congestionando o tráfego na área central da cidade. O município da Serra, particularmente Carapina, encontra-se mais próximo das áreas industriais, enquanto Cariacica e Vila Velha são caracteristicamente cidades - dormitório, acentuando outro problema: o do transporte coletivo.

Com a localização do distrito industrial no município da Serra, os trabalhadores que moram em Vila Velha e Cariacica são forçados a pegarem dois ônibus, gastando, entre o período de caminhada, a espera e o próprio percurso, uma média de duas horas. Considerando que é preciso ir e voltar, gastam-se em média quatro horas por dia dentro dos coletivos. Mas o problema não pára aí. A situação das estradas e ruas da maioria dos bairros é extremamente precária, dando margem às desculpas das empresas por não colararem ônibus. Mas se os buracos são realmente problema, a prefeitura nunca pode resolvê-lo "por falta de verbas".

1.4 Vila Velha - Uma Cidade Dormitório

Vila Velha — município onde ocorreu o Movimento de Transporte Coletivo —, pode ser considerada

uma cidade-dormitório, uma vez que possui poucas indústrias, forçando a maioria dos trabalhadores a se deslocarem para Vitória ou Serra para poder trabalhar, o que implica que voltem para suas casas somente à noite, enfrentando ainda filas, ônibus superlotados, atrasos, passagens caras, perdas de dia de trabalho.

A população economicamente ativa de Vila Velha estava assim distribuída entre 1973 a 1977: Agropecuária: 2,3%; Indústria: 18,8%; Comércio: 20,0%; Serviços: 35,0% e Administração Pública: 14,8%. Foi o município que absorveu a maior parte de contingente imigratório nesse período: 43,3% do total que veio para a Grande Vitória se dirigiu para ele. Consta que 63% da população é constituída de imigrantes. Em 1970, Vila Velha tinha 122.814 habitantes, passando para 170.712 em 1977; sendo que destes, 107.000 habitantes ocupam favelas e bairros carentes⁷.

Foi constatado que a renda familiar entre os moradores de 18 bairros pesquisados se situa abaixo de 3 salários mínimos, estando a mortalidade infantil na casa dos 18%.

O serviço de abastecimento de água é precário, já que 19% não estão servidos por rede e 35,9% não tem fornecimento regular. A topografia, por outro lado, é propícia a inundações periódicas, principalmente quando há coincidência de chuvas torrenciais com a maré, gerando o entupimento de valas e o transbordamento do esgoto.

Entre 1970 e 1977, a um acréscimo de 14,3% do número de habitações duráveis, correspondeu 44% de barracos, normalmente construídos sobre terrenos juridicamente

não regularizados.. "86% dos que possuem casa própria têm do terreno apenas documentos precários (40%) ou nenhuma documentação (60%)".

Dentre esses inúmeros problemas, próprios de um processo de urbanização onde o Estado aplica os recursos prioritariamente para a reprodução do capital em detrimento da reprodução ampliada da força de trabalho, o transporte coletivo se afigura como um problema grave para a população, principalmente para moradores dos bairros periféricos. E o problema fica mais grave ainda quando se verifica que a exploração do transporte coletivo é feito por empresas privadas e que, ainda por cima, monopolizam os serviços. "Em 1979, 67% das localidades se declararam mal servidos de transporte coletivo, sobretudo por problemas de frequência e superlotação".

Nos últimos anos, além da falta crônica de coletivos, o tempo médio do percurso aumentou em mais de 30%. Os que moram em bairros mais distantes levam até quatro horas nos veículos que os transportam ao trabalho e os trazem de volta para casa. Estima-se que, em 1972, 76 mil pessoas se deslocavam diariamente pela ponte Florentino Avidos⁸, e mais 1.700 através das barcas. Em 1976 essas cifras aumentaram respectivamente para 246.000 e 6.900 mil viagens ao dia, sendo que, nas horas de maior movimento, os ônibus levam até 130 passageiros.

Influi também no aumento do tempo do percurso o grande contingente de carros particulares que congestionam o tráfego. Enquanto passam 5.376 ônibus pela ponte, o número de carros particulares, que levam em média 1,89

pessoas por veículo, chega a 39.000. Os ônibus, que representam 10,92% do total de veículos, transportam 70,49% das pessoas que se locomovem, enquanto os carros particulares, que representam 79,67% dos veículos, transportam 26,71%, ficando os 2,50% restantes para as barcas⁹. A isso acrescenta-se ainda que centenas de trabalhadores da construção civil nesse período eram transportados através de caminhões, pela rodovia BR-101 em sua ida e volta para as obras de Tubarão.

2 MOVIMENTOS POPULARES NA GRANDE VITÓRIA NO FINAL DA DÉCADA DE 70

O clima da "abertura política"; as notícias das grandes greves do ABC paulista e do movimento do custo de vida; a existência de "trabalhos de base" — sejam eles do "pessoal da Igreja, da FASE e/ou organizações políticas; a atuação de alguns sindicatos — particularmente o sindicato dos Médicos e dos Jornalistas — e de algumas associações de categorias — professores de ensino secundário (UPES), professores universitários (ADUFES), assistentes sociais, arquitetos, economistas; a atuação de algumas oposições sindicais; a formação de entidades de defesa dos direitos humanos como a Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Vitória; a articulação de comitês de solidariedade — fundo de greve, anistia, etc — foram condições de fundamental relevância para a existência dos movimentos sociais na Grande Vitória em fins da década de 70.

Várias categorias se movimentaram e expres-

saram, com o apoio das suas respectivas entidades — sindicatos ou associações —, o descontentamento em relação aos baixos salários e precárias condições de trabalho. Foi o caso das greves dos professores secundaristas do Estado, dos médicos e dos professores universitários.

Uma greve totalmente espontânea, e por isso mesmo surpreendente, foi a que ocorreu, em 1979, entre os motoristas e cobradores de ônibus. Sem poderem contar com o sindicato — de longa data sob o controle de um "pele-go" — os próprios trabalhadores armaram o esquema de greve. Simplesmente paralisaram as atividades nas áreas centrais de Vitória, gerando forte impacto sobre a população e despertando o interesse de vários setores já organizados de oposição, no sentido de prestar ajuda e solidariedade pois o próprio sindicato não assumia os interesses da categoria.

Já a greve da construção civil, também ocorrida em fins de 1979, embora tivesse sido classificada pelos jornais locais de espontânea —, tinha atrás de si mais de dois anos de um trabalho de preparação de lideranças que abarcava a atuação da Pastoral Operária e da FASE. O movimento desses trabalhadores teve início quando a empresa Christiani Nielsen — locadora da mão-de-obra para a construção das novas siderúrgicas de Tubarão (parte dos Grandes Projetos industriais) retirou o transporte gratuito dos operários feito pela BR-101 através de caminhões. O grupo de lideranças tomou então a frente e deu início ao movimento reivindicatório que garantisse a gratuidade do transporte, procurando inicialmente a empresa, e em seguida o sindicato. Há dez anos nas mãos de um só presidente, o

sindicato simplesmente embromou a questão durante alguns meses até que os trabalhadores transformaram a reivindicação inicial em reivindicação salarial — reajuste e estabelecimento de pisos salariais —, ampliando o movimento para toda a categoria e conseguindo adesões e simpatias que transformaram as antes mirradas reuniões do sindicato — reuniões de "aconselhamento", como dizia o presidente — em concorridos encontros de trabalhadores. Aproveitando a mobilização da categoria, o grupo de lideranças — que mais tarde se mostrou como parte da Oposição Sindical — se manteve durante muito tempo numa postura eminentemente crítica em relação à estrutura sindical atrelada e controlada pelo governo, negando-a portanto como um possível canal representativo dos trabalhadores. Mas a pressão da base forçou a tomada de posições concretas mediante a formalização de propostas claras no plano reivindicatório ao sindicato que, evidentemente não as encaminhou. O processo culminou com a greve geral da categoria — mais de 30.000 trabalhadores — e a irreversível e inevitável disputa do sindicato pela oposição sindical — chapa 2 — que após várias manobras e escrutínios, foi por ela conquistado.

O Movimento da Construção Civil foi um acontecimento muito importante para o conjunto dos movimentos locais e para a própria categoria, cuja última greve ocorrera em 1934. A grande mobilização que então aconteceu fortaleceu os vínculos entre as lideranças de outros movimentos populares envolvidos com o fundo de greve e o comitê de solidariedade já existentes para angariar apoio aos metalúrgicos do ABC paulista. O fortalecimento desses laços foi

decisivo para a realização do 1º de maio unificado em 1980, que teve grande expressão mesmo diante das tentativas de esvaziamento tomadas pelo governo, que realizou, no mesmo dia e à mesma hora, as comemorações oficiais já conhecidas pelos "cores e bebes" e sorteio de prêmios como chamarizes ao povo.

Se as condições no mundo do trabalho não andavam bem, no mundo do "urbano", como já vimos, iam de mal a pior. Na falta extrema de acesso à habitação, os movimentos de invasão surgiram como a única resposta possível e viável. Houve nada mais nada menos do que 20 invasões, sempre acompanhadas, de um lado pela violência policial, e de outro, pela defesa dos setores de oposição, principalmente a Comissão de Justiça e Paz que, através do seu departamento jurídico, conseguiu a garantia de posse para algumas delas.

A violência acompanhou de perto esses movimentos. Em Andorinhas, a polícia espancou os invasores, botou fogo nos barracos e utilizou-se de gás lacrimogêneo, cassetetes e metralhadoras. Nos terrenos das Obras Pavonianas e dos Correios e Telégrafos, houve tiroteio e um caso de morte. No bairro Tabuazeiro — mediante a ação judicial de despejo — houve troca de tiros entre invasores e proprietários, na qual uma mulher foi ferida a bala no pescoço. A extrema carência não poupou nem mesmo um antigo cemitério — o cemitério de Caratoira — que foi ocupado por 30 famílias que, dando graças a Deus por não terem sido despejadas, deixaram a superstição de lado e passaram a defender que "os mortos não fazem mal a ninguém".

A situação não foi nada diferente nos municípios de Vila Velha e Cariacica, onde foram registradas invasões em vários locais: Flexal, Rio Marinho, Itapoã, Rosa da Penha — nesta, mais de 1.000 barracos não foram suficientes para a garantia da posse da terra — Taquara II, onde as 300 famílias expulsas dormiram na rua até se dispersarem, etc.

A par das invasões, outros tipos de movimentos urbanos começaram a ocorrer. Em Vitória houve o Movimento da Água, que mobilizou 21 bairros. Conta uma das lideranças que ele começou com reuniões realizadas semanalmente na Arquidiocese, de onde "saiu uma comissão geral", aos poucos ampliada de acordo com o aumento da participação do número de bairros. Mais tarde esse movimento passou a se chamar "Movimento Pró-Saneamento de Vitória", abrangendo outros tipos de lutas populares (escadarias, lixo, esgoto, água, etc). No bairro São Pedro — um bairro que cresceu sobre o mangue no contorno da Ilha de Vitória a partir de uma ocupação em 1977 — houve um interessante movimento em torno de um Seminário sobre o PROMORAR (Programa de Erradicação da sub-habitação). Motivados por lideranças das CEBS, os moradores foram mobilizados através do Centro Comunitário e o Seminário culminou com uma assembléia permanente durante três dias com expressiva participação, onde o projeto foi discutido e avaliado. O resultado imediato foi a apresentação de uma contra-proposta indicando os interesses dos moradores.

No município da Serra as pequenas lutas e comissões de bairro deram origem à formação de Associações de

Moradores juridicamente constituídas, mas nascidas e solidificadas dentro de um caráter de autonomia e independência frente ao poder público. A Associação de Moradores de Laranjeiras — bairro residencial do BNH — merece especial atenção por ter rompido com o estatuto padrão pré-determinado pela COHAB e elaborado o seu próprio estatuto, estabelecendo assim uma condição de autonomia e independência. Mantendo um intenso ritmo reivindicatório, constituiu-se numa experiência modelo que se espalhou pelos demais bairros do município. Em 1980 já se discutia a necessidade de preparar a fundação legal de uma Federação de Associações.

Muitas lutas existiam na Serra neste período: um levantamento minucioso da questão da saúde nos vários bairros; luta por escolas (algumas já conseguidas); vários grupos de mulheres organizados; grupos de discussão com operários (sindicalismo, etc); luta por transporte, etc.

Em Vila Velha, como veremos, além de algumas poucas lutas isoladas por esgoto e canalização de valas, o Movimento de Transporte Coletivo foi o maior fator de mobilização da população que se desenvolveu paralelamente aos Movimentos Comunitários — inexpressivos e sem atuação no plano organizativo da população.

NOTAS

- 1 - Dados extraídos da Sinopse "Sócio-Econômica do Espírito Santo", Vitória, SEPLAN, 1978.
- 2 - Sobre a Erradicação dos Cafezais no interior do Estado do E.S., ver: "Projeto Pages - Renovação da Cafeicultura Capixabá", jan/68; Revista da Fundação Jones dos Santos Neves, Vitória, ano 11, nº 3, julho/set de 79; MEDEIROS, Carlos - "Industrialização como fator de Desautonomia Relativa", Rio de Janeiro, FGV, 1974. (inédito).
- 3 - Ver "Espírito Santo: Crescimento e Desigualdade Social", Vitória, SEPLAN, 1977.
- 4 - Sobre o problema da terra no interior do Espírito Santo e particularmente sobre as formas repressivas utilizadas pela Aracruz Florestal para expulsar os pequenos proprietários, veja no Jornal Posição; Vitória, Edições do Leitor, nº 36, p. 12; nº 23, p. 10/11; nº 45, p. 11, as respectivas matérias: "Aracruz, uma ganância sem limites"; "Homens sem terra, terra sem homens"; "Desespero e Espoliação".
- 5 - Espírito Santo: Crescimento e Desigualdade Social", op. cit.
- 6 - O sistema FUNDAP visa a concessão de financiamentos altamente subsidiados (3% ao ano, durante os cinco anos de carência e 6% ao ano durante os vinte anos de amortização, sem correção monetária) às empresas importadoras que se dispusessem a instalar suas sedes em Vitória. O valor do financiamento corresponde a 8% do total da importação, o que significa a devolução de 73% do ICM que as importadoras recolhem aos cofres públicos.
- 7 - Esses dados e os que se seguem sobre o município de Vila Velha foram extraídos do trabalho coordenado pela Fundação Jones dos Santos Neves denominado: "Diagnóstico da Situação das Favelas, Bairros Populares e Carentes e Segmentos de Pobreza do Municí-

pio de Vila Velha" (versão preliminar), Vitória, 1979, Vol. I.

- 8 - A Ponte Florentino Avidos é a única ligação existente — de acesso rodoviário — entre Vitória e Vila Velha que são separadas por um canal marítimo. Há também três linhas de barcas (lanchas) que fazem a ligação para o transporte exclusivo de passageiros.

- 9 - Esses dados sobre transportes foram extraídos dos seguintes trabalhos: "Grande Vitória-Sistema Aquaviário," Gov. do Es. do ES, FJSW e "Plano Diretor de Transportes Urbanos/Plano de Ação Imediata de Transporte e Trânsito (minuta para discussão), Vitória, FJSW".

CAPÍTULO III

O MOVIMENTO DE TRANSPORTE COLETIVO DE VILA VELHA

1 O INÍCIO

No dia trinta de abril de 1978, cerca de sessenta pessoas se reuniram para a discussão e avaliação da situação do transporte coletivo no município de Vila Velha. Após a constatação de que era um problema sério e que afetava quase todos os bairros, desenvolveu-se um consenso entre os presentes em torno da necessidade da luta organizada contra o problema do transporte. Foi então criada uma comissão coordenadora, denominada comissão geral, com pessoas representativas de vários bairros, cujas tarefas iniciais eram: incentivar a realização de reuniões nos bairros com a finalidade de discussão do problema e criação de comissões de bairros. Tinha-se em mente também a realização de uma ampla pesquisa relacionada a todos os problemas relativos ao transporte que afetavam os moradores, para o que a existência de comissões de bairros seria de fundamental importância, pois os moradores é que iriam assumir a pesquisa.

1.1 A Pesquisa

Durante três meses, moradores de vinte e seis bairros se movimentaram arduamente para a realização da pesquisa. Foi feito um completo levantamento, do ponto de vista dos moradores, sobre as deficiências dos serviços que versaram sobre: falta de linhas ligando bairros de Vila Velha a Vitória, bairros aos terminais das lanchas e bairros a outros bairros, maior ritmo no término da segunda ponte; calçamento, complementação de asfalto, recuperação de estradas, melhoria de ruas esburacadas; mudanças de pontos finais; mudanças nos trajetos das atuais linhas; construção de abrigos; diminuição da demora regular para 15 minutos, implicando no aumento do número de ônibus; passagens mais baratas para trajetos mais curtos; desmembramento de linhas; mudança no horário de início de circulação dos ônibus, antecipando para as 4,30 h; maior proximidade dos pontos dos ônibus em Vitória; iluminação e semáforo na entrada da estrada de Capuaba; construção de um terminal de lanchas nas proximidades da Ponte de Capuaba e na Glória; afixação de placas contendo os horários de chegada e saídas dos ônibus, no ponto final; indicação do local de parada dos ônibus no Salesiano; sinal luminoso na entrada da Ilha das Flores; limpeza constante dos veículos; fiscalização com base na regulamentação, dos ônibus especiais para a UFES; sugestão para mudança de trajeto das linhas que ligam os bairros com a Prainha.

Como se pode perceber, o levantamento foi minucioso, preocupando-se com muitas dimensões do problema:

desde o término da segunda ponte, até o abrigo no ponto final do ônibus no bairro de Santa Rita.

Após a realização da pesquisa, a comissão geral recolheu os dados coletados em todos os bairros, transformando-os num documento que, além dos problemas levantados na pesquisa realizada pelos próprios moradores, continha uma análise do "problema do transporte", apontando para as "causas do problema".

O documento é composto por cinco páginas, o que praticamente inviabiliza a sua transcrição, mas não impede que sejam aqui registradas algumas passagens que sugerem os caminhos da análise feita:

"Notamos que a população tem crescido sem parar e os serviços de ônibus não acompanharam este crescimento... Nós os usuários do transporte coletivo, somos a maioria desta população... pertencemos à classe trabalhadora e recebemos baixíssimos salários. Para piorar ainda mais, os aumentos nos preços das passagens tem sido constantes e o nosso salário só tem um reajuste por ano... As pesquisas mostram que, em 1977, foram autorizados quatro aumentos de passagens que variaram em 33%, 38% e 84%. Na maioria das comunidades este aumento atingiu o índice de 172,72% entre janeiro de 1977 a agosto de 1978".

Foi salientado que, no cálculo que o governo faz para a definição do salário mínimo, apenas 6% é compu-

tado para transporte, ao passo que as pesquisas revelaram que os gastos médios de um trabalhador de Vila Velha com transporte giravam em torno de taxas que variavam entre 9,22% e 15,74% em relação ao salário mínimo. As causas dos problemas foram centradas basicamente em dois fatores: "A falta de concorrência" e a "lei do lucro".

"A Viação Alvorada possui o monopólio do transporte coletivo em nosso município. Isto, desde 1962, o que dá um total de dezesseis anos. E o artigo da Constituição Federal diz que a ordem econômica e social tem como base o seguinte princípio: 'INCISO V - repressão ao abuso do poder econômico, caracterizado pelo domínio dos mercados, a eliminação da concorrência e aumento arbitrário dos lucros'. "'A Lei do Lucro': Com a falta de concorrência a Viação Alvorada fica livre para fazer o que quiser no município, sempre colocando a lei do lucro acima dos serviços da população".

O documento (Anexo 1) continua historiando "a luta das comunidades pela melhoria dos transportes" e revelando os resultados da pesquisa.

Em suma, foi esse o documento base que circulou em 26 bairros na forma de abaixo-assinado.

2 A ASCENSÃO DO MOVIMENTO

2.1 O abaixo-assinado

Pouco mais de três meses após a realização da primeira assembléia — realizada quando do término da pesquisa — foi convocada outra assembléia, para o dia 13 de agosto de 78, que contou desta vez, com a participação de cerca de 200 pessoas.

O principal objetivo deste novo encontro foi levar ao conhecimento de todos, os problemas e as reivindicações específicas de cada bairro, para, em conjunto, "tirar" as reivindicações gerais. Feito isso, decidiu-se que o documento resultante da pesquisa passaria em todos os bairros na forma de um abaixo-assinado e, na medida do possível, seriam realizadas nos bairros assembléias para a ampla discussão do problema.

Teve início a partir daí o período em que o Movimento teve maior grau de mobilização popular. Em quase todos os bairros foram realizadas assembléias gerais, com expressiva participação, onde era comum as pessoas do povo falarem sobre a perda do dia de serviço por causa do atraso dos ônibus, ou então pela falta de ônibus. Muitos clamavam pelo fim do monopólio da Alvorada e outros mostravam que a instalação do sistema aquaviário, sem mexer com a Alvorada, não ia resolver o problema do transporte em Vila Velha.

As assembléias nos bairros, as reuniões das comissões de bairro, a ida de casa em casa e o apoio das igrejas resultaram num abaixo-assinado com mais de 40.000

assinaturas.

2.2 A Grande Assembléia

No dia 8 de outubro — um domingo — os jornais locais noticiaram timidamente, como algo sem muita importância, a realização de uma assembléia no colégio Marista de Vila Velha, onde os moradores do município discutiriam o problema do transporte coletivo e manifestariam o protesto contra o monopólio da empresa Alvorada sobre a prestação desse serviço.

Foi a partir desta assembléia que o Movimento de Transporte Coletivo chegou ao conhecimento de parcelas mais amplas da população da Grande Vitória. Até então, o reconhecimento de sua existência encontrava-se restrito à rede de relações que lhe dava sustentação.

Já eram quase duas horas da tarde e o amplo salão do colégio, que comportava quase 700 pessoas sentadas, já estava quase repleto. Eram muitas as pessoas, na maioria jovens, que se encontravam ocupadas com a organização da assembléia. À porta de entrada, algumas delas pareciam ali estar especialmente para dar as boas-vindas, enquanto outras se encarregavam de colher assinaturas e, outras ainda, de acomodar os recém-chegados em determinados lugares no salão. Os moradores foram agrupados de acordo com os seus bairros, indicados no recinto através de faixas que obedeciam a uma ordenação previamente traçada.

Outra pessoa, sentada ao lado da porta de entrada, carregava uma caixa onde eram depositadas as contri-

buições voluntárias a serem destinadas para o pagamento das despesas do movimento. No fundo do salão havia ainda uma comissão "tirada" especificamente para receber a imprensa e outros que se ocupavam com os últimos retoques num mural alusivo aos problemas do transporte e ao Movimento — documentos, recortes de jornal e um cartaz destacando as mais de 40.000 assinaturas conseguidas no abaixo-assinado.

No palco, outros terminavam os últimos preparativos de instalação do som e, embaixo, ao lado, um rapaz acompanhado por um violão e rodeado por outras pessoas, "puxava" cantos especialmente preparados para animar o Movimento e, certamente, para segurar o pessoal na assembléia, evitando o seu esvaziamento. Todos cantavam animadamente melodias populares com letras adaptadas que aludiam aos problemas do povo, principalmente o transporte.

É interessante conhecer algumas:

PATRÃO, O ÔNIBUS ATRASOU

Patrão, o ônibus atrasou
Por isto estou chegando agora
Acordei de madrugada e afinal
O ônibus atrasou uma hora
O senhor não tem razão
Prá me mandar embora!

O senhor tem paciência
É preciso compreender:
Moro na periferia
Ganho mal para viver;
Um atraso é muito justo
Quando há explicação
Sou um chefe de família
Preciso ganhar meu pão.
(Não diga não!)

Mambo da ALVORADA

Só mesmo vendo como é que doi
Só mesmo vendo que agonia
Acordar de madrugada
Viajar na Alvorada
Morar na periferia

Eh! Alvorada, Eh! Alvorada, Eh! Alvorada
Eu vou morrer de esperar!
Eh! Alvorada, Eh! Alvorada, Eh! Alvorada
Eu não quero me atrasar!

CHEGOU A HORA

1. Chegou a hora/tem que ser agora
Chegou a hora de nossa libertação
Pois vamos todos nos tornando conscientes
Sendo gente para frente
Construir um mundo novo (bis)
2. Chegou a hora/tem que ser agora
Chegou a hora de haver vida completa
A grande prova de entre nós haver pecado
É ver o irmão explorado
E querer deixar de lado (bis)
3. Chegou a hora/tem que ser agora
Chegou a hora de saber da situação
Muitos irmãos não tem casa prá morar
Se o filho chora de fome
Não tem como sustentar
4. Chegou a hora/tem que ser agora
Chegou a hora de ninguém nos enganar
Promessas falsas/Faço isso/Falo aquilo
Jesus Cristo está conosco
Prá nos orientar.

A organização da Assembléia sugeria, sem dúvida, a existência de um grande esforço prévio de prepara-

ção, e o salão, lotado com mais de 750 pessoas, expressava o exaustivo trabalho de mobilização realizado na etapa anterior, através das reuniões e assembléias ocorridas nos bairros e do grande abaixo-assinado que percorreu praticamente todo o município.

O principal objetivo da assembléia foi o de proceder à leitura, discussão e aprovação dos documentos a serem enviados aos órgãos públicos envolvidos com a questão dos transportes. Houve muita polêmica até à efetiva "definição dos órgãos", pois o comportamento dos condutores da assembléia — pelo menos aparentemente — indicava a existência de uma "posição fechada" sobre quem deveria e quem não deveria ser procurado.

A Viação Alvorada, por exemplo, foi logo descartada, partindo-se do princípio de que ela era somente uma concessionária de serviços. A prefeitura, o DETRAN e outras instâncias do poder público, por conseguinte foram tidos como os únicos grandes culpados pela péssima qualidade dos serviços prestados. Entretanto, a imagem da Alvorada era, a todo instante, reforçada como sendo a inimiga imediata número um do povo, e o Claudionor Lorenzutti, seu proprietário, era malhado e até mesmo ridicularizado pelos presentes. A recusa de dirigir reivindicações à Alvorada foi várias vezes reforçada pela plenária através de denúncias do boicote empreendido pela empresa à assembléia. Inúmeros foram os retardatários que tiveram que "andar a pé" pois a empresa simplesmente havia retirado muitos ônibus de circulação.

Mas a polêmica maior girou em torno dos polí-

ticos: Deve-se ou não procurá-los?

Iniciado o debate sobre a questão, percebia-se a existência de um clima quase que generalizado de total descrédito a políticos. Um clima até de temor, ante a perspectiva de procurar "essa raça de gente que só vai atrás do povo quando precisa de voto" e "só se interessa pela organização popular para se aproveitar". Os argumentos dos discordantes, que de modo algum coincidem com os dos organizadores do movimento, só serviram para a reafirmação da posição negativa de manutenção de contato com qualquer político. A plenária vibrou quando votou contra.

Não se pode deixar de considerar que essa ojeriza aos políticos era substancialmente reforçada, naquele momento, dada a proximidade das eleições no dia 15 de novembro. Assim, os portadores e aspirantes a mandatos presentes na Assembléia engoliram a carapuça de "oportunistas" e muito pouco se expuseram, mesmo porque "a palavra estava aberta a todos, desde que falassem enquanto moradores".

Essa preleção foi um alerta, também, a alguns estudantes presentes. Não por serem estudantes, mas porque portavam algo como um estigma de serem parte do Movimento Estudantil e de terem pedido o uso da palavra para solicitar a inclusão de reivindicações específicas dos estudantes no que se referia às duas linhas diretas que a empresa mantinha entre Vila Velha e a Universidade.

O temor à descaracterização do movimento era patente. Já havia sido manifestado em relação aos políticos e agora estava sendo também explicitado em relação aos estudantes. Um temor compreensível. Aos primeiros, em virtu-

de da herança populista e paternalista que marca a atuação da maioria dos parlamentares. E aos estudantes, em função da própria tradição do movimento estudantil, onde sempre se desfolharam inúmeras palavras de ordem procedentes de distintos grupos organizados concorrentes, e que, se disseminadas no interior do movimento popular, supostamente concorreriam para o seu desvirtuamento. Pelo menos era isso que parecia inspirar o comportamento dos organizadores do MTC.

Tendo sido resolvidos todos os impasses que pareciam ameaçar o bom andamento da organização popular e da própria assembléia, passou-se à eleição das comissões que iriam aos órgãos, assim definidos e aprovados pela assembléia: Prefeitura de Vila Velha, Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN), Governador do Estado, Departamento de Estradas de Rodagem (DER) e Secretaria do Interior e Transportes.

A escolha dos membros foi feita através de sucessivas indicações e arranjos, de modo a garantir uma "efetiva representação popular" e a divisão dos organizadores entre as cinco comissões.

A própria dinâmica organizativa da assembléia revelava, aos olhos de qualquer observador mais atento, que o movimento contava com um grupo muito coeso encarregado de coordenar as atividades e os seus rumos. As relações de intimidade, visíveis entre eles, eram marcadas por uma determinada concepção de Movimento Popular, cujas características, aos poucos, iam se delineando em suas atitudes, comportamentos e discurso.

Em nenhum momento, por exemplo, eles se apresentaram como membros de qualquer canal institucional de representação popular (Associações de Moradores, Partidos Políticos, Movimentos Comunitários etc). E faziam questão de frisar que o MTC era um movimento surgido do povo, feito pelo povo, cujo controle tinha que ficar nas mãos do povo. Ou seja, face às péssimas condições do transporte, à crônica omissão do poder público e à inércia dos "pelegos" dos Movimentos Comunitários existentes em quase todos os bairros do município, os coordenadores faziam crer que o povo havia se conscientizado da necessidade de se organizar para a busca de soluções, assim como de se manter sempre vigilantes às investidas de interesses alheios a ele — povo — e às manobras oportunistas.

Assim, mediante um discurso que diluía e anulava a dicotomia direção/massas o grupo coordenador parecia se revestir de uma característica de ser povo, junta-mente com o povo, ou seja, de não se constituir na vanguarda do movimento.

A grande assembléia foi, além de muito concorrida, marcada por um clima participativo, animado e alegre do começo ao fim. Ao som dos "Cânticos para animar" todos saíram imbuídos da importância da participação e da organização do povo para a conscientização e solução dos seus problemas.

No dia seguinte, a grande imprensa — falada e escrita — dava destaque ao acontecimento.

2.3 O Contato com o Poder Público

O período ocupado com os primeiros contatos — feitos por algumas comissões — e tentativas de estabelecer contato com o poder público — por parte de outras —, foi de mais de trinta dias. O desenrolar dos acontecimentos era acompanhado de perto pela comissão geral, que se reunia todas as semanas em local cedido pela Arquidiocese de Vitória ou pela Caritas.

O contato com o poder público, diga-se logo, foi desolador. Nenhum órgão se mostrou pronto a atender às reivindicações, mas a cada negativa correspondia uma reflexão em conjunto com as comissões de órgãos, onde se evidenciava que os órgãos públicos não são organizados para atender ao povo, e sim à empresa Alvorada em particular e aos donos do dinheiro em geral.

A comissão da prefeitura, por exemplo, descobriu que a Câmara de Vereadores havia aprovado a lei municipal de nº 1561/75 de 08.04.75, regulamentando o transporte coletivo de passageiros e as linhas de ônibus dentro de Vila Velha, cujo artigo 50 do capítulo II diz o seguinte: "Fica garantido à empresa que atualmente explora as linhas (Alvorada) o direito de continuar explorando as diversas linhas criadas antes da lei". Diante disso, a empresa Alvorada conseguiu, através de um requerimento enviado ao prefeito Solon Borges em setembro de 1975, a concessão das linhas criadas antes da lei, e outras tantas depois da lei, por tempo indeterminado.

Já dá para perceber que o contato com o pre-

feito não foi nada promissor. De mais a mais, ele se colocou como vítima, dizendo que no tocante às linhas intermunicipais não podia fazer nada, tendo em conta que eram de competência do DETRAN e, em se tratando de um órgão estadual, as suas chances de influir se viam anuladas, já que, "sendo do MDB, não recebia nenhum apoio do governo estadual...". Não obstante as lamentações, as divergências políticas e os desencontros de competências entre o poder público municipal e estadual, a comissão da prefeitura saiu de lá com a promessa de que, ao menos para as linhas internas — ligação dos bairros às lanchas — o prefeito abriria concorrência ainda em novembro do mesmo ano.

A comissão do DETRAN voltou com a típica resposta desmotivadora: o documento contendo as reivindicações ia ser submetido a um estudo técnico.

O DER e a Secretaria do Interior e Transportes não deram respostas claras e o governador ficou enrolando para receber a comissão. Não havia meio de se conseguir uma audiência com ele. E, quando foi conseguida, ele simplesmente evitou a abordagem direta do assunto e, habilidosamente, envolveu a comissão dizendo que aqueles problemas eram de natureza mais profunda. Tratava-se, segundo explicou, de uma questão política, na qual ele havia se empenhado muito, que era a fusão do município de Vila Velha a Vitória. Infelizmente, continuou, os moradores de Vila Velha se manifestaram contra, mas, não fosse isso, esses problemas teriam sido resolvidos. E falou, falou, falou. Lamentou não poder ter um diálogo franco com o prefeito de Vila Velha, já que ele se recusava ao bom entendimento. E

exaltou o muito que já havia feito por Vila Velha, "a despeito da arrogância e antipatia do prefeito, que era da oposição..."

Muito blá-blá-blá e nada de concreto para o movimento. A comissão saiu de lá decepcionada. Alguns de seus membros comentaram depois que não haviam sido recebidos como deveriam.

3 O ARREFECIMENTO

3.1 O Distanciamento das Bases

É importante salientar que depois da grande assembléia, quando teve início a fase de diálogo com o poder público, o movimento passou a girar em torno das comissões de órgãos e da comissão geral, ficando as bases — ou comissões de bairro, como muitos faziam questão de denominar — sem atividades concretas para se envolverem.

Ocupados que estavam com o "vai e vem" aos órgãos e com as constantes reuniões de avaliação, ou ainda com a desalentadora expectativa da "espera de respostas", os coordenadores não se davam conta de que as bases foram ficando distantes do movimento.

Mesmo sem soluções à vista optou-se pela convocação de outra assembléia geral de moradores a fim de não "esfriar o movimento" e de colocar em discussão a posição dos órgãos a fim de que os moradores definissem "os novos passos".

Desta vez, porém, sem ter sido motivada com

mecanismos prévios mobilizadores — abaixo-assinados, reuniões, assembléias nos bairros etc. —, a população não respondeu como antes à convocação. Não havia nem a metade do número de pessoas que tinha comparecido na assembléia anterior!

Sem ter nada de concreto para apresentar aos presentes como conquistas, a comissão geral fez uma espécie de confronto entre as respostas procurando explicitar o caráter de classe do Estado e as contradições do poder público, demonstrando uma perceptível intenção de promover a "conscientização e a politização do movimento". No entanto, a análise politizada da omissão dos órgãos se perdeu em meio a uma avalanche de detalhes, tamanha era a lista de reivindicações e tantos os órgãos envolvidos. Na plenária poucos eram os que acompanhavam a análise. A maioria, depois de ouvir um pouco, desinteressou-se dando início a cochichos.

Nem mesmo os "Cânticos para animar" foram capazes, desta vez, de "segurar" a assembléia que, aos poucos, se esvaziava. Mas a luta precisava continuar... e, entremeando os apelos de "espere mais um pouco...", "tem coisa importante ainda para decidir...", foram discutidas e aprovadas as seguintes propostas como os "novos passos do movimento": 1-fortalecimento das comissões de bairro; 2-continuidade do trabalho das comissões de órgãos e vigilância à resposta das autoridades; 3-criação de um boletim do movimento, donde resultou a formação de mais uma comissão com oito pessoas, dentre as quais eu era uma delas.

Até o final do movimento foram feitos cinco boletins. O Anexo 2 mostra um deles.

3.2 A Quebra do Monopólio Interno - A Conquista do Movimento

O primeiro número do boletim saiu em dezembro de 1978. Resumia-se a uma folha de papel ofício dobrada no meio, mas era suficiente para veicular várias notícias dos bairros, os informes do movimento e, principalmente, as atividades das comissões de órgãos. Constituíam-se numa suposta fonte de dinamização das "comissões de bairro" no sentido de manter as bases informadas e, portanto, integradas ao movimento. A última página do primeiro boletim trazia a seguinte notícia:

E O MONOPÓLIO...? CONTINUA...?

"O prefeito de Vila Velha disse, antes das eleições, através do Diário Oficial, que ia ocorrer no dia 11 de dezembro a abertura dos envelopes para a concorrência das novas linhas. Mas o prefeito, depois das eleições e sem consultar o povo, mudou para o dia 15 de janeiro. Será que o prefeito está mesmo querendo abrir concorrência?
O que será que tem por trás disso?
Olho aberto, comissão da Prefeitura!"

As comissões se reuniam regularmente. De quinze em quinze dias, havia o encontro conjunto entre a comissão geral, as comissões de órgãos e a comissão do boletim, com um comparecimento médio de 30 a 40 pessoas. Inter-calando, também de quinze em 15 dias, a comissão geral rea-

lizava suas reuniões, das quais participavam também membros da comissão do boletim.

Essa intensa frequência de reuniões mantinha aceso o contato do movimento com o poder público no sentido de exigir soluções, assim como a possibilidade de programar mobilizações "da base", quando necessárias. Foi assim que, no dia 15 de janeiro, foram mobilizadas aproximadamente cem pessoas que se concentraram no pátio da prefeitura aguardando a abertura dos envelopes da concorrência para as linhas internas que já havia sido adiada por duas vezes. Agora a decepção era outra: depois de muita espera e de muita pressão, o prefeito deixou o seu gabinete e, mediante um discurso agressivo e improvidado na praça, anunciou que nenhuma empresa havia se inscrito para a concorrência. Depois de tirar a culpa dos seus ombros, pediu mais 30 dias de prazo a fim de que pudesse providenciar a abertura de nova concorrência a empresas de fora do Estado.

Mas a realização da concorrência não demorou 30. Demorou 60 dias. A abertura dos envelopes só foi acontecer no dia 30 de abril de 79, e não sem uma astuciosa manobra para dispersar a concentração de pessoas que se aglomeravam na praça da prefeitura: simplesmente transferiram o ato de lugar (da prefeitura para o Departamento de Transporte e Trânsito — este, um prédio afastado do centro de V. Velha). Resultado: Formou-se imediatamente uma passeata, na qual as mais de cem pessoas andaram cerca de dois quilômetros para se certificarem de que uma empresa do Rio de Janeiro havia manifestado interesse pelas linhas. Era a VERDUN.

Em junho, o terceiro boletim do movimento destacava:

"A VITÓRIA DO POVO DE VILA VELHA"

COM A NOSSA UNIÃO E A NOSA LUTA CONSE-
GUIMOS ACABAR COM O MONOPÓLIO DA ALVORA-
DA EM VILA VELHA!...

3.3 A Reação da Empresa

Enquanto a prefeitura informava que em maio os dezesseis ônibus da VERDUN começariam a funcionar, a empresa Alvorada se preparava para entrar judicialmente com um mandado de segurança contra a prefeitura, alegando ilegalidade na concorrência.

A empresa se baseava no tal artigo 50 da lei municipal de nº 1561/75, ao qual já havia recorrido quando da abertura de uma concorrência em outubro de 1978 para 82 linhas e havia recebido liminar favorável do juiz. Ela argumentava que as dez linhas da VERDUN estavam incluídas entre as 82 já garantidas judicialmente.

As ameaças da empresa impunham ao movimento dois caminhos: 1-pressão sobre a Câmara de Vereadores para alteração na lei 1561/75 para garantias futuras; e 2-pressão sobre o juiz para que não fosse concedida liminar favorável à empresa.

O eixo da luta se deslocara, necessariamente, para a defesa da conquista. Uma conquista que, embora significasse o resultado de uma trajetória de lutas intensas e de esforço organizativo, não satisfazia inteiramente por-

que não ia de encontro às expectativas criadas em torno da principal bandeira do movimento, que era a quebra do monopólio das linhas intermunicipais. Mesmo assim, a quebra do monopólio a nível interno do município foi comemorada com muita festa — canjicão, sanfona e tudo mais. Entretanto, existia muita luta ainda pela frente face aos objetivos definidos inicialmente, mas a disposição geral já não era a mesma de um ano atrás. Num momento em que a mobilização popular se constituía na fundamental arma para fazer frente à complicada trama que envolvia Empresa/Justiça/Prefeitura/DETRAN, os participantes demonstravam cansaço e desestímulo. O estudo "técnico" do DETRAN, como era de se esperar, nada resolvera, apesar de terem chamado a comissão do movimento e apresentado respostas a todos os itens, compondo seis laudas.

O que fazer?

4 A DESMOBILIZAÇÃO E A DESARTICULAÇÃO DO MTC

A necessidade de fortalecimento das comissões de bairro era não só patente, como também frequentemente explícita no discurso dos principais coordenadores do movimento. Sem isso não se poderia fazer frente aos entraves de natureza econômica e política que, a cada momento, se mostravam com mais veemência.

No entanto, na mesma proporção em que os entraves surgiam, o trabalho de ampla mobilização nos bairros decrescia, principalmente porque as principais lideranças dos bairros estavam comprometidas com o contato com os ór-

gãos e com as frequentes reuniões semanais e/ou quinzenais que se realizavam em Vitória para "avaliação" e definição dos "próximos passos". Por outro lado, a morosidade do poder público em dar respostas às reivindicações e a falta de maiores conquistas foi gerando um desânimo que atingiu até certas lideranças de bairro, que deixaram de comparecer com assiduidade às reuniões.

Assim, se nas bases a coisa não andava bem, a nível de coordenação e encaminhamento a situação, como se vê, não era nada alentadora. Não demorou muito, inclusive, a decisão de se fundir todas as comissões numa só, o que, naquele momento, ao contrário de significar um avanço, representava um recuo em termos de força de pressão do movimento.

Mesmo assim, o boletim nº 4 continuava refletindo a intenção de fortalecer as comissões de bairro e de reforçar a luta contra o monopólio intermunicipal:

"VAMOS FORTALECER NOSSAS COMISSÕES"

"PELA QUEBRA DO MONOPÓLIO VILA VELHA x VITÓRIA.

A luta pela melhoria dos transportes não acabou.

O DETRAN, desde o ano passado, prometeu que depois que saíssem a concorrência interna, iria começar os trabalhos para a concorrência externa. A concorrência interna já saiu e o DETRAN ainda não se mexeu.

Vamos minha gente! Se o governo não se mexe, o povo tem que se mexer!...

O pessoal das comissões está trabalhando. Resta agora o apoio e o fortalecimento das comissões de bairro".

Mas qual nada!

Depois da passeata que culminou com a "quebra do monopólio ao nível interno", e da festa que comemorou a vitória, não houve mais nenhuma manifestação pública que implicasse em mobilização das "bases do movimento". A nível da comissão coordenadora, sob o argumento de que ela não estava mais "tão representativa", houve uma recomposição com a saída de alguns coordenadores e a entrada de "pessoas das bases". Percebi que a maioria, inclusive eu mesma, não havia entendido as razões dessa recomposição, pois na realidade não implicou em nenhuma alteração do ritmo, já quase estagnado, do movimento. Entretanto, o argumento de "dar à comissão geral maior peso popular" era sempre bem vindo e aceito por todos, considerando o princípio básico corrente de que competia ao povo a direção e o controle das suas organizações e movimentos.

A partir do episódio da "quebra" do monopólio interno, o movimento andou, por assim dizer, nas cùpulas. Avaliações, redefinição de comissões e tentativas de dar novos passos foram os assuntos em pauta até o descenso completo do MTC, que ocorreu em novembro de 1979.

5 O PROCESSO DE AVALIAÇÃO

Os espaços destinados à avaliação eram reser-

vados com constância no desenrolar do movimento. Tudo era avaliado. As assembléias, a ida das comissões aos órgãos, a concorrência, a passeata, a festa, etc. O movimento, em si, também era avaliado com certa frequência, principalmente quando as coisas não andavam muito bem. A uma certa altura, não é que ele não andasse bem. Ele simplesmente não andava mais. A pergunta era então: O que fazer?

Os membros mais ativos na condução do movimento — que formavam um grupo coeso e articulado e cujas opiniões e propostas eram sempre determinantes no posicionamento do "pessoal de base" — mostravam-se seguros sobre o que fazer: dar a luta unificada dos transportes por encerrada e prosseguir, nos bairros, com lutas específicas.

A avaliação feita a nível da comissão geral do movimento — e que conduziu e justificou a decisão de não prosseguir o MTC — foi a seguinte:

"O interesse do povo diminuiu com a entrada da VERDUN, pois além do funcionamento das nove linhas, a Alvorada, para atrapalhar a VERDUN, melhorou os serviços".

"Com a inauguração da segunda ponte vai melhorar ainda mais o transporte e vai diminuir a motivação do povo para a luta".

"... O movimento de transporte está sem base nos bairros. Devemos mostrar, nas comunidades, que a entrada da VERDUN foi uma vitória do povo".

"... A concorrência externa é difícil de conseguir porque tem lei que proíbe a entrada de outra empresa onde a Alvorada já está e nós já estamos sem força para lutar contra isso".

"Precisamos entender que não somos nós, aqui, que vamos decretar o fim do MTC. O movimento já acabou porque o tempo fez com que as comissões acabassem".

"A luta reivindicatória de bairros vai bem, em termos de mobilização, até o momento em que não se depara com o Estado, porque a partir desse momento começa a embromação".

"Desde o início, o objetivo maior era o fazer um trabalho de mobilização e de conscientização política, sendo o transporte só um meio. Na prática, isso se perdeu um pouco, mas foi uma experiência válida dentro do princípio de que é em cima da ação que a gente reflete a teoria, ...o pessoal (povo) vai se conscientizando, lutando e aprendendo a se organizar".

Todos foram convidados a dar opinião. Havia gente que não estava muito de acordo com o fim do movimento porque o problema do transporte "ainda estava igualzinho ao que era antes e o pessoal no bairro estava cobrando". Além do mais... "não podemos parar em vitórias, porque senão o povo fica desacreditado. Se pra nós foi vitória, para o pessoal não foi".

Entretanto, a idéia de não prosseguir com o movimento já estava muito presente e sedimentada na cabeça das principais lideranças, inclusive as "de bairro", que diziam o seguinte: "O movimento foi muito importante. Teve uma importância enquanto foi forte. Pelo menos foi um grande exemplo de onde se tirou proveito para outras coisas". Ou então:

"O movimento foi muito importante porque foi uma luta pelos nossos direitos. E nós temos que lutar para que o mundo seja mais humano e melhor para todo mundo, porque há muita miséria e opressão dos grandes sobre os pequenos. Nós, que somos pequenos, temos que nos unir, porque é a nossa união que vai mostrar um modo pra se trabalhar".

E o modo já havia sido encontrado, embora discutíssemos juntos, para chegarmos a uma conclusão. As comunidades foram consultadas, através dos seus "representantes" e constatou-se que "o pessoal nos bairros já estava envolvido com outras lutas": Na Ilha das Flores havia sido iniciada a reivindicação pelo esgoto. No Aribiri havia três comissões envolvidas na "luta dos valões" e estavam esperando a resposta a um documento entregue no DNOS e na Prefeitura. Em Soteco estava sendo feito um levantamento sobre os problemas do bairro. No Ataíde, depois de uma assembléia geral, "tirou-se" a comissão do lixo, a do esgoto e a do calçamento. Em Alvorada, havia uma comissão de mulheres envolvidas com o problema do transporte, mas já

havia sido sugerida a prática de reuniões por ruas para a discussão do problema do esgoto. Em Santa Mônica as lutas eram por iluminação e legalização de terrenos. No bairro de Santa Rita, os moradores discutiam as implicações do PRO-MORAR e em Jardim Marilândia a luta era pelo fim do valão. Só no bairro Novo México é que havia ainda uma comissão interessada em dar continuidade à luta do transporte.

Pergunta-se:

- Como dar continuidade ao Movimento do Transporte tendo-se em conta que os bairros estão envolvidos com outras lutas?

Respondia-se:

- O jeito é convocar todas as comissões de bairros para uma assembléia a fim de decidir.

No dia quatro de novembro de 1979 a assembléia foi realizada e, após um "balanço geral do Movimento de Transporte", as comunidades, ou melhor, "o povo" decidiu os rumos do movimento popular. "O Movimento de Transporte acabou, mas a luta continua em cada bairro em torno dos seus problemas específicos".

CAPÍTULO IV

A DINÂMICA INTERNA DO MTC

Quando os jornais locais noticiavam o MTC, transmitiam a idéia de que se tratava de um movimento feito pelos moradores de Vila Velha.

Quando, nas assembléias, reuniões e avaliações, as lideranças se referiam ao MTC, ou mesmo quando escrevamos no boletim, ele era mencionado como um movimento feito pelo povo.

Referências e considerações como essas, além de não fornecerem uma idéia clara em torno de quem são os verdadeiros protagonistas em ação, e portanto uma real dimensão das bases do movimento, podem conduzir a uma concepção deformada do seu alcance social e político. Por isso é preciso sair do plano da fachada, da aparência, para a explicitação daquilo que se passa no interior do movimento. Assim, o reconhecimento das características das bases, dos elementos que lhes conferiram coesão e identidade, das relações das bases com as lideranças, as relações estabelecidas com outros movimentos e instituições, é de fundamental importância para uma compreensão mais aproximada do alcance social e político do Movimento de Transporte Coletivo.

1 AS BASES

As bases do MTC eram formadas por quem? Onde foram recrutadas?

Vejamos isso a partir da própria visão dos "participantes de base".

"O MTC partiu das comunidades de base da Igreja. Eu comecei a participar desde o início porque faço parte da equipe do Conselho de Periferia de Vila Velha" (estudante de biologia, participante das CEBs "dentro do aspecto religioso da conscientização").

"Eu participava da equipe da periferia e nós vimos, na época, que só o evangelho não resolvia o problema ... Quem iniciou o movimento foi a equipe de periferia" (morador da Glória - auxiliar da coordenação da CEB no bairro).

"O movimento começou a partir de uma reunião do Conselho de Periferia, que foi em abril de 1978" (morador de Novo México, membro da CEB e conselheiro do grupo).

"No início tivemos muito apoio das comunidades. A gente foi muito incentivado pela pastoral e a Caritas" (Moradora de Novo México - Catequista).

A maioria das lideranças de bairro se declarou participante das CEBs e revelou que o movimento surgiu

por iniciativa de pessoas ligadas ao trabalho pastoral da Igreja a nível de Conselho de periferia. De fato, as entrevistas feitas com agentes pastorais, que eram também lideranças do MTC, mostraram que o embrião do movimento estava no seio do próprio trabalho de reflexão religiosa desenvolvido no interior das CEBs, a partir de diretrizes mais amplas da própria Igreja. Antes mesmo de qualquer preocupação com o MTC, a Arquidiocese de Vitória, em conjunto com a Diocese de São Mateus, lançou uma versão do documento aprovado pela CNBB intitulado "Exigências Cristãs para uma Ordem Política" (Anexo 3), que foi lido, estudado e discutido em todas as CEBs. Segundo um dos agentes,

"esse documento levada as pessoas a se comprometerem com a realidade e tentar mudá-la. Toda vez que esse treinamento ia começando, nós já sabíamos que ia desembocar numa prática reivindicatória. Parecia incrível! Todo mundo começava a manifestar o interesse de lutar pelos seus direitos. Foi então que nós observamos que a questão do transporte era a principal. Quando entrou o ano de 1978, o transporte entrou no relatório anual das CEBs de Vila Velha. Assim, o movimento iniciou nas Comunidades de Base, promovendo assembléias mais restritas para se traçar os objetivos do movimento".

Em outras palavras, mais duas lideranças, também agentes pastorais, confirmaram o estreito vínculo do movimento com o trabalho de base da Igreja:

"O MTC foi feito a partir de um documento chamado 'Exigências Cristãs para uma Ordem Política'. Foi discutido em todas as comunidades no segundo semestre de 1977 os direitos e os deveres do cristão numa estrutura social capitalista. Foi focalizado bastante a questão de participação do povo e da necessidade do povo se organizar para se inserir nas decisões diretamente ligadas a ele".

Se, de um lado, houve a intenção deliberada dos agentes pastorais em iniciar um processo de prática de participação organizada reivindicatória entre os membros das CEBs que permitisse um "maior embasamento concreto para referenciar as reflexões teóricas desenvolvidas no seu interior", como afirmou outro agente pastoral, as próprias bases do movimento manifestaram, com frequência, que não teriam participado do MTC se não fossem membros das CEBs. Darcy, do bairro Novo México, disse que a sua participação deveu muito à CEB e que, se não fosse ela, não teria feito parte porque teria sido visto como pecaminoso. Seu Alziro acredita que também não teria participado. Luciene disse que nas CEBs viu o conceito de classes, de sociedade e de organização e acrescentou: "Eu acho que teria sido difícil participar se não fossem as CEBs".

Além de participarem das CEBs, quem são essas pessoas? O que fazem, onde trabalham?

Entre elas existem: professoras, aposentadas, empregados do setor de serviços (Telest, escritório de advocacia, governo), proprietários de pequenos estabelecimen-

tos comerciais, corretores de imóveis, barbeiros, donas de casa etc. Alguns, inclusive, nem sequer dependiam de ônibus, ou por serem aposentados ou por possuírem carro próprio.

A heterogeneidade, a nível de atividade profissional, é marcante. Mas nem por isso impediu o desenvolvimento de uma linha de conduta e de pensamento comum. Isso é muito importante de ser assinalado na análise de movimentos de bairro, onde é difícil a existência de motivações prolongadas, capazes de manter a continuidade de um movimento social.

Verifiquei que a base social mais atuante do MTC era formada pelos membros das CEBs, tendo sido exatamente isso aquilo que constituiu a condição básica da existência do MTC. E, como veremos logo adiante, os seus contornos foram dados pelos limites das próprias CEBs.

2 A IDENTIDADE FUNDADA NA FÉ

Se tomarmos como verdadeiro que a discussão do documento "Exigências Cristãs para uma Ordem Política" foi um elemento decisivo para o desencadeamento do MTC, cabe verificar o que conteria de tão marcante tal documento a ponto de motivar as pessoas à participação.

Em primeiro lugar é preciso salientar que o documento foi reinterpretado para uma versão popular, tendo sido editado na forma de um livreto de 31 páginas recheadas com ilustrações e um conteúdo disposto didaticamente, em linguagem simples e acessível, tornando estimulante, não só a leitura mas também a reflexão sobre determinados pon-

tos e questões levantadas.

O conteúdo, que reafirma a missão da Igreja e a fé nos símbolos e representações religiosas — Cristo, pecado, salvação — contém uma reflexão sobre a realidade social e política, mediada pela fé:

"Tudo o que atrapalha a nossa vida é pecado.

Tudo que é contrário à vontade de Cristo é coisa ruim: a fome, a miséria, o egoísmo, a exploração, a injustiça ... A fé deve orientar todas as nossas atividades, também as que se referem ao campo político ... A sociedade que está cheia de injustiças precisa ser transformada totalmente ... É papel de todo cristão participar na construção dessa nova sociedade".

A "Salvação de Jesus" é interpretada como o resultado da união e luta pela justiça e pela igualdade, numa constante valorização da participação e da organização como formas de realização da fé e da conquista de uma sociedade justa.

"Todo homem é um ser social" diz o documento. E enquanto tal vive organizado a exemplo dos jovens que se organizam para "passeios, futebol, reuniões e danças" e dos trabalhadores que, no sindicato, "se unem para lutar pelos seus direitos". Assim, afirma, "se os operários formam um grande grupo no sindicato, eles vão ter muito mais força para exigir seus direitos". Também, "um pedido feito por uma

comissão, com abaixo-assinado de todos os moradores, vale muito mais do que um morador da comunidade pedir sozinho".

Nota-se que o apelo organizativo é insistente. E o que é mais importante: é feito de modo a se constituir numa realização da fé e portanto, como um dever cristão.

O documento prossegue dando uma visão mais ampla da sociedade, assim como dos seus diferentes tipos ao longo da história, para depois enfatizar a perspectiva de mudança permeada pela esperança de construção de uma sociedade sem injustiças, onde o Estado sirva ao povo.

"A obrigação do governo é distribuir com justiça os bens da nação para todos os cidadãos. É isso que faz a felicidade do povo ... "as pessoas e os grupos sociais têm deveres para com a sociedade, como: o dever de participar da política; o dever de pagar impostos; o dever de reconhecer as autoridades que foram legitimamente eleitas... Mas o Estado não pode criar deveres que ferem os direitos do povo, como: proibir os sindicatos de lutar em favor do trabalhador; cobrar impostos acima das possibilidades do povo; impedir aos cidadãos de escolherem seus legítimos representantes".

Os argumentos são expostos num plano genérico, intercalados com questões que conduzem à reflexão da realidade mais imediata, ou seja, das condições concretas e cotidianas de vida.

O estímulo à participação é sempre retomado com afinco, para enfatizar que é somente através dela que se poderá resolver os problemas e caminhar rumo à construção de "uma nação mais justa e fraterna". A ênfase na participação e na organização se fez presente na maioria dos depoimentos sobre o MTC como se pode verificar:

"É difícil para mim ver quais são as soluções para os problemas do povo. Mas eu acho que está na organização do povo. Só o povo reclamando em grupo, em comunidade, vai conseguir solucionar os seus problemas. Gritar por um melhor salário, pela distribuição da renda, pela divisão do lucro das empresas"(Liderança de base no MTC e membro da CEB da Glória).

"O pessoal tem que procurar se organizar porque a gente não deve esperar por eles. Eles não fazem nada mesmo. Devemos fazer reuniões, assembléias e pedir com que o povo se organize porque só com a força do povo que a gente pode conseguir alguma coisa" (Liderança de base do MTC e membro da CEB de Novo México).

"Olha, é muito difícil o povo participar. Se todos os moradores participassem ... Mas por mais que a gente se esforce para dar uma consciência da real situação, mais eles se mostram sem interesse. As pessoas vão se acomodando, ficam sem ânimo e eu não sei a causa. O povo mesmo, o grosso, não participa. Quem participa é um grupo de pensamento que almeja uma renovação" (Liderança de base do MTC e mem-

bro da CEB da Toca/Itapoã).

"Enquanto o homem não deixar de ser egoísta, de querer sô para sí, será difícil resolver os problemas. Pois a gente vive numa sociedade capitalista, onde o único objetivo é o lucro, e o povo fica de lado das riquezas produzidas. Eu acho que a sociedade vai ser mudada porque o povo vai se conscientizar através do aperto da vida que não pode continuar assim. E o povo vai se organizar e lutar pelos seus direitos" (Liderança de Base do MTC e membro da CEB da Glória).

Apesar das nuances existentes entre as várias respostas, pode-se perceber que prevalece uma preocupação constante e comum: a importância da participação, da organização e da reivindicação coletiva.

Não se pode, no entanto, atribuir tão somente à discussão do referido documento a disposição de luta, pois a experiência organizativa de discussão em pequenos grupos — importante condição para os movimentos de bairro — já existia há pelo menos cinco anos em Vila Velha com a reestruturação da Igreja em CEBs. Neste sentido, é importante conhecer a visão que os próprios agentes pastorais que participaram do MTC têm das CEBs. Mas é importante assinalar que os depoimentos foram colhidos em 1981, época em que havia acentuadas divergências no interior do chamado "grupo da Igreja" acerca da prática pastoral e da prática política.

"Eu comecei a participar desde o primeiro encontro que a Arquidiocese promoveu que foi no período 70/71. O tipo de trabalho desenvolvido nas CEBs é religioso. Se fazem círculos bíblicos, grupos de reflexão que têm como finalidade mostrar a bíblia para o povo de forma bem visível e bem próxima à nossa realidade, dando um grande incentivo ao trabalho dos leigos na direção das celebrações. Formam-se equipes de serviço, de liturgia, social etc. que se preocupam com os problemas do bairro e também se faz o recolhimento do dízimo, que é a participação da comunidade na parte financeira da Igreja. Quase todas as comunidades têm se preocupado também com a questão social e política e sempre têm reuniões para a discussão dos problemas da comunidade".

Essa agente pastoral, membro ativo enquanto liderança do MTC, ao ser indagada sobre o que é ser cristão do ponto de vista das CEBs, respondeu que "o cristão é responsável pela transformação social. O cristão é aquele que busca o reino de Deus através da linguagem bíblica. Um reino onde não vai haver mais lugar para a desigualdade".

Vejamos agora a visão que um agente tinha sobre as CEBs, mas que posteriormente se desligou do "trabalho da igreja":

"A nível nacional as CEBs surgiram como uma opção da Igreja para com os pobres, para com a justiça social... Foram as

contradições da conjuntura da época(1968) que fez com que se proclamasse a favor dos pobres. A Igreja passa a ter um compromisso com o povo e passa a ser a voz daqueles que não tem voz.As CEBs surgem como uma proposta de conscientizar o povo de seus direitos e deveres.Surge como uma proposta de "educar" - conscientizar o povo de que ele tem direito de tomar decisões no país. As CEBs ocupam um espaço criado pela crise econômica-política-social gerada pelos regimes autoritários que acumularam a renda nas mãos de poucos, deixando a grande maioria em condições marginais... A religião criou um conformismo. Mas a CEB tenta corrigir mostrando à população que ela tem um poder de barganha quando se une. A CEB se propõe a desmistificar a ideologia dominante quanto à questão social...".

No Espírito Santo, o processo de criação das Comunidades Eclesiais de Base da Igreja, foi muito intenso. Tanto que os primeiros encontros, ocorridos em 1975 e 1976, foram realizados em Vitória. No interior do Estado, o trabalho foi iniciado em 1969, e na Grande Vitória em 1973. Existem aproximadamente mil CEBs em todo o Estado, estando por volta de 300 delas localizadas na Grande Vitória.

Todo esse conjunto de informações colhidas, mais as experiências pessoalmente vividas me levam a constatar que o MTC não foi um movimento espontâneo, como poderia parecer à primeira vista. Havia, ao contrário, uma intenção deliberada para a sua articulação, assim como a existência

de todo o aparato institucional da Igreja para a sua sustentação. Durante a trajetória organizativa, a luta pela conquista da "quebra do monopólio" não parecia ser o principal fator de motivação, ou seja, não se revestia de uma força capaz de se impor, por si mesma, aos participantes e de sensibilizar os moradores. Na verdade, essa bandeira de luta se mostrou muito mais como um bom motivo para possibilitar o exercício de novos deveres do cristão. — lutar pelos seus direitos através da participação e organização — do que propriamente como algo que deveria, a todo custo, ser conquistado.

A importância da participação e da organização para a promoção da conscientização foram expressões das mais usadas durante o MTC. E não só durante. Posteriormente, durante as entrevistas, a maioria dos participantes que era de comunidade de base lamentou as poucas conquistas em termos de melhorias dos serviços de transporte, mas salientou que "a maior conquista para a gente foi a organização do povo e fazer com que ele participasse das comissões e assembléias".

Os relatos sobre as dificuldades encontradas para a mobilização do povo reforçam ainda mais a hipótese de que os limites do MTC em muito pouco transcederam os limites das próprias CEBs.

"Você vê, a gente fez uma assembléia aqui em Vila Nova que teve a participação de uma 50 pessoas, e dali em diante passamos para o abaixo-assinado. Até ali o povo ajudou e a partir daí ele não par-

ticipou. Quando tinha reunião, todo mundo arranjava algum motivo para não ir. A gente sentia a acomodação do povo. Eles achavam que só a Comunidade de Base é que teria que fazer tudo e ficavam esperando os resultados" (Liderança de base do MTC e membro da CEB de Vila Nova).

"O movimento durou um ano e meio, mas acho que foi o pessoal mais engajado na Comunidade que participou, do que os de fora. Porque a gente que está trabalhando sentia um medo muito grande de ser preso e ser repreendido pelas autoridades. Mas nós fazíamos assim: primeiramente a gente conversava na Comunidade e depois a gente mandava distribuir cartas e cada Comunidade distribuía. Na Glória, o próprio povo não acreditava e diziam que era uma conversa que não ia levar a nada" (Liderança de base do MTC e membro da CEB da Glória).

Após o pique da mobilização, conseguido por época da grande Assembléia e do abaixo-assinado, quando o movimento já entrara em descenso, as lideranças insistiam em afirmar que o MTC não era um movimento da Igreja e não podia ser identificado como um movimento das CEBs. Entretanto, nos bairros, essa identificação era inevitável e irreversível.

"Muitas pessoas acham que esse tipo de movimento não resolve nada. E ainda ficam gozando dizendo que o movimento só tinha música criticando a Alvorada e que

a Igreja não tem nada a ver com essas coisas" (Liderança de Base do MTC e membro da CEB de Novo México).

"A gente comunicava o povo sobre o movimento na hora do culto. Quando ia ter assembléia, a gente também fazia convite e distribuía de casa em casa. Eles eram bem aceitos, mas não fazia com que a população participasse. A gente sempre procurava fazer as reuniões junto às questões das CEBs: o grupo de catequese, o grupo de jovem e outros. Acho que isso foi uma falha nossa na mobilização de outras pessoas que não fizessem parte da Comunidade de Base. Por isso que no meu bairro o movimento ficou bastante restrito à Comunidade de Base" (Liderança de base do MTC e membro da CEB de Colorado).

Não faltaram tentativas para ampliar as bases do MTC. Tentativas essas, que obedeciam os próprios meios e canais da Igreja. Vejamos por exemplo o que disse uma liderança de base do MTC — também membro da CEB da Glória:

"Nas assembléias e nas passeatas teve grande participação do povo. O pequeno estava sentindo a dor das pancadas, já sabia gritar. E a gente tinha a nossa arma para comunicar o que se passava; tinha uma folhas batidas que a Arquidiocese fazia. Essas folhas mostrava para que servia o movimento e com essas mesmas folhas fomos ajudar a greve dos motoristas. Essas folhas falava sobre a ferramenta que a gente ia usar, pois não

adiantava uma luta sozinha. Precisava todo mundo unido. Todo mundo comum, graças a Deus, o Espírito Santo iluminou a gente para a luta".

Praticamente todos os setores envolvidos com o trabalho das Comunidades de Base em Vila Velha, se interessaram e incentivaram o MTC: leigos e clérigos.

"Nós tentamos todos os meios para mobilizar a população. Procuramos, inicialmente marcar reuniões. Depois resolvemos anunciar nas missas — mas não surtiu muito efeito. Depois foi feito uma cartinha que foi distribuída em todas as comunidades. E vimos que existia uma dificuldade muito grande em mobilizar o povo. Assim, o padre Frei Renato nos deu um grande apoio, falando com o povo sobre a necessidade de se organizar, mas mesmo assim não deu em nada. O povo não acreditava muito no movimento. Eu ainda acho que ele ficou mais dentro das Comunidades de Base".

Verifica-se que os problemas específicos do dia-a-dia não se constituíam, em si mesmos, elementos motivadores e desencadeadores fundamentais da luta reivindicatória coletiva. No MTC, particularmente, os elementos motivadores transcendiam o "problema do transporte" e se assentavam, basicamente, numa identidade fundada no exercício de uma fé religiosa com um sentido ético-político. Ou seja, a força propulsora do MTC estava situada na identidade

simbólica existente entre os participantes a partir da prática da fé. Uma fé cujos símbolos, representações e práticas, permitiam determinada compreensão crítica da realidade e um tipo de intervenção sobre ela, movida, antes de tudo, pelo dever de ser cristão.

3 A RELAÇÃO DAS LIDERANÇAS COM AS BASES

"A estrutura do MTC seguiu a estrutura do trabalho de pastoral. O trabalho nos bairros funcionava através do conselho do setor. As propostas que vinham da Arquidiocese, através do conselho geral, não eram questionadas pelo conselho do setor. As coisas eram feitas de forma que a comunidade não questionava a decisão do setor e assim por diante. As CEBs não só foram a base de sustentação do movimento, como serviram de modelo organizativo. No meu bairro houve quatro assembleias, sempre assumidas e coordenadas por agentes de fora que davam sempre a palavra final. Eu me lembro que a gente se envergonhava de propor coisas diferentes das deles". (Este depoimento partiu de um agente pastoral que, no início do MTC, era um participante comum. Ele fez questão de frisar que tentou dar a visão da sua comunidade e a sua visão quando ainda não era agente).

Dentro dessa estrutura organizativa, as principais lideranças, que eram também agentes pastorais, reconheciam a dinâmica do movimento e dela tinham controle. Mas as pessoas "de fora", que não eram do "grupo da Igreja", per-

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

maneciam alheias ao seu entendimento. Isso ficou evidenciado quando foi formada a comissão do boletim, durante a última assembléia geral, na qual, além de um agente pastoral e quatro pessoas "da base", entraram também duas pessoas "de fora": eu — professora da UFES — e um ex-militante do chamado partidão que se auto-definia ideologicamente como marxista-leninista e se apresentava como altamente experiente nessas questões de organizar as massas, mesmo porque, como ele sempre gostava de frisar, tinha sido até deputado estadual pela Constituinte de 46.

O boletim, além do caráter informativo, tinha outra função a cumprir, que era o fortalecimento das chamadas comissões de bairro que, naquela altura, não tinham muita coisa "de concreto" para se ocuparem, tendo em vista a fase em que o movimento se encontrava, de contato com o poder público. Assim, era necessário que os membros do boletim entrassem em contato com as "comissões de bairro" para que pudessem levar a cabo os objetivos propostos. Entretanto, a comissão geral muito estimulou esses contatos e a comissão do boletim, um tanto quanto heterogênea, acabou se esfacelando ao longo de algumas reuniões.

Mas o que realmente importa salientar é que depois das assembléias,

"começou a participar muita gente diferente no movimento (através das comissões de órgãos)...Pessoas que nunca antes tinham participado começavam a se interessar, deixando os agentes sempre muito preocupados... Por isso é que eles

sempre queriam fazer parte das comissões. E antes do pessoal ir aos órgãos, deveriam marcar uma reunião com os agentes onde seria definido aquilo que teriam que fazer" (depoimento crítico do já citado agente pastoral).

Dentre as aproximadamente quarenta pessoas colhidas na assembléia para compor as comissões os órgãos, a maioria era de Comunidade de Base, mas algumas eram pessoas que ou já haviam tido alguma militância política em épocas passadas, ou que, "supostamente haviam tido". De qualquer forma, isso não punha os agentes pastorais muito à vontade, o que sempre resultava numa postura extremamente vigilante na condução das discussões e das reuniões, preocupados talvez com o desvirtuamento e a descaracterização do movimento tal como eles o concebiam. E como já vimos, chegou uma época de haver uma "comissão de agentes ao lado da comissão geral do movimento". Durante as reuniões, as principais lideranças se mostravam sempre afinadas quanto à pauta, encaminhamentos e propostas. Era como se fosse uma espécie de consenso prévio que, entretanto, nunca aparecia como algo imposto de cima para baixo, pois os presentes eram sempre estimulados a dar opiniões e idéias sobre tudo, de modo a exercitar a participação democrática. Não se pode esquecer, no entanto, que um agente pastoral é visto pelas bases não só como um orientador espiritual, mas também como um indiscutível assessor nos assuntos políticos e sociais. Assim, todos falavam, mas no final das contas as idéias dos agentes sempre tinham um peso decisivo e, por-

tanto, condutor do processo.

"Sempre, em torno das reivindicações havia uma colocação que a gente era explorado e que Deus não queria ver a gente assim. Não havia um aprofundamento sobre as questões porque sempre se imaginava que o outro (a base) não conseguia acompanhar o raciocínio...As assembléias gerais, que era o movimento de massa, onde se concentrava mais gente, eram dirigidas pelos agentes. Havia uma preparação anterior e quando chamavam o povo a participar, ele, na verdade, não conseguia propor nada que não tivesse sido já preparado e 'proposto'" (idem).

O que chama a atenção neste tipo de procedimento é a falta de sintonia existente entre ele e a já conhecida "atitude pedagógica" do trabalho pastoral, principalmente no que se refere à ação política junto ao povo, segundo a qual deve-se manter "respeito pelo 'ritmo' de amadurecimento do povo; procurar ao máximo que o povo tome as decisões que lhe dizem respeito, não impor critérios e escolhas 'de cima' etc. Não que esse tipo de pedagogia de trabalho não fosse invocado no discurso dos agentes durante o movimento de transporte. Ao contrário, eram frequentes as afirmações do tipo: "Temos que caminhar junto com o povo"; "Precisamos ter cuidado em não propor coisas que o povo não tem condições de assumir"; "O povo é quem tem que decidir e assumir a sua luta"; "Vamos consultar as bases para decidir se devemos ou não convocar a assembléia"; "Va-

mos consultar o pessoal se o movimento de transporte deve ou não continuar" etc.

Talvez houvesse, de fato, a intenção de se colocar em prática essa pedagogia de trabalho, mas o aguçado senso de proteção ao povo — ou melhor, ao "nosso" povo — contra possíveis investidas oportunistas e solapadoras das Comunidades de Base, numa conjuntura onde já se falava em extinção dos partidos políticos e outras coisas mais, gerava, cada vez mais, uma espécie de paternalismo. Um "paternalismo" político/ideológico de mais um grupo perante o povo. O grupo que já é correntemente chamado de "pessoal da Igreja".

4 A RELAÇÃO DO MTC COM OUTROS MOVIMENTOS DE BAIRRO

No município de Vila Velha existe, praticamente em cada bairro, um Movimento Comunitário com sede própria. São entidades juridicamente constituídas, sendo dirigidas, portanto, por diretorias eleitas regularmente pelos moradores com base nos seus estatutos. No entanto, são instituições distantes dos moradores, na medida em que não se empenham em mobilizá-los rumo à reivindicação de soluções para os inumeráveis problemas existentes nos bairros, limitando-se a promover um ou outro cursinho tipo manicure e corte e costura e a distribuir leite em pó, quando a LBA (Legião Brasileira de Assistência) concede. Benefícios, quando são conseguidos, decorrem do bom entendimento que o presidente mantiver com as "autoridades constituídas", principalmente o prefeito — sendo a época pré-eleitoral a mais

oportuna para isso. Em troca, evidentemente, o presidente do Movimento Comunitário promete uma considerável quantidade de votos ao seu parceiro e aliado.

Num "reduto oposicionista" (emedebista) como Vila Velha era chamada, o controle dos Movimentos Comunitários se dividia entre as duas facções do então MDB existentes na época: a de Américo Bernardes (prefeito) e a de Max Mauro (deputado federal), o que bem evidencia o caráter clientelístico destas entidades.

Elas já nasceram, a bem dos fatos, com essa feição, pois o referido deputado, quando ainda era prefeito, elaborou um estatuto-padrão e fez criar, em todos os bairros do município, os tais "movimentos", atrelando-os, inclusive — à exceção do bairro de Santa Rita — entre si. E como esse estatuto foi produzido no início da década de 70, acabou por incorporar em seu bojo a repressão institucionalizada existente na época, de tal sorte que ele ainda exige atestado ideológico aos diretores, além de colocá-los sob o controle da Secretaria do Bem-Estar Social, atrelando-os também, portanto, ao Estado.

Este quadro assim esboçado a grosso modo, ao lado dos dados que nos mostraram o comportamento tipicamente "purista" do "pessoal da Igreja", é suficientemente claro para compreendermos a distância mantida pelos participantes do MTC em relação aos Movimentos Comunitários. Distância essa defendida pelos agentes pastorais e endossada pelas suas respectivas bases. Foram frequentes as colocações do tipo: "Eu não quero nem saber daquilo. Não vi nada de concreto que eles fizeram. Aquilo é uma máscara que o

governo usa para enganar o povo". "Para ser sincera não tinha nenhuma ligação com aquilo". "O MC é um fracasso. Ele leva as coisas na politicagem".

O MTC transcorreu completamente em paralelo aos Movimentos Comunitários, ou seja, não estabeleceu vínculos de nenhuma espécie com eles, salvo no bairro da Toca, onde um "animador" do MTC, havia sido presidente do Movimento Comunitário durante três anos. Vejamos como é que ele se referiu a essa questão:

"A gente na Comunidade de Base não tínhamos um lugar para nos reunir e foi por causa disso que resolvemos comprar um terreno, onde se instalou o centro (Mov. Com.). Mas na época a gente acreditava que o fato da gente ter comprado o terreno para o governo, a gente podia mandar no centro. Foi só depois que descobrimos que os centros comunitários tem funções contraditórias às nossas. Mas mesmo assim, trabalhamos lá, mas o trabalho eclesial está em primeiro lugar. Prossigo com o meu trabalho na CEB e tenho meu grupo de reflexão que se reúne uma a duas vezes. Essas reuniões é baseado no texto "A Caminhada" que é a conscientização do povo de todos os seus direitos. É por exemplo quando algum político estiver fazendo alguma coisa, o povo tem que pensar que ele não está fazendo um favor, mas sim, cumprindo a sua obrigação. Este trabalho quer que o povo fique bem consciente da situação em que está atravessando".

A distância mantida em relação aos Movimentos Comunitários era justificada pela seguinte crítica: os MCs eram atrelados ao governo e manipulados por políticos e, conseqüentemente, não representavam os interesses do povo. Portanto... deveriam ser evitados.

Mas não somente os Movimentos Comunitários eram evitados. Qualquer outra iniciativa de organização popular que partisse de outras pessoas e/ou grupos, era considerada duvidosa. E aí eu me incluo mais uma vez.

No início de 1979, eu, mais um jornalista que até alguns meses antes tinha sido o redator do único jornal de oposição do Estado — Jornal Posição — juntamente com mais três pessoas, decidimos criar um jornal de bairros em Vila Velha. Não sem antes, é claro, discutir a proposta com pessoas ligadas à organização dos bairros, pois se a meta do jornal, de um lado era expressar os problemas e os interesses dos moradores, de outro, pretendia-se constituir em mais um instrumento de fortalecimento da organização popular. Diga-se logo que pretendíamos formar uma estrutura democrática onde a equipe editorial seria formada por representantes dos bairros. Elaboramos uma proposta de discussão e a distribuimos entre eles (o pessoal da Igreja), mas não houve, em princípio nenhuma manifestação de apoio. Para nós, era fundamental esse apoio, sem o qual nos víamos sem condições de viabilizar a idéia, a não ser que nós próprios iniciássemos um trabalho de organização nos bairros. Mas como? Através do que? De quem?

Nesse interim fomos procurados pelo já mencionado deputado — Max Mauro — mediante o argumento de

"reativar uns tais diretórios paroquiais do MDB" que ele dizia existirem nos bairros. Interessado que estava em realimentar os contatos com as "suas bases" num momento conjuntural de muita indefinição face à ameaça da extinção dos partidos, o deputado nos "ofereceu" um espaço de trabalho nos bairros, via MDB. Nós, interessados que estávamos em criar o jornal, resolvemos "usar o espaço" encarando o MDB somente como um canal para chegar aos bairros. A meta era a criação de um jornal independente, feito por independentes. Feito o acordo e esclarecidos os pontos, iniciamos o trabalho e nele prosseguimos meses a fio reunindo pessoas, discutindo, até que cruzamos novamente com o "pessoal da Igreja" para discutir a proposta de criação de uma coordenação dos movimentos populares de Vila Velha formada por representantes dos movimentos de bairro, na qual, indiscutivelmente o "pessoal da Igreja" seria maioria e a qual o jornal se subordinaria. Com isso, conseguimos realizar três reuniões com eles. A quarta não houve mais, tantas eram as dúvidas, receios e temores de que poderíamos atrelar as suas bases ao MDB ou quem sabe mais a quê!

Se de um lado havia essa postura de evitar outros movimentos ou iniciativas de organização popular, não havia por outro, iniciativas de manter contato com outros tipos de manifestações populares organizadas, como por exemplo outras igrejas, times de futebol, blocos de carnaval etc. Essa possibilidade começou a ser considerada quando o MTC já dava os seus últimos suspiros. Foi também nessa altura dos acontecimentos que alguns deles começaram a achar que os Movimentos Comunitários eram "espaços impor-

tantes" e deveriam ser conquistados através do voto.

Em suma, o que ocorreu, foi um extremo enclausuramento construído mediante a visível preocupação de proteger as bases — da Igreja — contra a ingerência de forças externas, o que demonstra mais uma vez que o MTC tinha os seus limites definidos pelos limites de atuação do trabalho pastoral e que o povo do movimento era, basicamente, o "nosso povo de Deus".

Contraditoriamente, no entanto, as lideranças insistiam em dizer que o movimento não era da Igreja.

5 NOVAS TÁTICAS — O DESCENSO DO MTC

Em abril de 1979, as lideranças resolveram admitir a dependência do MTC em relação às CEBs. Propusemos a reestruturação da comissão geral sob a justificativa de conceder a ela "maior representatividade", ou seja, maior participação das pessoas "de bairro mesmo". Para isso foi diminuído ao máximo a participação dos agentes pastorais, com a finalidade, agora explícita, de conceder "autonomia" ao MTC em relação às CEBs. Sintomaticamente, permaneceram na comissão geral aqueles que, apesar de manterem estreitos vínculos com os agentes e com as "bases do movimento", não se auto-definiam como agentes pastorais. Eram, simplesmente lideranças!

Essa tática de redefinição da comissão geral não funcionou para a estratégia definida, que era a seguinte: "As CEBs só dariam apoio indireto ao MTC e ele rumaria no sentido de ganhar autonomia e de formar bases próprias".

E não funcionou porque as CEBs, na verdade, eram as únicas forças vivas nos bairros que davam sustentação ao MTC. As "bandeiras" do MTC não eram suficientes para, por si, sensibilizarem a população à participação.

O recuo dos agentes pastorais — animadores e incentivadores das bases — significou um recuo do próprio movimento. O argumento utilizado para justificar o "recuo da Igreja" — segundo o qual o movimento não avançava porque era identificado como um movimento de Igreja, o que impedia a participação mais ampla — não me pareceu o mais convincente.

Minha hipótese é de que a inevitável abertura do movimento à participação de "pessoas de fora" — não obstante o controle, como eu já salientei anteriormente —, o contato com os agentes pastorais vinham tendo com "pessoas ligadas ao MDB", conjugado com a conjuntura mais ampla que esboçava a abertura política, a extinção dos partidos, o surgimento de outros canais de expressão dos interesses populares e a necessidade da Igreja garantir o seu próprio espaço de atuação, se constituíam, na verdade, nos fatores fundamentais para o recuo dos agentes pastorais. Para mim, foram também esses os fatores básicos que influíram no descenso do MTC.

Há evidências confirmadoras desta hipótese. Primeiramente lanço mão de um documento produzido por instâncias superiores da hierarquia do trabalho pastoral de Vitória que apareceu circulando entre os agentes nessa fase de redefinições e indefinições quanto à postura diante do movimento popular. Por ser revelador em vários pontos,

transcreverei o documento quase na íntegra:

"NOSSA IGREJA DE VITÓRIA, VIVENDO SUA OPÇÃO PELO POVO, NÃO PODE DEIXAR DE REFLETIR E DE SE POSICIONAR FRENTE AO DESAFIO DA ATUAL CONJUNTURA POLÍTICA BRASILEIRA. AQUI ESTÃO ALGUNS PONTOS EM VOLTA DOS QUAIS PARECE HAVER CONSENSO (GAS e outras 'instâncias'):

- 1 O momento político atual encontra Nossos AGENTES PASTORAIS um tanto despreparados em três níveis, pelo menos:
 - a) na informação exata e profunda dos eventos políticos que estão acontecendo ou estão para acontecer;
 - b) na reflexão, em bases teológicas e eclesiológicas seguras, acerca do que nos compete, e do que não nos compete, como Igreja, com relação ao atual momento político brasileiro;
 - c) na capacidade de avaliar, técnica e cientificamente as 'coisas' da política e, conseqüentemente, na capacidade de assumir uma militância política lúcida e 'traquejada', quando cabível e requerida.

- 2 Em maiores proporções, o mesmo 'despreparo' é constatado, em geral, junto ao NOSSO POVO CATÓLICO.

Com mais um agravante: geralmente, nosso povo tem uma imagem preconcebida e distorcida da política. Confunde-a com 'politicagem' e conside-

ra-a 'coisa suja', indigna de entrar no horizonte das preocupações de um crítico.

3 Em decorrência dos pontos 1 e 2, se nos impõem, já e em caráter de urgência, algumas TAREFAS INELUDÍVEIS:

3.1 em nível de agentes pastorais:

- a) continuar e intensificar o estudo, a troca de informações e do debate sobre a conjuntura política brasileira;
- b) aprimorar a reflexão da ação política da igreja, à procura de definirmos, pelo menos em grandes linhas qual deverá ser uma postura política 'correta' de nossa igreja; uma postura não triunfalista ou integrista e ao mesmo tempo, não omissa.

3.2 em nível de trabalho com o povo:

- a) levar às bases a maior e melhor informação política possível;
- b) provocar nas bases a discussão sobre o relacionamento ineludível existente entre fé e política, visando a ajudar o povo a ter uma imagem não distorcida do que é política;
- c) respeitando o seu nível de consciência e amadurecimento, e lançando mão de pedagogia genuinamente libertadora, partilhar com as bases os demais itens da discussão política que se realiza a nível de agentes pastorais (v. ponto 3.1, acima).

4 Tão logo a discussão política, entre os agentes e nas bases, tenha alcançado profundidade e amplitude satisfatórias, parece necessário que a igreja de Vitória defina UMAS LINHAS DE CONDUTA E UM PLANO BÁSICO DE AÇÃO POLÍTICA, que deverão caracterizar seu posicionamento a sua postura perante o momento atual.

Tal posicionamento deverá ser considerado 'oficial' e portanto deverá ser assumido pelos agentes pastorais, em quanto tais (isto é: enquanto estiverem exercendo sua tarefa pastoral, no seio da Igreja de Vitória)..."

No meu entender, este documento, principalmente no item um, contém um "puxão de orelhas" nos agentes. Ou "por estarem mal informados", ou — e sobretudo — por não se encontrarem agindo com fidelidade aos princípios de trabalho traçados pela Igreja. Há nele um reforço da atitude pedagógica "genuinamente libertadora" como a referência fundamental para a reflexão da conjuntura política e a prática dessa reflexão. Mas nas entrelinhas pode-se notar um diálogo surdo com agentes que podem não ser os "NOSSOS AGENTES PASTORAIS" e que, certamente por não saberem refletir a política através da fé, poderiam colocar em risco as bases, ou seja "O NOSSO POVO CATÓLICO", ou ainda a trajetória de reprodução da nova organização da Igreja. Finalmente chegara a hora, também, de separar o joio do trigo.

Voltarei a discutir esta questão mais tarde. Por ora, interessa ressaltar que houve um momento de deli-

berada preocupação de assegurar o trabalho desenvolvido estritamente pela Igreja, da Igreja e para o "povo da Igreja" sob a justificativa de que chegara o momento, dadas as características da conjuntura, de valorização dos canais próprios de expressão dos anseios populares.

Realmente, no que toca à atuação dos agentes pastorais em Vila Velha, houve uma mudança no comportamento que implicou num redimensionamento do trabalho. Houve, como vimos, o "cheque mate" no MTC e a descentralização "das luzas". Tipo assim: cada um na sua, mas todos, dentie eles, sô deles. Ocorreu também uma mudança na postura diante dos Movimentos Comunitários. Tratava-se, agora, de conquistá-los e torná-los um espaço representativo do povo.

Vejamos o que é que uma autêntica agente pastoral disse um ano após o término do MTC:

"O trabalho desenvolvido nas CEBs é religioso... Hoje, nós temos consciência de que as CEBs sô devem trabalhar no plano ideológico, pois não é papel delas encaminhar as reivindicações populares ou se dissolver em movimentos populares. É papel dela refletir com o cristão sobre a importância da política, pois a cena política é o espaço onde o cristão praticará a sua fé. As CEBs fornecem condições aos cristãos de refletirem sobre a importância dos movimentos populares e por isso é que ela age mais no plano ideológico... Eu quero frisar que durante alguns anos as CEBs serviram para mobilizar a população para reivindicar água, luz, transporte etc. Mas hoje, com

o surgimento de vários canais, os movimentos partem para utilizarem seus próprios canais. Hoje, existem comissões de bairro e CEBs. Trabalham para o mesmo objetivo, mas tem finalidades diversas".

O depoimento chega a ser claro quanto à mudança de postura frente aos movimentos populares.

Frei Beto reitera isso quando diz que "uma das características da nova conjuntura nacional — "abertura"; grupos políticos emergindo da clandestinidade; exilados retornando; reformulação partidária etc. — é que o Movimento Popular está se emancipando de seus vínculos com a Pastoral. "Esboça-se na nova conjuntura a emergência de uma prática política inteiramente desvinculada da prática pastoral" (Frei BETTO, 1981, p. 92) - grifos meus.

Os dados levantados sobre o MTC — movimento que praticamente sintetizava o Movimento Popular de Vila Velha — mostraram, no entanto, que foi a Igreja que pouco a pouco se emancipou do Movimento Popular, não para efetivamente sair dele, mas para não confundir seu espaço próprio de atuação com o de outras instâncias, mantendo, em paralelo, um trabalho "no plano ideológico" que, em determinados momentos, se cruza com os MPs e com as orientações de partidos e outras organizações políticas. E, no intrincado jogo de propostas e de interesses, uma coisa é inegável: a Igreja, através das CEBs, é, na prática, a única que tem bases populares organizadas que se reúnem periodicamente e que dispõe de uma sólida estrutura material, institucional e simbólica para manter essa organização. Constitui-se as-

sim numa força viva que, a despeito da sua emancipação formal dos MPs, continua condicionando muitos dos seus rumos.

6 A RELAÇÃO DO MTC COM OUTROS MOVIMENTOS E MANIFESTAÇÕES POPULARES

O ano de 1979 foi também marcado na Grande Vitória por uma intensa mobilização da sociedade civil. Vários setores, como já vimos, se movimentavam no sentido de criarem o Comitê de Anistia, Comitês de solidariedade aos metalúrgicos do ABC paulista, 19 de maio Unificado etc. O Movimento de Transporte Coletivo nunca se colocou à margem desses movimentos de oposição, assim como das amplas manifestações de ajuda mútua, como a que ocorreu, por exemplo, quando da grande enchente que assolou o interior do Estado em janeiro de 1979. Diante da omissão do governo do Estado e de medidas extremamente retardatárias, os vários setores de oposição, deixando de lado suas divergências políticas, sob a liderança da Arquidiocese de Vitória, partiram para uma ampla campanha de ajuda aos flagelados. O MTC, através das lideranças, mobilizou "as bases" para a arrecadação de alimentos, roupas e agasalhos.

Em abril do mesmo ano, os membros mais ativos se surpreenderam convocando-se uns aos outros para uma reunião de urgência com a finalidade de prestar apoio à inesperada e espontânea greve dos motoristas e cobradores de ônibus da Grande Vitória. Expressando total solidariedade, o MTC soltou uma "CARTA AO POVO DE VILA VELHA EM APOIO À GREVE DOS MOTORISTAS E COBRADORES", onde a greve era en-

tendida como um passo importante para a luta por melhoria do transporte no município.

Em setembro foi a vez da greve dos operários da construção civil, que durou mais de 10 dias. Além de uma intensa participação no fundo de greve, o MTC fez realizar em quase todos os bairros reuniões onde se discutiu a justiça do movimento paredista. Dessas reuniões resultou um grande número de cartas de apoio e solidariedade, muitas lidas nas assembléias dos operários, chegando uma delas, inclusive, a sair publicada, na íntegra, no jornal de maior circulação do Estado.

Em suma, o MTC nunca foi um movimento isolado em si mesmo. Tinha as suas especificidades, mas fazia valer o princípio da necessidade de se articular ao movimento mais amplo da sociedade, especialmente ao movimento operário.

ANÁLISE CONCLUSIVA

A discussão teórica inicial e os dados recolhidos suscitam um questionamento em três níveis: 1) virtualidade política transformadora do MTC enquanto um Movimento Social Urbano; 2) as relações do MTC com a Igreja; 3) elementos que deram identidade aos participantes.

1 VIRTUALIDADE POLÍTICA TRANSFORMADORA DO MTC ENQUANTO UM MOVIMENTO SOCIAL URBANO

O Movimento de Transporte Coletivo de Vila Velha, originado por iniciativa de um grupo, e não de uma liderança personalizada, organizado em torno de um serviço de natureza urbana — o transporte coletivo — situado na esfera da reprodução da força de trabalho e constituído por uma base social heterogênea quanto à relação mantida com a produção, deve ser concebido, em primeiro lugar, como um movimento cuja emergência ganha sentido no palco das acirradas contradições urbanas presentes na Grande Vitória nos últimos anos. Como vimos, a formação da periferia e o seu crescimento descontrolado se deram através de processos induzidos e marcados, de um lado, pela erradicação dos cafezais no interior do Estado e a conseqüente expulsão da

população do campo para a cidade, e, de outro lado, pela instalação de projetos industriais de grande monta, exógenos e poupadores de força de trabalho, exclusiva para a fase de construção e montagem. Nesse processo de implementação do capital monopolista, o Estado foi totalmente capturado para assegurar a reprodução do capital em detrimento da reprodução da força de trabalho¹. Com isso, os locais de moradia da maioria da classe trabalhadora foram, em escala crescente, tornando-se extremamente carentes de bens e equipamentos urbanos. Os bairros periféricos aumentaram assustadoramente — resultado de uma ocupação discriminadora e segregadora do espaço urbano, ao bel prazer da especulação imobiliária².

A distância que separa os locais de moradia onde estão concentrados os distritos industriais dos bairros habitados pelos trabalhadores, acrescida pelo desordenado "ordenamento" urbano, são importantes fatores na determinação da existência de cidades-dormitório — fenômeno do qual Vila Velha é um exemplo característico — e das dificuldades para a reprodução da força de trabalho, principalmente no que toca ao acesso do transporte coletivo. Contraditoriamente, o transporte coletivo também é um serviço de fundamental importância para o capital, à medida que ele depende substancialmente da força de trabalho para se reproduzir³. Entretanto, verificou-se na Grande Vitória um intenso crescimento da população à base de migrantes rurais que deu origem não só a um amplo contingente de mão-de-obra desqualificada e barata, como também a um volumoso exército de reserva, aumentando a margem de despreocupação e des-

compromisso por parte do Estado no que toca aos investimentos em equipamentos e serviços urbanos necessários à reprodução da força de trabalho. O transporte coletivo, por exemplo, explorado por empresas privadas mediante a concessão do poder público, orienta a quantidade e a qualidade dos serviços prestados pela lógica do lucro, o que, evidentemente, se traduz em péssimos e caros serviços. A isso soma-se o fenômeno da formação de monopólios (absolutos ou virtuais) decorrentes de acordos de cavalheiros — e endossados pelo poder público — que dividem o bolo entre si. Em toda a Grande Vitória, a única exceção é o município de Vitória, onde não existem formas de controle monopolístico do transporte coletivo.

É na consideração e na análise deste contexto — que as principais lideranças do MTC não deixavam de ter claro — que a principal "bandeira" do Movimento ganhava sentido: "ABAIXO AO MONOPÓLIO DA ALVORADA"!

Reflitamos um pouco no MTC em relação a esse seu aparentemente principal objetivo de luta.

Teria o MTC conquistado a quebra do monopólio das linhas intermunicipais (Vitória e Vila Velha) mantido pela empresa Alvorada? Não! Os dados mostraram tão somente a conquista de quebra do monopólio das linhas internas, que por sinal — embora tendo sido até comemorada com festa — não era uma aspiração definida como prioritária. É bom inclusive que se aproveite para dizer que alguns meses após a conquista da "quebra do monopólio interno" o capital da empresa ganhadora da concorrência (VERDUN) foi incorporado pela Alvorada, retornando, assim, a situação de monopólio.

Sõ que agora disfarçado porque os ônibus azuizinhos com a inscrição VERDUN continuaram percorrendo as ruas e perpetuando a ilusão de que o povo havia quebrado o monopólio da Alvorada.

Se a análise ficar centrada exclusivamente no terreno dos efeitos urbanos, fatalmente concluiremos que o MTC cumpriu um papel meramente reformista e, ainda por cima, temporário. No entanto, se o eixo da análise for deslocado para a dinâmica interna do Movimento, perceberemos uma outra dimensão do MTC.

Em primeiro lugar cabe destacar o profícuo procedimento verificado em se estabelecer frequentes avaliações conjuntas dos "passos do Movimento". As vitórias e ou as derrotas — no plano econômico propriamente dito — não possuíam um significado em si. Ao contrário. Ou conquista ou derrota, as situações eram submetidas a avaliações visando um objetivo bem definido: promover a "conscientização" a partir da prática e conseqüentemente a "politicização do Movimento". Com isso procurava-se também manter acesa a motivação à continuidade da participação e da organização.

Em segundo lugar é importante assinalar que as bases mais assíduas do MTC, e principalmente as lideranças, tinham claramente definido que o Estado, enquanto tal configurado, se constitui em oposição aos interesses populares. A orientação traçada e implícita era a de que os movimentos de bairro não são, por si sós, os principais protagonistas de um processo de transformação social, e por isso sempre se procurou, na prática, dar apoio aos movimen-

da classe operária. Efetiva solidariedade foi dada, por exemplo, aos trabalhadores da construção civil e aos motoristas e trocadores de ônibus em greve, assim como aos metalúrgicos de São Paulo — cuja campanha do fundo de greve foi nacional.

Em movimentos urbanos exclusivamente espontâneos — o que não é o caso do MTC, como veremos adiante — a conquista daquilo que é reivindicado produz o fim do movimento. Também a morosidade do poder público em dar respostas — comportamento dos mais comuns — leva à desmobilização gradativa. Entretanto, quando possui lideranças vinculadas a organizações e/ou instituições que mantenham acesos os estímulos e as motivações, esses movimentos, embora sujeitos a efeitos desmobilizadores, podem adquirir maior grau de organicidade, durabilidade e capacidade de pressão. Nesse caso, as consecutivas avaliações levadas a efeito em seu interior podem não só manter acesas as motivações como também ganhar níveis de compreensão mais profundos no plano político em torno da natureza do Estado e da necessidade de transformação da estrutura de classes. Assim, mesmo que o movimento sofra a desarticulação, permanece a motivação política — suporte ideológico para o surgimento de outros movimentos em torno de outros problemas.

Tais colocações sugerem a consideração de uma questão teórico-metodológica de fundamental importância no que toca à virtualidade política dos movimentos de natureza urbana. Isoladas de outras lutas populares, as lutas urbanas representam manifestações de fraco alcance político

— tal como ensaiou Lojkin — pois mesmo que consigam vitórias no plano econômico imediato, concorrem para a modernização pura e simples da sociedade, e não para transformações mais profundas. É por isso que não se pode chamar qualquer reivindicação urbana de Movimento Social Urbano propriamente dito, pois este deve conter os germes da modificação qualitativa das relações entre as classes sociais. Assim, para a compreensão do seu caráter, impõe-se no plano metodológico a postura de apreendê-lo a partir da dinâmica interna e do modo como se articula ao movimento social mais amplo da sociedade, para, teoricamente, entendê-lo com base nas relações estabelecidas entre as contradições urbanas e o processo político. Isso tudo implica, necessariamente, na apreensão das orientações existentes no seu interior assim como na sua consideração como parte de um processo histórico.

A perspectiva metodológica que indica a compreensão dos MSUs em processo aponta para o cuidado que devemos ter nos estudos de caso, pois a já conhecida dinâmica aparente desses movimentos (início — ascensão — confronto com o poder público — descenso) pode induzir a conclusões precipitadas e distorcidas. Apreendê-los e analisá-los como partes de um processo histórico e não como casos isolados no tempo e no espaço, é algo de fundamental importância se não quisermos cair em modelos simplificadores da realidade que produzam conclusões apressadas de caráter integrativo. O MTC, como vimos, começou timidamente, ampliou-se nos bairros através de pesquisas, assembléias, reuniões e abaixo-assinados; teve seu pique alto na grande assem-

blêia, constituiu comissões que entraram em contato com o poder público e, a partir daí, foi experimentando um descenso até à sua completa desarticulação um ano e meio mais tarde, num retorno aparente à "normalidade". Se nos deixássemos levar por essa dinâmica em si, talvez concluíssemos que os movimentos dessa natureza "são podem resultar em uma reintegração" (cf. Santos, 1982, p.)⁴.

A pesquisa em torno da dinâmica interna revelou que, apesar do MTC ter se desarticulado à medida que o problema do transporte foi descaracterizado como um dos pólos motivadores, o Movimento Social Urbano continuou a existir em torno de outras lutas reivindicatórias — esgoto, canalização de valas e conquista dos "Movimentos Comunitários". E, o que é ainda mais importante: os movimentos de bairro de Vila Velha passaram a integrar a Articulação Nacional de Movimentos Populares e Sindicais (ANAMPOS) através de representantes.

Muitos temem o incentivo dado aos MSUs. Lembro-me que um sindicalista me disse certa vez que era preciso "tomar muito cuidado com esse negócio de deslocar a contradição da porta da fábrica para o bairro", numa visível ortodoxia de só ver no movimento operário a virtualidade política transformadora das relações sociais. No meu entender, o sindicalista deixou de reconhecer que quanto mais avança o capitalismo monopolista de tipo dependente, mais aumentam os setores das classes populares separadas da produção propriamente dita e tanto maior se torna o descompromisso do Estado com condições para a sua reprodução. Não se trata, pois, de "deslocar" a contradição capital/traba-

lho. Trata-se de reconhecer que o avanço das forças produtivas monopolistas produziu novas contradições (Castells; 1977b) — exacerbadas nas formações capitalistas dependentes cujos efeitos se prestam à mobilização e organização desses setores, o que de modo algum substitui e/ou impede a organização da classe trabalhadora propriamente dita em torno dos efeitos diretos da contradição capital/trabalho. Também não se trata de substituir no seio do movimento operário as reivindicações próprias do "mundo do trabalho" pelas reivindicações de natureza urbana, como sugeriu Lojkin, mas sim de garantir as especificidades próprias de cada movimento, buscando-se a unidade em termos de apoio mútuo numa articulação mais ampla.

Para esclarecer esta idéia, gostaria de estabelecer um paralelo entre o MTC e o Movimento dos Trabalhadores da Construção Civil, já mencionado no Capítulo II deste trabalho. Os dois surgiram praticamente ao mesmo tempo — abril/maio de 1979 — e tiveram como "problema" motivador imediato questões relativas ao transporte urbano. Mas nem por isso deixaram os dois movimentos de ter dinâmica, interesses e vida próprios. O MTC, questionando o monopólio dos serviços de transporte coletivo e a sua concessão para uma empresa privada, constituído de base social heterogênea, viu no Estado o principal opositor. No Movimento da Construção Civil, a base social homogênea optou pela substituição da reivindicação por transporte, recolocando-a na questão salarial. Com isso, abrangeu rapidamente toda a categoria de mais de trinta mil trabalhadores estabelecendo um confronto direto com os empresários, e evidenci-

ando a contradição principal. Disso resultou não só a greve da categoria, como também a conquista do sindicato pela Oposição Sindical.

É inegável que a maior força da pressão, quem tem é o movimento operário. No entanto, isso não retira dos MSUs a potencialidade de questionar a exploração capitalista através da pressão direta sobre os aparatos do Estado. Uma pressão tão real que desencadeou, nos últimos anos por parte do governo, a criação de novas táticas de dominação para evitar a emergência de conflitos de natureza urbana. Além da incorporação ao discurso oficial de determinada terminologia própria dos movimentos populares (comunidade, participação popular nas decisões etc), houve uma reformulação, inclusive, na forma de apresentar o Mobral, passando agora a ser Novo Mobral — Ação Comunitária. Os projetos do Banco Mundial são outro exemplo flagrante da contra-ofensiva aos conflitos urbanos, e o PROMORAR, uma medida típica de escamotear as contradições urbanas — segregação espacial — com a própria participação popular.

Que o Estado desenvolve mecanismos que pretendem neutralizar os movimentos urbanos através da cooptação, manipulação e controle, não é novidade. Principalmente para quem participa efetivamente deles e sente na carne as dificuldades. No fosse assim, seria fácil... A contra-ofensiva do Estado, manifestada em diferentes níveis e momentos, faz parte da dinâmica organizativa de dois pólos que estão, efetivamente, em oposição. E é na prática organizada, participativa e continuada das classes populares, articulada nas bases e ao nível mais amplo do movimento so-

cial, que se estará rumando para a construção gradativa da hegemonia dos interesses populares. O Movimento de Transporte Coletivo de Vila Velha fez parte deste processo, pois além de ter possuído auto-consciência da sua emergência num contexto de contradições urbanas, possuiu orientações no sentido de se articular ao Movimento Social mais amplo da sociedade nacional. Neste sentido, não há como negar que ele foi um Movimento Social Urbano nos termos definidos por Castells (1977a).

2 AS RELAÇÕES DO MTC COM A IGREJA

Quando se lê o livro São Paulo-O povo em movimento —um conjunto de artigos sobre os Movimentos Sociais do final da década de 70,—organizado por Paulo Singer e Caldeira Brant; quando se lê artigos produzidos por teóricos ligados diretamente ou indiretamente a Igreja; quando se mantêm estreitos contatos com "o pessoal da igreja", a tendência imediata é ficar com a nítida impressão de que: 1) a nova pedagogia de trabalho dos setores progressistas da Igreja veio imprimir a necessária coerência, em termos de praxis, aos movimentos sociais na América Latina; 2) com o seu trabalho de base, ela estaria não só preparando o povo como força viva nos movimentos, mas, sobretudo, conferindo a ele o processo de tomada de decisões nos assuntos que lhe compete; 3) melhor do que ninguém, a Igreja estaria sabendo discutir nas bases os ideais de igualdade e solidariedade, criando uma sociabilidade que, "em última análise nega a que é estabelecida pelo caráter competitivo

do capitalismo" (Singer, 1980, p. 91); 4) foi inaugurada uma fase nova nos MPs no que toca ao processo de tomada de decisões — "de baixo para cima" — e ao seu caráter — autonomia e independência em relação ao Estado e aos partidos políticos.

Tomando como referência os dados coletados sobre o MTC e estando consciente das limitações inerentes a um estudo de caso, mas considerando como pressuposto que — apesar da diversidade de experiências do movimento de renovação da Igreja — existem diretrizes e orientações gerais para o trabalho pastoral e, inclusive, para a relação a ser mantida com o MP, sinto-me inclinada a levantar as seguintes questões: 1) Até que ponto a acentuada defesa da autonomia dos Movimentos Populares — enfatizada pelos agentes pastorais em relação aos partidos políticos e ao Estado não acaba por isolá-los num espaço limitado controlado pela própria igreja? 2) Se de um lado a Igreja na década de 70, através dos setores progressistas, se constituiu em mola propulsora dos MPs — principalmente os de bairro — de outro, não estariam tais movimentos servindo como fonte para a sua própria reprodução renovada enquanto instituição secular?

Os dados obtidos sobre a participação do chamado "pessoal da Igreja" na dinâmica interna do MTC demonstraram um comportamento fechado em si mesmo e temeroso em relação a outros grupos, organizações políticas, etc. O argumento corrente de que havia chegado o momento de se levar uma prática política crítica aos procedimentos populistas/clientelistas / paternalistas / vanguardistas / personalistas

etc., para o amadurecimento da experiência decisória do próprio povo, mostra-se insuficiente para o entendimento da efetiva prática política desses setores.

Como vimos, havia uma dinâmica no plano das decisões do MTC que, a nível de discurso dos agentes pastorais, era eminentemente pautada pela perspectiva e pelas diretrizes traçadas pela base. No entanto, a nível da prática decisória concreta, a consulta às bases parecia funcionar muito mais como um aval às decisões previamente tomadas pela comissão que existia em paralelo à comissão geral do movimento do que propriamente retirar as decisões a partir da base. A estrutura organizativa do MTC, descentralizada mas vinculada à hierarquia do trabalho pastoral, permitia não só a formação de amplos consensos (sempre votados), mas sobretudo o controle do Movimento,

É preciso lembrar que o MTC tinha uma comissão geral formada por representantes dos cinco setores do município, que por sua vez eram compostos por "comissões de bairros", sendo que cada setor abarcava quatro ou cinco bairros. Em todas essas instâncias a presença de agentes pastorais mostrava revestir-se da máxima importância: uma situação até certo ponto compreensível, se tomarmos em consideração que a estrutura organizativa do MTC se sobrepuja, em grande medida, à estruturação das Comunidades Eclesiais de Base da Igreja⁵.

Assim, o esforço de atendimento das relações da Igreja com o MTC passa pela consideração da atual forma organizativa da Igreja local. Na Arquidiocese de Vitória ela se apresenta da seguinte forma: há o Conselho Pastoral

da Arquidiocese (COPAVI) — órgão pastoral superior, formado por uma delegação dos Conselhos das Áreas Pastorais, que são seis (Grande Vitória, Colatina, Linha ITA, BR-101, Benevente e Serrana). Na área pastoral da Grande Vitória há três conselhos: Conselho das CEBs (Conselho de Periferia), Conselho das Sedes Paroquiais e Conselho Pastoral Ambiental e Serviços. Esses conselhos, formados por representantes de cada respectivo trabalho, elegem dois representantes para formarem a Coordenação Pastoral da Grande Vitória. Entre o Conselho de Periferia e as CEBs, há Conselhos Setoriais que se dividem entre e dentro os municípios da Grande Vitória e que se formam a cada grupo de aproximadamente cinco ou seis bairros contíguos. Dentro da área de abrangência de cada CEB — que se divide em várias "equipes de trabalho" — existe o Conselho de Bairro, que é a "cabeça da comunidade"⁶.

A nova estruturação da Igreja, se de um lado é perceptivelmente descentralizada nas bases — a ponto de permitir a participação popular do seu interior — de outro lado permanece suficientemente hierarquizada e burocratizada para controlar os contornos da caminhada das suas bases. É certo que para as decisões menores — no que toca por exemplo ao trabalho cotidiano que se desenvolve nos bairros — há autonomia do grupo de base. Porém, no que toca às decisões maiores, a autonomia é relativa e a consulta às bases mostra-se oportunamente descentralizada, de modo a permitir que se encaminhem trabalhos, discussões e diretrizes que nivelem aspirações, motivações, atitudes, comportamentos e a garantia do controle.

Essas colocações ganham relevância para a reflexão das questões iniciais ao acrescentarmos a constatação de que as decisões sobre a vida do MTC se davam só até certo ponto dentro dos seus próprios limites, pois no momento em que cessava a sobreposição dos dois movimentos (CEBs e MTC), e se prolongava a hierarquia das outras instâncias eclesiais, o plano das decisões também percorria essa hierarquia — Conselho das CEBs, Coordenação das Pastorais, Conselho Pastoral da Arquidiocese etc. Considerando ainda que a base social de ambos era substancialmente a mesma e que as principais lideranças tinham acesso às instâncias organizativas de ambos, não fica difícil inferir sobre a preponderância das orientações de um movimento sobre o outro.

Essa sobreposição não só permitiu o exercício da postura controladora dos agentes pastorais sobre os rumos do movimento, como também se constituía num terreno fértil para a cooptação de lideranças emergentes para o trabalho eclesial. Permito-me aqui transcrever as palavras de uma pessoa que, no início do MTC, não era ainda agente pastoral:

"Eu me lembro que na época do MTC eu era um simples participante do grupo do meu bairro em ... e foi quando um agente que foi à reunião simpatizou comigo e passou a trabalhar comigo isoladamente do meu grupo. A partir deste momento eu recebia material e eles iam com frequência na minha casa fazendo um típico trabalho de conscientização. Assim, no lu-

gar de formar um grupo de lideranças, acabaram formando um líder e posteriormente um agente, causando a personificação do movimento".

Essa busca de reprodução da nova estruturação da Igreja através dos movimentos e a conseqüente ampliação das suas bases não era, no entanto, reconhecível à primeira vista, pois o discurso das lideranças era impregnado da idéia corrente de que o MTC não era um movimento de Igreja e com ela não poderia se confundir. Na realidade, porém, verificou-se que ele não só era impulsionado e controlado por ela, como dela dependia a sua própria sobrevivência. Em Vila Velha não ocorreu — do início da década de 70 até 1979 — a apropriação e a cooptação de movimentos populares já em andamento pela Igreja, tal como Sílvio Caccia Bava sugere ter ocorrido em São Paulo⁷. Ao contrário disso, foi tão somente o "pessoal da Igreja" que deu início à movimentação organizada dos moradores. E, como vimos, tão organizada pela Igreja a ponto de se confundir e de se subsumir nela.

Poder-se-ia argumentar também que o efetivo controle exercido pelos agentes pastorais sobre o MTC foi decorrente de circunstâncias inevitáveis de uma conjuntura específica que permitiu à Igreja — representada pelos seus setores progressistas — tornar-se o canal hegemônico de expressão dos interesses populares⁸. Se isto é em parte verdadeiro, não chega, entretanto, a explicar fundamentalmente a questão.

Cabe lembrar, então, os principais acontecimentos que precederam o completo descenso do MTC, no momento em que ele mais precisava de mobilização popular: 1) Se até abril/maio de 1979 não se explicitava que o MTC mantinha estreitos vínculos com as CEBs, a partir deste período passou-se não só ao reconhecimento explícito disto, como também à defesa intransigente da necessidade de romper tal vínculo sob a justificativa de que o MTC precisava ganhar vida própria. A partir de então ocorreram duas coisas: a) uma medida concreta foi tomada a nível de direção do movimento: reorganizou-se a comissão geral no intuito de "dar maior representatividade realmente popular" aos postos de direção — grande parte até então ocupados por agentes pastorais; b) caiu-se num vazio em termos de propostas e encaminhamentos pertinentes ao problema do transporte e às metas ainda por serem alcançadas. Vazio esse, justificado basicamente pelo "desinteresse e cansaço do povo", pelo esvaziamento natural do movimentos desta natureza etc. (ver o relato da avaliação feita - cap. III); 2) A conjuntura do período era marcada pelo já conhecido clima da abertura política, onde acirravam-se as preocupações com a criação de outros partidos políticos face à arbitrária decisão do governo em extinguir os partidos então existentes — ARENA e MDB; 3) As instâncias superiores produziram um documento chamando a atenção dos verdadeiros agentes pastorais para o verdadeiro trabalho pastoral junto ao "NOSSO POVO DE DEUS" e Frei Betto escreveu o artigo "Prática Pastoral e Prática Política" "dirigido principalmente aos agentes pastorais"(P. 16) — onde novas diretrizes de atuação pastoral são su-

geridas para a conjuntura da época?

Diante de um momento conjuntural difícil a nível da definição de propostas e de opções, ao mesmo tempo em que as bases das Comunidades Eclesiais encontravam-se expostas num movimento que necessariamente incorporou — não obstante o controle — pessoas que não eram "da Igreja", a hierarquia se pronunciou no sentido de "proteger o rebanho". Chegara o momento de redefinir a atuação a fim de que as bases não fossem envolvidas em articulações partidárias alheias aos interesses do "POVO DE DEUS". Chegara também a hora de "separar o joio do trigo". Isto é: quem era e optara por continuar a ser agente pastoral de quem não era e/ou fizera outra opção. Realmente, tempos depois houve, uma divisão formal do até então reconhecido "pessoal da Igreja". Mas essa divisão, como um resultado das diretrizes traçadas pela hierarquia pastoral, já se manifestara no MTC por época da reestruturação da comissão geral do mesmo, quando os agentes pastorais estariam se desobrigando do MTC. Estariam eles se desobrigando também do Movimento Popular? Não. A avaliação final do MTC mostrou que em praticamente todos os bairros "as comissões de bairro" estavam motivadas e mobilizadas em torno de outros problemas, anunciando a inviabilidade de continuação do MTC.

O que significou isto, senão um retorno dos agentes às bases através da retirada estratégica de um movimento (o MTC) ao qual naquele momento não era mais oportuno dar continuidade pelos riscos que oferecia a nível da descaracterização do trabalho pastoral/religioso/catequético? O que significa isto, senão a necessidade primeira de

a Igreja garantir a preservação dos instrumentos que lhe permitem a reprodução da sua nova estruturação, assim como de si própria?

O que significou nesta conjuntura o fim de um movimento encaminhado pela Igreja que centralizava o interesse das "comissões" de mais de vinte bairros, dando início a um período de lutas específicas, senão à manifestação do interesse de manutenção do vínculo com o Movimento Popular no sentido de influir nos seus rumos e ao mesmo tempo ter a garantia de preservação do espaço de atuação no campo religioso propriamente?

Sim, a conjuntura modificou-se no final de 1979 com a relativa abertura dos canais próprios de manifestação dos interesses populares. Modificou-se a orientação em torno da relação da Igreja com os Movimentos populares à medida que agora eles deveriam se emancipar do trabalho pastoral. Mas, sem dúvida, ela continuou a influir sobremaneira nos seus rumos.

3 ELEMENTOS QUE DERM IDENTIDADE AOS PARTICIPANTES DO MTC

A caracterização do cotidiano nos bairros nos permitirá o entendimento das dificuldades para a organização comunitária ao nível dos moradores, assim como possibilitará uma compreensão mais profunda da relação da Igreja com os MPs, principalmente neste universo.

A vida nos bairros, além de ser permeada pela tradição paternalista enraizada na consciência popular,

pelo reforço diário da ideologia individualista e de ascensão social, pela presença marcante dos programas de televisão e pelo exíguo tempo livre das pessoas dificultando a vida comunitária e participativa, é caracterizada ainda por um outro nível de relações que divide as pessoas podendo mesmo colocá-las em oposição entre si. São relações que podem ou não resultar da situação de classe. Quando o bairro é muito heterogêneo, é claro que a hierarquia decorrente da relação diferenciada mantida com a divisão técnica do trabalho no plano produtivo, redundará numa hierarquia diferenciada de status e prestígio que, indubitavelmente diferenciara as pessoas entre si e dificultará o processo de ação conjunta e coletiva num movimento reivindicatório. Embora nos bairros mais homogêneos, que são a maioria, esse fator não seja o preponderante para dificultar a coesão, outros fatores são evidenciados no plano cultural e/ou ideológico e simbólico que descaracterizam, a princípio, a categoria morador enquanto possuidora de uma significação para a ação política coletiva reivindicatória. Antes mesmo de se pensarem moradores e de perceberem o conteúdo de espoliação a que está sujeito o morador, os habitantes do mundo dos bairros se apercebem, através de determinados sinais de identificação próprios de grupos, que se diferenciam entre si. São grupos que se cruzam, se entrecruzam ou então se opõem e se hostilizam, numa movimentação que entrecorta as fronteiras da classe social à qual, via de regra, todos pertencem. Uma Associação de Moradores, por exemplo, apesar de se auto-denominar representativa de todos os moradores de determinado bairro, na verdade quase sem-

pre não passa de um circuito muito estreito de relações que da unidade e coesão a um grupo em particular por compartilhar elementos comuns de identidade, seja no plano político, cultural ou de lazer. A grande dificuldade das associações de bairro está, pois, em manter mobilizadas em seu interior pessoas com interesses e expectativas tão diferenciados — desde aposentados, desempregados, trabalhadores dos mais diversos ramos e tipos de atividades, até estudantes, donas de casa e pequenos comerciantes — que no interior do bairro se agrupam com base nas relações de vizinhança, preferências religiosas, idade (grupo de velhos, de "cocotas") e opções político partidárias. A referência ao fato de serem todos moradores dificilmente se afigura numa perspectiva de ação conjunta e coletiva, embora as pessoas quase sempre se conheçam entre si por uma ou outra razão.

Na classe operária o processo organizativo e a mobilização se dá com maior fluidez e intensidade, mesmo considerando as clivagens existentes. Há nela uma identidade implícita alimentada pelas condições de trabalho e salariais, horas extras, ritmo de trabalho, relógio de ponto, legislação salarial, rotatividade no emprego etc. São situações que todos experimentam em quase igual medida, fazendo com que se unam com maior rapidez enquanto companheiros de luta em movimentos massivos. No local de moradia, ao contrário, é onde se abre o amplo leque de experiências cotidianas: é o cara que está desempregado, barganhando o que pode para sobreviver; é onde aqueles que trabalham saem de casa às cinco horas da manhã e chegam às oito da noite; é onde se assiste novelas ou então se descomprime as tensões

da jornada de trabalho; é onde a maioria teme os ladrões e os assaltantes, ficando com medo de sair e de deixar a casa; é onde os homens se agrupam em torno do futebol e/ou dos bares para ocupar o tempo livre com a biritá e os joguinhos de dominó e porrinha; é onde se praticam as mais diversas religiões e seitas e se participa de diferentes partidos políticos; é onde, enfim, existe a família e os grupos de vizinhança como elementos de controle.

Do ponto de vista organizativo e da consciência objetiva da situação urbana, esta situação, altamente diferenciada em vários níveis, se constitui num desafio, pois o elemento unificador de interesses terá que ser suficientemente forte para promover a coesão, a identidade e a solidariedade num plano que se situe acima das diferenças e divergências. E pelo que eu tenho observado, afora situações que ofereçam riscos que ameacem a própria sobrevivência individual ou da família, os já corriqueiros problemas do "caótico mundo urbano" --- valas abertas, esgoto correndo nas portas, escadarias caindo aos pedaços, lixões beirando as casas, ruas intransitáveis, casas suspensas sobre o mangue, filas intermináveis nos postos de saúde etc., não têm apresentado a força necessária para dar aquela unidade referida acima.

No bairro, se os efeitos das contradições urbanas estão estampados a nível da precária qualidade de vida, a compreensão e a consciência da real dimensão dessas contradições é altamente dificultada pelo próprio caráter dos pólos em oposição: morador e Estado. A exploração do capital sobre o trabalho, que em última instância é respon-

sável pelas contradições urbanas, encontra-se muito mediada para ser percebida no plano do urbano.

Durante o Movimento de Transporte Coletivo eu pressentia que o "problema do transporte" não era, em si, o fator que movia e que motivava as pessoas nos bairros para levar adiante a luta. Mais tarde, descobri que de fato não havia sido esse o "problema" desencadeador do movimento e que manteve solidário um expressivo grupo durante um ano e meio. Diríamos que ele foi um dentre outros motivos mais contundentes e mais fortes --- situados no campo ritual e simbólico --- que incidiram sobre os participantes.

Lembremo-nos que as bases do MTC não ultrapassaram, praticamente, as bases das Comunidades Eclesiais, a não ser por época das assembléias e do abaixo-assinado. Mas em termos de base participativa, ou seja, de pessoas que assumiram de fato os encaminhamentos necessários nos bairros, foi tão somente aquela que assumia também tarefas religiosas. Mais do que uma necessidade, a luta do transporte se colocava como um dever. Um dever de participação e união. Um dever de organização do povo. Um dever sagrado, de todo cristão --- do "Nosso Povo de Deus".

Assim dizia do documento da CNBB discutido em todas as CEBs e motivador do MTC:

"A fé deve orientar todas as nossas atividades, também as que se referem ao campo político... A sociedade que está cheia de injustiças precisa ser transformada totalmente... É o papel de todo cristão participar na construção dessa

nova sociedade".

"...as pessoas e os grupos sociais tem deveres para com a sociedade... o dever de participar da política...".

O culto a Cristo é visto como o culto à luta pela Libertação que só pode ser alcançada se houver a prática do dever de lutar pela Justiça e pela igualdade contra o pecado, que agora passou a significar a exploração, a injustiça e o egoísmo. Assim, o Estado, quando fere os direitos do povo, está cometendo pecado.

É claro o conteúdo político deste discurso revestido pelo simbolismo religioso. É uma manifestação de sacralização daquilo que não é parte do sagrado, mas que é parte do profano: poder (de estado ou de classe) e sociedade civil. A conduta política do cristão nesta nova linha é movida pela sua condição de ter fé consubstanciada pelo dever de participar e de se organizar.

Quando dona Maria Clara — dona de casa e mãe de oito filhos, figura símbolo das CEBs de Vila Velha — sobre num palanque de manifestação popular e fala do seu cotidiano sofrido, clamando por uma sociedade justa e igualitária através da organização e da participação do povo, ela fala em nome da sua fé. Ela fala um discurso político revestido de uma aura sagrada. Ela clama por um vir a ser diferente em nome da luta pela Libertação e em nome de Cristo.

Se a sobreposição do MTC à estrutura organizativa das CEBs foi o que lhe deu sustentação, a existência

da fé emanada dos símbolos religiosos foi o que lhe deu vida. A forma descentralizada de estruturação das CEBs em pequenos núcleos se encontram periodicamente para a discussão da bíblia à luz da vida cotidiana, se constitui numa forma ritual que permite a reafirmação da unidade e da identidade grupal. A natureza do novo conteúdo religioso — ético-político — dá sentido à nova forma organizativa e pode ser incessantemente nutrido por essa mesma forma. É a indivisibilidade entre forma e conteúdo, entre o sagrado e o profano, se projeta numa sólida identidade manifestada nos movimentos populares. A consideração deste ponto é de extrema importância, se quisermos entender como é que a Igreja, a partir de 1979, pode, mesmo defendendo a autonomia e a independência dos MPs em relação aos partidos, ao Estado e a si própria, continuar a exercer considerável influência sobre eles.

Quando se está nas instâncias superiores do trabalho pastoral, estabelecem-se as metas e as diretrizes de ação "para e com" as bases nos campos religioso, social e político. Quando se está nas bases, seja no campo estritamente religioso, ou no campo de ação sócio-político, há que se encaminhar as decisões às instâncias subsequentes para se "tirar pontos" comuns visando o conjunto. É justamente nestes percursos de informações e de decisões onde reside uma das importantes peculiaridades da natureza dos processos decisórios da dimensão sócio-política do "trabalho da Igreja". Dada a dimensão sagrada da instituição e dos seus símbolos e a religiosidade como um elemento cultural arraigado na consciência popular, as decisões são re-

vestidas de uma força superior, capaz de se impor — eliminando pequenas clivagens e divergências —, de motivar à ação e de gerar uma forte identidade grupal.

Hobsbawm, ao fazer uma análise dos rituais inerentes às irmandades de ofício da Inglaterra e França e da maçonaria no século XIX, concluiu que "aos movimentos modernos faltam, de forma surpreendente, rituais deliberadamente estruturados. O que une seus membros é o conteúdo e não a forma" (Hobsbawm, 1978, p. 152). Mostrou também que o declínio da organização ritual se relaciona com as origens do marxismo, que acabou por criar uma "organização revolucionária totalmente moderna" (idem, p. 170) baseada num completo racionalismo, onde "o que unia os homens não era o juramento, mas a causa", ou seja, "uma teoria 'proletária' da revolução" (idem, p. 172). Assim, "o revolucionário proletário (ou o intelectual que se identificava com ele) já não tinha necessidade de fórmula românticas" (idem, p. 173). Bastava nadar, agora, com a corrente da história e do proletariado.

No Brasil, a natureza do processo histórico, marcado por diferentes modalidades de dominação e de repressão, configurou universos ideológicos e culturais fortemente enraizados e adversos a partidos políticos dotados de tal racionalidade revolucionária. Sabemos que a própria Igreja muito contribuiu para isso, mas observamos que a partir dos anos 70 ela, através de sua nova estruturação ritual e de um discurso de fé permeado pela busca da "libertação do povo", tem promovido a mobilização de parcelas significativas da população em movimentos de pressão. Entendo

isso como uma recuperação (não nos mesmos modelos dos movimentos sociais do século XIX) da forma ritual e do simbolismo como elementos oportunos à sustentação de movimentos sociais de contestação, num contexto histórico-cultural reticente à racionalidade revolucionária e receptivo à religiosidade.

Não há como negar que foi na nova forma ritual de organização da Igreja e no sentido ético-político do seu discurso religioso onde residiu o fator básico da capacidade de mobilização popular e de participação continuada dos componentes do MTC, superando a existência de tantos entraves à organização popular a nível dos bairros. Não há como deixar de sugerir que é dessa forma que a Igreja continuará a influir nos Movimentos Populares, mesmo defendendo a sua autonomia em relação aos partidos políticos, ao Estado e, principalmente, a ela própria.

NOTAS

- 1 - Francisco de Oliveira mostra em seu artigo "Acumulação Monopolista, Estado e Urbanização: A nova qualidade do conflito de classes" que à medida que o Estado é capturado pela burguesia monopolística-associada, o conflito social adquire uma escala mais ampla que coloca em controvérsia não apenas a burguesia em geral contra o proletariado, mas o conjunto das classes sociais urbanas não proprietárias dos meios de produção contra o Estado (Oliveira, 1977).
- 2 - "Assim como a máquina utilizada para produzir mais valia dentro da fábrica será sempre propriedade do empresário, e não do operário que nela trabalha, a cidade pertencerá à classe dos investidores e não dos construtores". Esta citação encontra-se no artigo "A Segregação Espacial" de Regina Maria Prosperí Mayer onde o solo urbano é concebido como uma mercadoria portadora de valor de troca estando, portanto, a sua ocupação sujeita às regras do sistema produtivo e de consumo. Assim, sob a aparente desordem urbana, esconde-se uma estrutura perfeitamente lógica (Meyer, 1978, p.158 e seguintes). É a "Lógica da Desordem", assim como foi denominado um artigo que trata da questão da periferia em São Paulo, publicado no livro São Paulo 1975 Crescimento e Pobreza pela Edições Loyola com o apoio da Pontifícia Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo.
- 3 - Sobre a contradição que se instaura no processo de surgimento de cidades ou bairros dormitórios e da conseqüente carência dos serviços de transporte coletivo para a reprodução da força de trabalho, ver o trabalho de MARTINEZ = ALIER e MOISÉS, 1977.
- 4 - Neste momento preciso dar um depoimento a respeito das minhas impressões sobre o trabalho de Carlos Nelson Ferreira dos Santos (arquiteto/antropólogo) - Movimentos Urbanos no Rio de Janeiro; Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1981. Num primeiro momento fiquei feliz pois tratava-se de um antropólogo estudando uma situação nova no campo da Antropologia --- à qual eu também me metera --- e enquanto tal poderia dar uma luz teórica num momento em que era

preciso estabelecer uma "ponte" entre os meus dados e a Antropologia. Mas confesso que ao final de uma leitura atenta, tomei um banho de água fria não só no plano teórico mas sobretudo em relação à minha prática enquanto diretora da Associação de Moradores do meu bairro (Paul). Suas conclusões geraram um sentimento de arrefecimento, de desmotivação e de perda de tempo no trabalho com Movimentos Urbanos.

Explicar as razões disto exigiria uma análise detalhada da obra do autor que não cabe neste momento, mas convém salientar alguns pontos relativos aos pressupostos metodológicos presentes em sua análise que, inclusive nega radicalmente as proposições de Castells classificando-as de abstratas e formais. Imbuído do firme propósito de imprimir em seu trabalho um caráter antropológico que "iluminasse certas áreas mal definidas nas abordagens sociológicas e políticas mais correntes" (p. 20) o autor isolou seus três casos no tempo e no espaço e cumprindo o seu objetivo de construir "modelos quotidianos", retirou deles "explicações aplicáveis ao conjunto social" (p. 18).

Penso que uma análise antropológica das particularidades e da dinâmica interna de determinada situação não pode negar, no plano teórico-metodológico, a existência de processos mais amplos que envolvem o movimento das classes sociais. Por mais particularizada que seja a situação em questão, o antropólogo — principalmente em formações urbanos-industriais — não pode deixar de tomar como referência fundamental a existência objetiva de relações sociais capitalistas e das profundas contradições que permeiam essas relações.

- 5 - Roberto Romano comenta sobre a tendência — já evidenciada historicamente — da Igreja espalhar na sociedade a sua forma organizativa. Diz ele que "as comunidades de base, inicialmente propostas como instrumentos de renovação da estrutura interna da Igreja, serão depois compreendidas como padrão organizatório para toda a sociedade. Ao contrário do projeto corporativista católico do período Vargas, não se propõem rígidas organizações profissionais, mas critérios fluidos, apoiados na vizinhança, nos interesses locais (serviços públicos, transportes, esporte, escola) etc. Todos os movimentos leigos ligados às comunidades de base, devem

estar sob a direção da pastoral de conjunto, deixando-se aos leigos as decisões imediatas" (Romano, 1979, p. 190).

- 6 - Ver a tese de mestrado (inédita) de Maria Laura Schneider Duarte sobre o trabalho desenvolvido pelas Comunidades de Base da Igreja da Arquidiocese de Vitória denominada: "Isto não se aprende na escola: A Educação do Povo nas CEBs" apresentada no Programa de Mestrado em Educação em 1981. Nesta dissertação a autora mostra a estruturação da Igreja local.
- 7 - Na análise do Movimento do Ônibus ocorrido na periferia da Zona Sul de São Paulo, Sílvio Caccia Bava afirma que "O Movimento do Ônibus se apresenta como um exemplo dos mais flagrantes da questão da autonomia/subordinação com que se debatem hoje as classes populares. Plenas de virtualidades no sentido de constroem a partir do movimento de massas suas próprias formas de organização, como é o caso da Comissão de Ônibus, as classes populares se defrontam com as formas de cooptação oferecidas por organizações populares e articuladas em nível nacional, cujo exemplo maior é a Igreja" (Caccia Bava, 1981, p. 100).
- 8 - "O cerceamento dos canais de crítica e oposição ao regime militar, mormente após o AI-5 (1968), fez com que a voz profética da Igreja, comprometida com a pastoral popular ressoasse hegemônica na defesa dos direitos humanos e na denúncia das arbitrariedades cometidas em nome da segurança nacional. A pastoral popular ganhou uma conotação fortemente política e a política, enquanto expressão das bases populares, passou a exercer-se junto às comunidades cristãs e à pastoral operária urbana e rural..." (Frei Betto, 1979, p. 13-14). Ver também Lesbaupin, 1980 e Brant, 1980.
- 9 - Convém assinalar que a organização da Igreja em CEBs não brotou espontaneamente das altas instâncias eclesiais, não obstante o consenso a que se chegou em torno do assunto. Pucci, 1981, desenvolveu essa questão ao analisar a atuação dos setores progressistas desde a década de 60 e os efeitos educativos dessa prática junto à hierarquia da Igreja. Diz ele que "a participação consciente dos cristãos junto aos movimentos populares, o surgimento da

igreja popular a partir dessa participação e o conseqüente esforço teórico para refletir essa prática política e dar-lhe embasamento teológico... vão se caracterizar como elementos fundamentais na Segunda Conferência do Episcopado Latino Americano (2ª CELAM) e Medellín e vão influenciar sobremaneira a atuação da igreja nos anos 70".

BIBLIOGRAFIA

- BETTO, Frei - "Prática Pastoral e Prática Política". In: *Cadernos do CEDI*, suplemento nº 26. Rio de Janeiro, Tempo e Presença, março, 1980.
- *O que é Comunidade Eclesial de Base*. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- BOFF, Clodovis - *Comunidade Eclesial-Comunidade Política*. Petrópolis, Vozes, 1978.
- BORJA, Jordi - *Movimientos Sociales Urbanos*. Buenos Aires, Nueva Visión, 1975.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues - "Religião, Campo Religioso e Relação entre Religião Erudita e Religião Popular". In: *Religião e Catolicismo do Povo, Cadernos Studium Theologicum*, nº 6, Curitiba, 1977.
- (org.) *Pesquisa Participante*. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- "A celebração da Consciência - anotações sobre o trabalho pedagógico da Igreja com o povo de hoje, no Brasil". In: ——— *Lutar com a Palavra*. Rio de Janeiro, Graal, 1982.
- CACCIA BAVA, Sílvio - *Movimentos Reivindicatórios Urbanos na Grande São Paulo: um estudo de caso*. São Paulo, agosto/janeiro, 1980. (xerox)
- "O Movimento do Ônibus - A articulação de um Movimento Reivindicatório de Periferia". In: *Revista Espaço & Debates*. São Paulo, Cortez, ano 1, nº 1, 1981.
- CAMARGO, Cândido Procópio e outros - *São Paulo 1975 Crescimento e Pobreza*. 4.ed. São Paulo, Loyola, 1975.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto - *Identidade, Etnia e Estrutura Social*. São Paulo, Pioneira, 1976.

CARVALHO, Ivo de - "Movimento de Bairro e Política". São Paulo, abril, 1978. (mimeografado)

CASTELLS, Manuel - *La Cuestión Urbana*. México, Siglo XXI, 1977a.

----- "Crise do Estado, Consumo Coletivo e Contradições Urbanas". In: POULANTZAS, Nicos - *O Estado em Crise*. Rio de Janeiro, Graal, 1977b.

----- "Pobreza Urbana e Organização Social: Análise Comparativa de Movimentos Sociais em Assentamentos Espontâneos na América Latina". Recife, Dezembro, 1978. (xerox)

----- *Cidade, Democracia e Socialismo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.

CHAUÍ, Marilena - "Notas sobre a Cultura Popular". In: *Arte em Revista Questão O Popular*, ano 2, nº 3. São Paulo, Kairós, 1980.

COHN, Maria da Glória - *Reivindicações Populares Urbanas*. São Paulo, Autores Associados/Cortez, 1982.

DOCUMENTO de Monlevade. João Monlevade, 1980, mimeografado.

DOCUMENTO de São Bernardo. Taboão da Serra, São Paulo, 1981, mimeografado.

Fundação Jones dos Santos Neves - "Grande Vitória - Sistema Aquaviário". Vitória, ES, 1977.

----- "Plano Diretor de Transportes Urbanos/Plano de Ação Imediata de Transporte e Trânsito". Vitória, ES, 1977.

----- "Diagnóstico da Situação Atual das Favelas, Bairros Populares Carentes e Segmentos de Pobreza do Município de Vila Velha" (versão preliminar). Vitória, ES, 1979.

GRAMSCI, Antônio - *Concepção Dialética da História*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.

GROSSI, Francisco V. - "Investigación Participativa: Precisiones de Ayacucho". In: *Investigación Participativa y Praxis Rural*. Lima, Mosca Azul, 1981.

HOBBSBAWM, E. J. - "O ritual nos Movimentos Sociais". In: *Rebeldes Primitivos*. 2.ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

LE BOTERF, Guy - "La Investigación Participativa como Proceso de Educación crítica - Lineamientos Metodológicos". In: GROSSI, Francisco, op. cit.

LESBAUPIN, Ivo - "A Igreja Católica e os Movimentos Populares Urbanos". In: *Revista Religião e Sociedade*, nº 5, Rio de Janeiro, Tempo e Presença, 1980.

LOJKINE, Jean - *O Estado Capitalista e a questão Urbana*. São Paulo, Martins Fontes, 1981.

L'OBSERVATION Militante - artigo da revista publicada pelo Institut D'Action Culturelle - nº 5, Suíça, traduzido por Mariângela Belfiore.

MARTINEZ-ALIER, V. & MOISÉS, J. A. - "A Revolta dos Suburbanos ou Patrão o trem atrasou". In: *Contradições Urbanas e Movimentos Sociais*, Rio de Janeiro, Co-edições CEDEC/Paz e Terra.

MEDEIROS, Antonio Carlos - "Industrialização como fator de Desautonomia Relativa". Vitória, ES, 1974. (tese de mestrado)

MEYER, Regina Maria P. - "Segregação Espacial". In: *A luta pelo Espaço*. Rio de Janeiro, Vozes, 1978.

- MOISÉS, J. Álvaro - "Classes Populares e Protesto Urbano."
São Paulo, FFLCH, USP, 1978. (tese de doutorado)
- OLIVEIRA, Francisco de - "Acumulação Capitalista, Estado e Urbanização: A Nova qualidade do Conflito de Classes". In: *Contraponto*. Rio de Janeiro, Grafica Luna, ano 1, nº 1, 1976.
- "Expansão Capitalista, Política e Estado no Brasil - notas sobre o passado, o presente e o futuro". In: *Economia da Dependência Imperfeita*. Rio de Janeiro, Graal, 1977.
- ROLIM, Francisco C. - *Religião e Classes Populares*. Petrópolis, Vozes, 1980.
- ROMANO, Roberto - *Brasil Igreja contra Estado*. S. Paulo, Kairós, 1979.
- SANTOS, Carlos Nelson F. - *Movimentos Urbanos do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.
- SCHNEIDER, Maria Laura - "Isto não se aprende na escola: A Educação do povo nas CEBs". Vitória, ES, PPGE, UFES, 1982. (tese de mestrado)
- SEPLAN - ES - "Espírito Santo Crescimento e Desigualdade Social". Vitória, ES, 1977.
- SINGER, Paul & BRANT, V. Caldeira - *São Paulo O Povo em Movimento*. São Paulo, Vozes, 1980.
- SOUZA, Luiz Alberto Gomes de - "A Política Partidária nas CEBs". In: *Revista Eclesiástica Brasileira*. Vol. 41, fasc. 164, Rio de Janeiro, Vozes, 1981.
- VÁRIOS - "Associação de Bairro na Grande Vitória". In: *Cadernos do CEAS*, nº 78, Salvador, março/abril, 1982.

VELHO, Gilberto - "O antropólogo pesquisando em sua cidade: Sobre Conhecimento e Heresia". In: *O Desafio da Cidade*. Rio de Janeiro, Campus, 1980.

----- *Individualismo e cultura*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

WANDERLEY, Luiz Eduardo - "Movimentos Sociais Urbanos". In: *Pastoral Urbana*. Série Teologia em Diálogo, São Paulo, Paulinas, 1980.

WEFORT, Francisco - "Classes Populares e Política". São Paulo, FFLCH, USP, 1968. (tese de doutoramento)

ANEXO 1

Vila Velha, agosto de 1978.

COMUNIDADES DA FERRETERIA DE VILA VELHA - ES
LUTA PELA MELHORIA DOS TRANSPORTES;

ABAIXO ASSINADO

RESUMO:

1. População do Município de Vila Velha e utilização de Ônibus.
2. O Problema de Transporte Coletivo
 - Demoras
 - Ônibus superlotados
 - Aumentos de Passagens
 - Troco não devolvido
 - Estradas ruins e falta de abrigos
 - Pontos distantes e falta de linhas
 - Engarrafamento constante.
3. As causas do Problema
 - A falta de concorrência
 - A lei do lucro
 -
4. A Luta das Comunidades pela Melhoria dos Transportes
5. O que queremos:
 - Mais e melhores Ônibus em cada bairro/linha;
 - Criação de novas linhas conforme a necessidade de cada comunidade;
 - Linhas ligando os bairros aos terminais das lanchas;
 - Abertura de concorrência pública para as citadas linhas;
 - Melhores estradas;
 - Construção de novos terminais de lancha o mais rápido possível
 - Maior ritmo na construção da "Segunda Ponte", terminando, inclusive, o trecho que unirá a Ponte ao nosso município.
6. Relação das Comunidades que estão na Luta (26).

Vila Velha, agosto de 1.978.

COMUNIDADE DA FERRERIA DE VILA VELHA - ES.
LUTA PELA MELHORIA DOS TRANSPORTES.

A B A I X O - A S S I N A D O

1. POPULAÇÃO

Nosso Município de Vila Velha tem uma população aproximada de 160.000 habitantes. Nós, os usuários dos serviços de transporte coletivo, somos a maioria desta população. Somos aproximadamente 128.000 pessoas (80%). Na grande maioria, pertencemos à classe trabalhadora. A média geral de salário é de CR\$ 2.899,20 (dois salários mínimos), porém a maioria recebe apenas CR\$ 1.449,60 (1 salário mínimo).

2. O PROBLEMA DO TRANSPORTE COLETIVO

Além de enfrentarmos todas as dificuldades que nossa classe sofre, ainda somos sacrificados diariamente com o problema da condução. Baseados na pesquisa que fizemos nos bairros, constatamos a seguinte situação:

2.1- Demoras: Existe um grande descontrole nos horários e, por isso, as demoras nos pontos são grandes. As filas crescem diariamente principalmente nos horários de maior movimento. Na pesquisa obtivemos os seguintes resultados:

Média de espera máxima: 65 minutos

Média geral de espera : 39 minutos.

2.2- Ônibus superlotadas: O número de veículos para os bairros não é suficiente. Menos a linha Vila Velha - sempre, que possui, em média 18 veículos circulando. Nos outros bairros trafegam 02 a 03 veículos. Sendo que, em alguns bairros, o número de veículos continua o mesmo desde que a linha foi criada, há 16 anos. Por exemplo Aribiri e Ataide. Notamos que a população tem crescido sem parar e os serviços de ônibus não acompanharam este crescimento. Com isto, os ônibus circulam com lotação exagerada, especialmente nos horários de ida e vinda do trabalho. As pesquisas indicam que o número de passageiros transportados por veículos é o seguinte:

Média máxima de passageiros: 110 passageiros.

2.3- Aumentos de Passagens: Como já dissemos, somos da classe trabalhadora e recebemos salários baixíssimos. E, para piorar ainda mais a situação, os aumentos nos preços das passagens têm sido constantes. O nosso salário só tem um reajuste por ano. Desse jeito, o dinheiro que ganhamos com o trabalho vai perdendo o seu valor, ano após ano. As pesquisas mostram que, em 1.977, foram autorizados 4 (quatro) aumentos de passagens que variaram em 33%, 38% a 84,6%. Na maioria das comunidades, este aumento atingiu o índice de 172,72%, entre janeiro de 1.977 a agosto de 1978. Com estes frequentes aumentos de passagens, os gastos diretos com ônibus atingem mais de 15% do salário ganho. Ficou definido pelas pesquisas os seguintes dados:

Taxa máxima de gastos : 15,74% do salário
Taxa média de gastos : 9,22% do salário.

É bom lembrar que no cálculo do Governo Federal, para o salário mínimo, o gasto com TRANSPORTE é de 6%.

2.4- Troco não devolvido: Os trocadores são obrigados a não devolverem o troco porque a empresa não fornece moedas. E isto vem mais uma vez prejudicar os usuários.

2.5- Estradas Ruins e Falta de Abrigos: A situação das estradas e ruas da maioria de nossos bairros é bem precária. E a empresa se aproveita desta situação para se desculpar frente à população. Além disto, praticamente não existem abrigos de ônibus nos pontos. Nem ao menos nos pontos de maior movimento. Assim, temos que "mofar" nos pontos, sujeitos a chuva, sol e lama.

2.6- Pontos distantes e falta de linhas: Em alguns bairros, constatamos que os pontos estão muito distantes, obrigando os moradores a andarem a pé longos trechos. Outros bairros nem possuem linhas de ônibus, tendo que pegar condução nos bairros vizinhos. A nossa pesquisa indica que deverão ser criadas as seguintes novas linhas:

2.6.1.- Planalto à Vitória (via Paul);

2.6.2.- Cruz do Campo à Vitória (Via Glória);

2.6.3.- Divino Espírito Santo à Vitória (Via Glória)

2.6.4.- Ônibus dos bairros para os terminais de Lancha de Vila Velha e Paul.

2.6.5.- Boa Vista à Vitória, passando pelo Ginásio Estadual de Lote Novo e seguindo pelo bairro

da Glória, a fim de beneficiar os moradores do Morro do Soteco e imediações, que, atualmente, para alcançar um ônibus precisam andar 20 minutos.

2.6.6.- Boa Vista a Vila Velha, circular, passando por Jardim Itapicó, seguindo para Vila Velha, voltando pela Rodovia Landenberg e entrando na Av. Salgado Filho, em Soteco.

2.7. Engarrafamentos Constantes: Neste item se concentra a maior desculpa que a Empresa encontra para o seu péssimo serviço prestado. No entanto, as pesquisas feitas nas comunidades, indicam que a maior causa dos engarrafamentos não são os ônibus, mas sim os "automóveis". Constatamos que 75% dos veículos que trafegam na ponte são automóveis; 15% são ônibus e 10% são caminhões. Enquanto que 80% da população se locomove nos veículos coletivos. Não se pode dizer que a implantação de mais ônibus aumenta o engarrafamento, pois não são os ônibus que engarrafam. E os proprietários de automóveis não usam o transporte coletivo porque este é precário.

3. AS CAUSAS DO PROBLEMA:

Baseados nas pesquisas e nas discussões feitas em reuniões e assembleias, pode-se dizer que as causas destes problemas que sofremos são as seguintes:

3.1 - A falta de concorrência: A Viação Alvorada possui o monopólio do transporte coletivo em nosso município. Isto desde 1962, o que dá um total de dezesseis anos. E o Artigo 160 da Constituição Federal diz que a ordem econômica e social tem como base o seguinte princípio:

"INCISO V - repressão ao abuso do poder econômico, caracterizado pelo domínio dos mercados, a eliminação da concorrência e aumento arbitrário dos lucros".

Os jornais publicaram as seguintes notícias:

a) A abertura da concorrência para a criação de 82 linhas de ônibus, ligando os bairros de Vila Velha ao Sistema de Lanchas. A Viação Alvorada entrou com um pedido contra a concorrência, baseada na Lei nº 1.561 de 1975, Municipal. O Juiz da Vara dos Feitos da Fazenda Pública Municipal deu ganho de causa à Alvorada. A concorrência foi suspensa. (A Gazeta de 1 e 3 de julho/78).

b) A abertura de concorrência para criação das linhas Vila Velha - Brasópolis e Carapina - Brasópolis. A Viação Paratodos estava em melhores condições de vencer e acabar com o monopólio da "Alvorada" e da "Planeta". Por intervenção governamental, a concorrência foi adiada por algum tempo. (Jornal Trabalho, nºs 39 e 40 de julho de 1.978).

Com estes fatos pode-se constatar que o transporte coletivo não é considerado problema prioritário pelas autoridades competentes. Como prova disto podemos citar mais dois fatos:

1. Os dados que constam do item 2.7 (75% dos veículos que circulam na ponte são automóveis).

2. A inauguração do sistema de lancha na praia de Vila Velha e o impedimento da abertura de concorrência citada no item 3.1, letra a.

Assim, o sistema, apesar de trazer algum benefício, não favorece as pessoas dos bairros da periferia, que continuam levando desvantagem em relação ao centro de Vila Velha, este sim, beneficiado diretamente pelas lanchas.

PORQUE SERÁ QUE A ALVORADA FICA SEMPRE LIVRE DA CONCORRÊNCIA ?

3.2. "A Lei do Lucro": Com a falta de concorrência a Viação Alvorada fica livre para fazer o que quiser no município, sempre colocando a Lei do Lucro acima dos serviços à população.

4. A LUTA DAS COMUNIDADES PELA MELHORIA DOS TRANSPORTES

4.1. Há muito tempo o povo das comunidades vem sentindo este problema na carne. Algumas comunidades tentaram sozinhas, por várias vezes, reivindicar a melhoria, mas os resultados conseguidos foram poucos e, na maioria das vezes nulos. Em alguns casos, o desespero dos passageiros levou à atitudes extremas como quebra de ônibus, greve de usuários. Nestes casos constatou-se poucas melhorias, que duraram pouco tempo.

4.2. Foi então que resolvemos unir todas as nossas comunidades numa só luta, para lutar juntas e conseguir, com todo empenho, a melhoria dos transportes coletivos em nossos bairros.

Já estamos há algum tempo nesta luta. Desde de abril deste ano, fizemos várias reuniões, assembleias nos bairros, e duas assembleias gerais com os representantes de todas as comunidades. Para conhecer melhor o problema, em todas as comunidades foram realizadas pesquisas sobre os horários de ônibus, tempo de demora, tempo de viagem, nº de veículos, etc...

5. O QUE QUEREMOS

- 5.1. Mais e melhores Ônibus em cada bairro, linha;
- 5.2. Criação de novas linhas conforme a necessidade de cada comunidade;
- 5.3. Linhas ligando os bairros aos terminais das lanchas;
- 5.4. Abertura de concorrência pública para estas linhas;
- 5.5. Melhorar estradas;
- 5.6. Construção de novos terminais de lanchas, o mais rápido possível;
- 5.7. Maior ritmo na construção da "Segunda Ponte", terminando inclusive, o tronco de unir a Ponte ao nosso Município.

6. RELAÇÃO DAS COMUNIDADES QUE ASSINAM ESTE ABATIXO-ASSINADO:

Aribiri	Ilha da Conceição
Ilha das Flores	Cavaliere
Rio Marinho	Alvorada
Alecrim	Jardim Itapoã
Vila Nova	Vila Garrido
Jardim Marilândia	Colorado
Vale Encantado	Soteco
Ataide	Santa Monica
Santa Rita	Gloria
Planalto	Boa Vista
Jardim Anteca	Novo México
Ibas	Cobi
Cobilândia	Bairro Divino Espirito Santo

ANEXO 2

GREVE DOS MOTORIZISTAS E TROCADORES DA ALVORADA

Nós não estamos sozinhos na luta contra os maus serviços da Alvorada.

Também os motoristas e trocadores estão lutando contra a situação de exploração da empresa.

Foi por isto que os motoristas e trocadores da Alvorada, junto com outras empresas, resolveram fazer uma greve para exigir melhores condições de trabalho.

É nosso movimento deu o seu apoio, publicando uma carta de solidariedade à luta dos trabalhadores da Alvorada.

ESSA LUTA NÃO É SÓ DOS MOTORIZISTAS E TROCADORES.

É NOSSA TAMBÉM!

COMO ANDAM AS FINANÇAS DO BOLETIM

Doze (12) comunidades contribuíram financeiramente com o nosso Boletim. Algumas com mais, outras com menos.

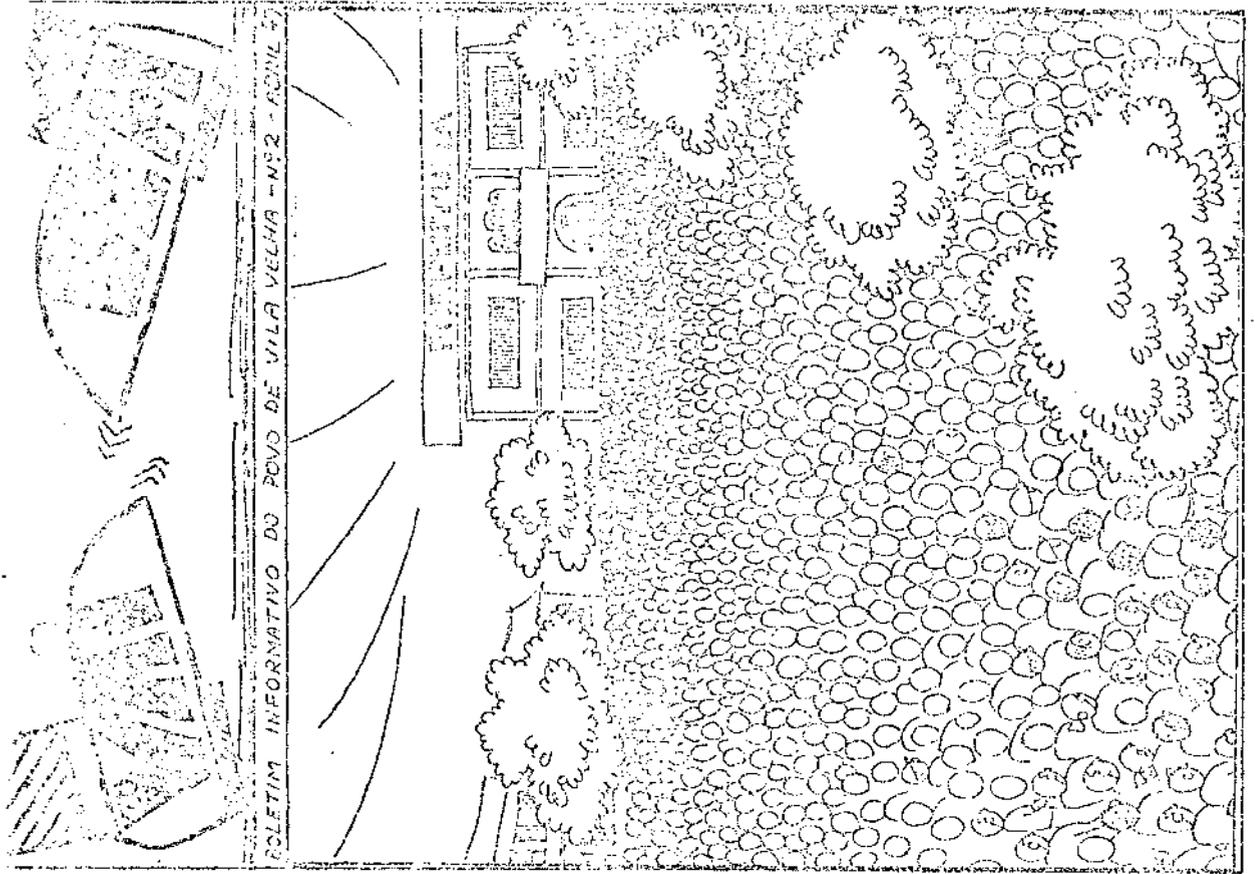
A nossa situação no momento é a seguinte:

TOTAL RECEBIDO.....	R\$ 1.850,00
CUSTOS COM O LA BOLETIM.....	R\$ 615,00
RESERVA.....	R\$ 1.235,00

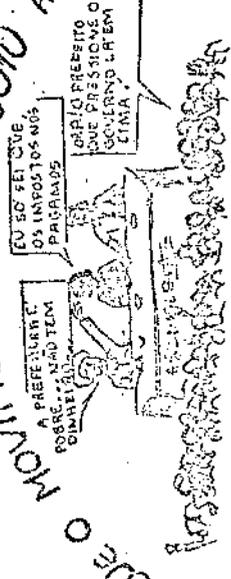
O dinheiro que sobrou ficou para a despesa do segundo Boletim.

É importante que cada comunidade continue colaborando. Pois o Boletim só pode continuar existindo com a ajuda das comunidades.

A NOSSA LUTA CONTINUA!...



O QUE O MOVIMENTO CONSEGUIU ATÉ AGORA



O nosso Movimento continua vivo e fazendo pressão.

A comissão do Detran esteve lá 3 vezes. Diante da pressão da comissão, as autoridades convocaram representantes do Movimento para uma reunião com todos os irmãos ligados ao problema do transporte.

Nessa reunião, o diretor do Detran apresentou as realidades às nossas reivindicações.

Alguns já foram pontos em prática, como por exemplo:

- Boa Vista x Vitória mudança no ponto final.
- Horário dos ônibus iniciando às 4,40 da manhã.

- aumento de ônibus em alguns bairros.

O principal, no entanto não veio.

Foi prometido que seria aberta uma concorrência para novas linhas em Rio Marinho, Planalto, Conjunto Páccidos, Barcelos e Vila Nova. O ex-presidente do Detran disse que isso só vai depois que sair a concorrência aqui da prefeitura.

Nas comissões de bairro estão sendo estudadas as respostas do Detran.

TODOS NOS PRECISAMOS PARTICIPAR.

VALOS COBRAR AS PROMESSAS ATÉ O FIM.

- FIM DO MONOPÓLIO

QUEREMOS O FIM DO MONOPÓLIO

O ex-presidente do Detran disse que só vai a concorrência para novas linhas intermunicipais depois que sair a concorrência interna.

Vamos então juntar forças para ver se sei logo essa concorrência interna, para depois partirmos para o que realmente queremos: mais linhas e mais ônibus dos bairros para Vitória.

FAZ MAIS DE UMA HORA QUE ESTOU AQUI ESPERANDO O ÔNIBUS!

É, NÃO TUA A VITÓRIA É DE TANTO CHEGAR ATRASADO NO FIM DO MÊS MEU SÁBADO VEM TODO FURADO.

COMO NÃO TEM JENHO? É DIFÍCIL, MAS TEM. MAS QUE JENHO PODE TER? OS GOVERNANTES NÃO QUEREM SABER DO POVO!

ISSO ACONTECE PORQUE AGENTE NÃO SE ORGANIZA. EU JÁ COMECEI A PARTICIPAR DO MOVIMENTO DE TRANSPORTES COLETIVOS. NO DIA 30 EU NÃO POSSO IR NA PREFEITURA, PORQUE OUTRA GALHAR, MAS MINHA MULHER E MINHA FILHA VÃO ESTAR LÁ.

FAZER O QUE LÁ?

DISSESEM QUE VAI TER NOVA CONCORRÊNCIA. SE O FOUQUIM PROFISSIONAR! E NÃO EXIGIR NUNCA VAI SAIR NADA.

PACHA SEU ZÉ... O SENHOR ME DEU UMA BOA IDEIA. DIA 30 EU VOU ESTAR LÁ TAMBÉM.

DESENHO: CESAR ROMERO

VALOS TODOS DIA 30 DE ABRIL, ÀS 16 HORAS NO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE DA PREFEITURA (PRAIA DA COSTA) QUEREMOS VER A CONCORRÊNCIA

CONCORRÊNCIA PELAS LINHAS INTERNAS

Homem luta é longe e difícil mas conseguiu pequenos avanços.

Há muito tempo que a gente vem lutando pelo fim do monopólio em V. Velha. E está claro que a Alvorada não quer saber de outra empresa concorrente.

No manifestação que foi feita pela população no dia 15 de Janeiro junto à Prefeitura, foi exigido do prefeito novas providências. Foi solicitado que a Prefeitura se inserisse para participar de concorrência pública pelas linhas internas.

Vendo tanto povo na frente dele, o prefeito, prometeu que se não esperasse nenhuma empresa desta vez, ele iria então criar uma empresa de capital misto.

VAMOS EXIGIR TUDO O QUE FOI PROMETIDO



DAI NUNCA LUTAM POR VAMOS VITÓRIA

O problema de ônibus em V. Velha não é o único que existe. A situação em cada bairro está cada vez pior: não tem água, não tem esgoto, não tem calçamento, não tem nada.

Em vários bairros o povo já começou a se organizar para exigir soluções.

ARIBIRI

O povo está se organizando para lutar pela mudança de uma via. Foi organizada uma comissão para ir à Prefeitura e depois de muito pleiteio o prefeito se comprometeu em dar a mão de obra.

Os moradores organizaram uma festa e conseguiram arrecadar dinheiro para comprar o cimento.

FLAMALTO

Já foi formada uma comissão para estudar os problemas do bairro e exigir soluções para eles.

A primeira luta é pelo calçamento da rua por onde passará o ônibus que irá percorrer o bairro e processo de melhorias e limpeza do bairro de criar a linha Flamalito X Vitória.

Em relação isso, o prefeito está calçando as ruas da área da Corte.

ALVORADA E GARRIDO

Foram formadas comissões das famílias atingidas pelas últimas enchentes.

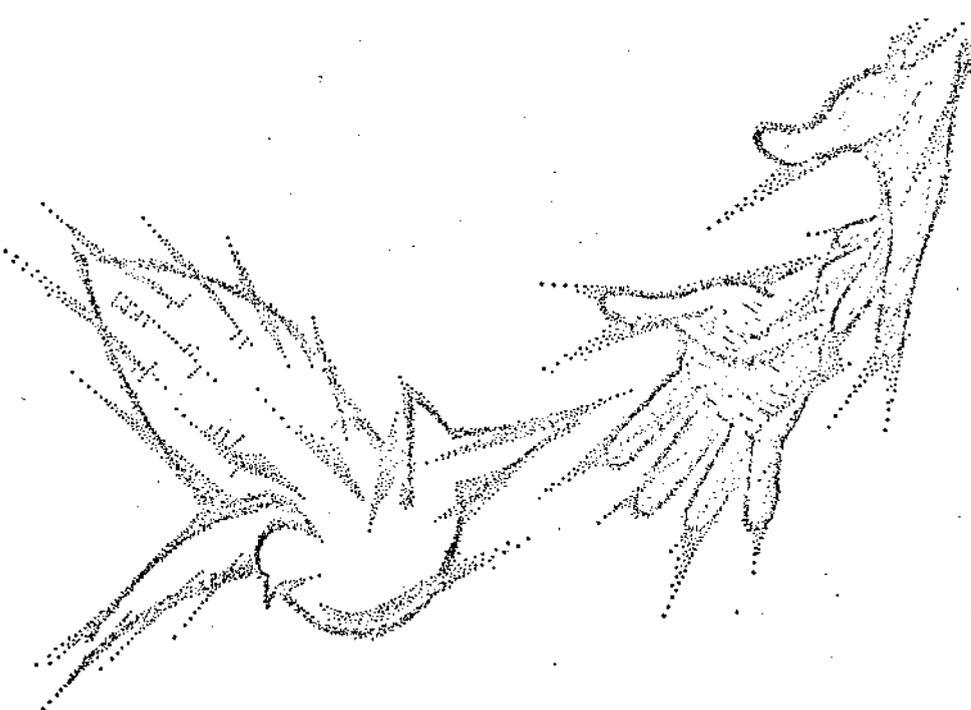
As comissões se reuniram várias vezes, discutiram o problema e decidiram ir à Prefeitura e exigir soluções.

A GRANDE VITÓRIA ESTÁ SE INDUSTRIALIZANDO. DIZEM QUE ISSO É PROGRESSO.

PORQUE É QUE ENTÃO OS PROBLEMAS DO TCVG AUMENTAM AO INVÉS DE DIMINUIREM ?

POR QUE É QUE O DISTRITO DE VITÓRIA NÃO É PULCO ENTAO O BEM DO TCVG ?

ANEXO 3



**EXIGÊNCIAS CRISTÃS
DE UMA ORDEM POLÍTICA**
(VERSÃO POPULAR)

DIOCESE DE SÃO MATEUS - ARQUIDIOCESE DE VITÓRIA - E.S.
1977

"...sintam-se os católicos obrigados a promover o verdadeiro bem comum e, assim, fazer valer o peso de sua opinião, para que o poder civil se exerça na justiça e as leis correspondam aos preceitos morais e ao bem-comum".

(Concílio Vaticano II, Gaudium et Spes, 14)

DOCUMENTO DOS BISPOS DO BRASIL

1977

"Exigências básicas de uma cultura popular"

(versão popular)

"A política é uma maneira exigente de viver: o compromisso cristão a serviço dos outros". (Papa Paulo VI, "Oceguersima Adveniens", 46).

Apresentação

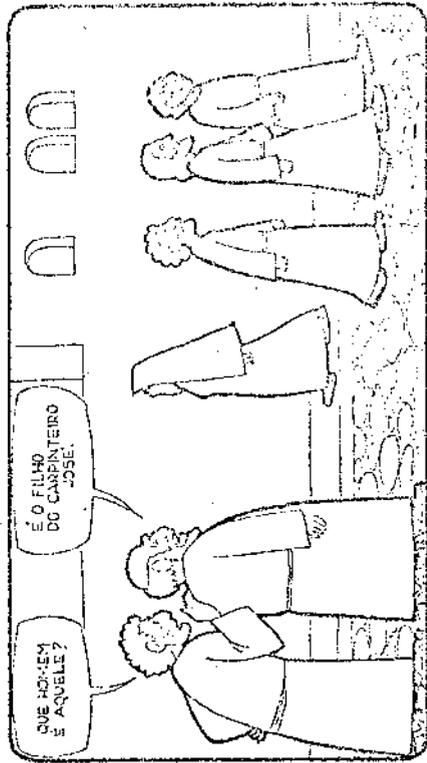
É com muita alegria que as Igrejas da Vitória e São Mateus entregam esta publicação ao Povo de Deus e a todas as pessoas de boa vontade. Trata-se de uma versão popular do documento **EXIGÊNCIAS CRISTÃS DE UMA ORDEM POLITICA**, aprovado pelos nossos bispos reunidos em Itacol, São Paulo, em fevereiro de 1977 (15.ª Assembleia Geral da CNBB — Conferência Nacional dos Bispos do Brasil).

Na introdução do texto, os bispos lembram que todos nós "somos chamados a construir uma nação sempre mais justa, mais humana, e por isto mesmo, sempre mais cristã".

Imprimatur

Dom João Batista da Mota e Albuquerque
Vitória, 4 de julho de 1977.

A salvação que Jesus veio trazer



Deus mandou seu Filho Jesus para o nosso meio. Jesus se fez homem, nosso irmão, mostrando assim que todos nós, sem distinção, somos filhos do mesmo Pai. Por isso, somos irmãos.

O Reino de Deus

Durante o Culto, em Rio Verde, o povo refletia sobre o Evangelho que dizia: "Eu vim para que todos tenham vida em abundância" (João 10,10).

Dona Maria deu sua opinião:

— Pra mim esse negócio de "vida abundante" que Cristo quer para nós, é muito sério. Ele chegou a morrer lutando pela justiça e pela igualdade entre as pessoas.

Seu Paulo concordou:

— Ele morreu mas ressuscitou. Está aqui presente entre nós. Por isso, todos nós temos a responsabilidade de ajudar a

construir o Reino de Deus. Onde todos sejam iguais, vivendo como irmãos, vivendo bem.

Dona Mariana, muito pensativa e séria, perguntou:

— Quer dizer então que tudo aquilo que atrapalha a nossa vida, é pecado?

— Claro que é! — respondeu dona Marta. Tudo que é contrário à vontade de Cristo é coisa ruim: a fome, a miséria, o egoísmo, a exploração, a injustiça.

Seu Paulo completou:

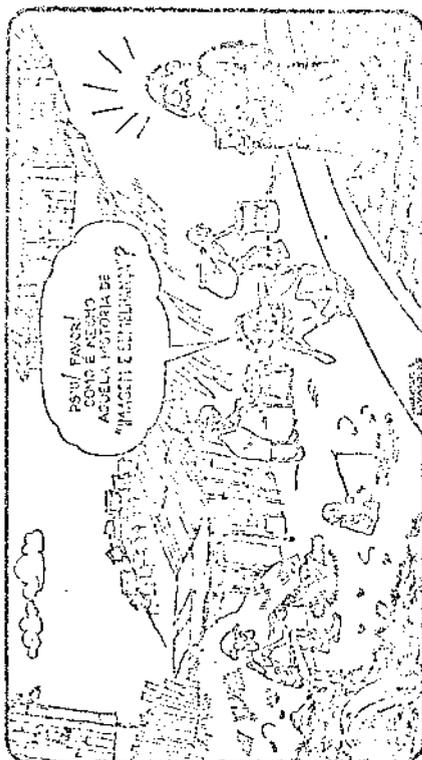
— A nossa união, a nossa luta pela justiça e pela igualdade, são maneiras de começar este Reino. E tudo isso é fruto da Graça.

Vamos responder: 1) Quais os pecados que atrapalham a nossa vida?

2) Que tipo de vida Jesus quer para nós?

A Missão da Igreja

"No campo social a Igreja teve sempre dupla preocupação: iluminar os espíritos... e entrar na ação para difundir as energias do Evangelho". (Rapu Paulo VI, "Octogesima Adveniens", 48).



Jesus mandou a Igreja anunciar e promover a libertação dos homens. Isso não pode ser feito só com palavras. A Igreja tem que arregaar as mangas e colocar-se do lado dos mais fracos.

Para seguir o exemplo de Jesus, a Igreja tem que se comprometer com todos os pobres que vivem em situação difícil; de fato, a melhor prova de que existe pecado no mundo é ver alguns segurarem as riquezas em suas mãos, deixando os outros viverem uma vida ruim. (Ver Mateus 11,5; Lucas 4,18).

É papel nosso, como Igreja, formar as consciências dos homens. A consciência de que a fé, a religião e a vida, estão muito ligadas no nosso dia-a-dia. A fé deve orientar todas as nossas atividades, também as que se referem ao campo político.

Não é a Igreja que deve governar a cidade, o Estado e o País. Mas é dever da Igreja denunciar as injustiças e os erros que estão atrapalhando a vida do povo.

A sociedade que está cheia de injustiças precisa ser mudada. Precisa ser transformada totalmente. A Igreja, através do Evangelho e do próprio exemplo, deve mostrar claro como deve ser essa sociedade de amor e de igualdade que Cristo tanto pregou.

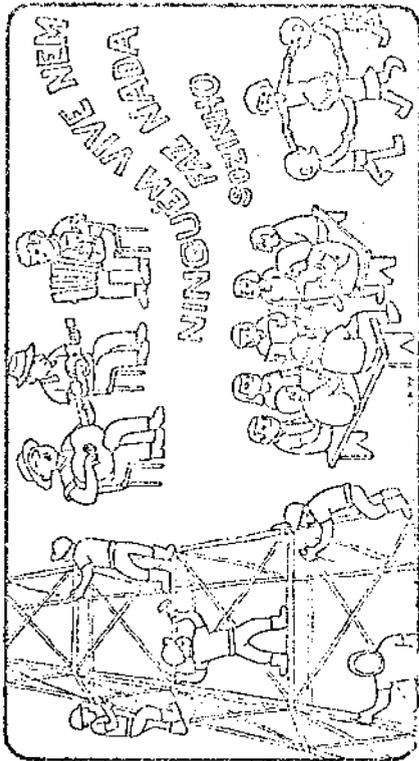
É o papel de todo cristão participar na construção dessa nova sociedade.

Vamos responder: 1) A nossa fé tem alguma coisa a ver com política?

2) Qual deve ser o papel da Igreja dentro da sociedade?

Todo homem é um ser social

"Ser social, o homem constrói o seu destino numa série de grupos particulares... que reclamam uma sociedade mais ampla... a sociedade política". (Papa Paulo VI, "Octogesima Adveniens", 24).



Uma pessoa não consegue sobreviver sozinha. Ela precisa da presença e da ajuda dos outros. O próprio Deus disse: "Não é bom que o homem esteja só" (Gênesis 2,18).

Até nas crianças a gente percebe este fato. Elas gostam de brincar em turminhas.

Viver em comunidade é importante. Uma pessoa isolada e sozinha é sempre infeliz.

Os jovens vivem organizando passeios, futebol, reuniões, danças.

Na capela, os cristãos se juntam para rezar e louvar ao Senhor. No sindicato, os trabalhadores se unem para lutar pelos seus direitos.

Como nasce a organização política da sociedade

Vimos que as pessoas têm necessidade de viver em pequenas organizações como: família, igreja, estado, sindicato, grupos de diversão, grupos de evangelização.

Além disso, as pessoas precisam de justiça, de segurança e de ordem, para que juntas possam trabalhar para o bem de todos.

Assim as pessoas criaram uma comunidade maior que pudesse garantir às famílias, às instituições, à população, um caminho tranqüilo baseado na paz, na justiça e na ordem.

Essa comunidade maior é a sociedade política. Assim como os estudantes estão organizados na escola, os fiéis na igreja, os pais e os filhos na família, os cidadãos estão organizados na sociedade política.

Esta sociedade é, atualmente, representada pelo Governo. Como um pai é diretamente responsável por sua família, o diretor é diretamente responsável por sua escola, o engenheiro diretamente responsável por sua obra, o Governo é o grupo de pessoas diretamente responsável pelo bem-comum — o bem de toda a população e de todo o País.

Vamos responder: 1) Aqui, entre nós, alguém pode dizer que não tem nada a ver com a sociedade política?
2) Na sociedade, qual é o papel do Governo?

Numa fábrica organizada, cada operário faz sua tarefa. Assim a produção cresce sempre mais.

Podemos perceber, enfim, que passamos a vida inteira participando de muitos grupos: família, escola, trabalho, igreja, diversão.

No Evangelho de São Marcos, capítulo 6, onde se fala da multiplicação dos pães, Jesus pediu que o povo se organizasse em grupos. Isso mostra como é importante, para o povo e para todas as pessoas, se organizar.

Um pedido feito por uma Comissão, com abaixo-assinado de todos os moradores, vale muito mais do que um morador da comunidade pedir sozinho.

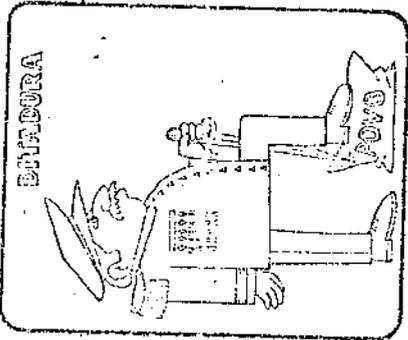
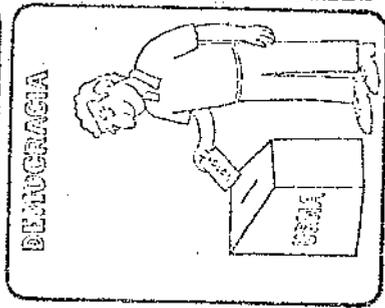
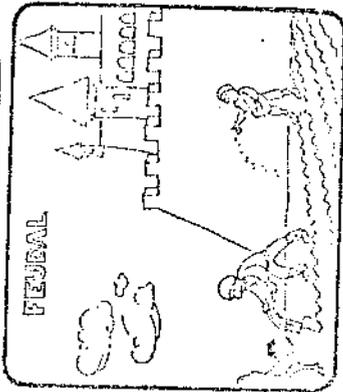
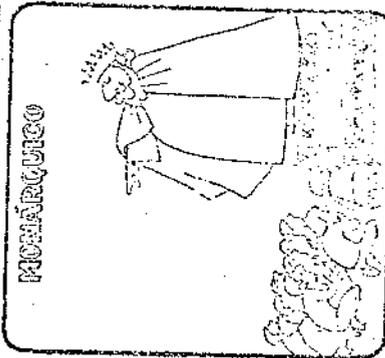
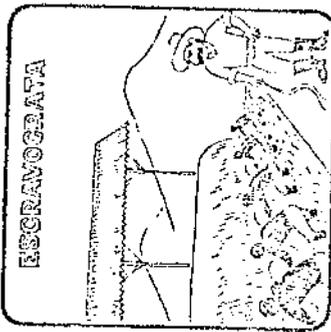
Se os operários formam um grupo grande no sindicato, eles vão ter muito mais força para exigir seus direitos.

Um grupo do Evangelho, refletindo e debatendo, consegue resolver melhor os problemas da comunidade. Muitas ca-beças, iluminadas pela luz do Evangelho, pensam melhor.

Quando as pessoas tomam parte nesses grupos, elas estão, de certo modo, tentando organizar a sociedade. Isto é também ação política.

Vamos responder: 1) Por que a união faz a força?
2) Fazer política é tarefa só de políticos? Por que?

Os vários tipos de sociedade



Ao longo dos séculos, a Humanidade conheceu vários tipos de sociedade política. No modelo tribal os povos antigos e os índios tinham tudo em comum, e não havia nem ricos, nem pobres. No modelo monárquico, o rei é que mandava e sua vontade era lei. No modelo escravocrata, quase todo o trabalho era feito pelas mãos dos escravos. No modelo feudal, os servos trabalhavam para os ricos senhores donos de terras. No modelo democrático, os governantes são eleitos pelo voto do povo e governam segundo as leis feitas pelos representantes do povo. No modelo ditatorial, o ditador, ou o grupo que ele representa, manda no povo e no país.

Nenhum desses modelos é perfeito ou definitivo. Não existe nenhuma sociedade onde nada mais precise ser mudado. Toda obra humana precisa ser constantemente aperfeiçoada.

Quando um Governo julga o seu modelo político o mais indicado para o povo e não aceita nenhuma crítica, é sinal de que este Governo caiu no pecado de querer mandar e esquecer seu dever de servir ao povo.

Dentro da sociedade, é papel da Igreja denunciar os sinais de pecado político: a riqueza do Estado feita às custas da pobreza do povo, as leis criadas para favorecer grupos privilegiados, o orgulho de um Governo que não aceita críticas. Por isso, quando a Igreja fala em defesa do povo, ela age como o Bom Pastor preocupado com o seu rebanho. Ninguém pode acusá-la de "se meter em política" ou querer fazer "subversão".

A Igreja deve ser a voz de Deus dentro da sociedade. Quando nós, que somos a Igreja, nos culamos diante das injustiças, estamos silenciando o próprio Senhor. É pela nossa boca que Ele faz ouvir a Sua voz.

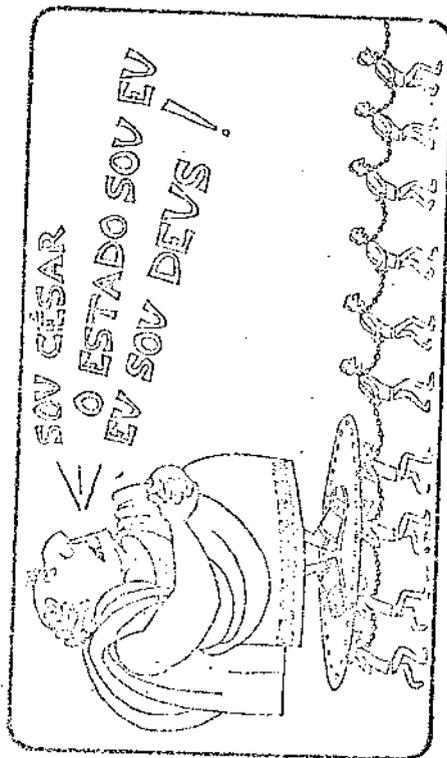
Vamos responder: 1) Quais os pecados políticos desse tipo de sociedade em que vivemos?

2) Descreva o tipo de sociedade em que você gostaria de viver.

Direitos e deveres do estado

"O poder político... deve ter como finalidade a realização do bem-comum no respeito às legítimas liberdades dos indivíduos, das famílias, e dos grupos substituídos" (Papa Paulo VI, "Octogesima Adveniens", 48).

As pessoas têm direitos e deveres. Todos nós temos o dever de trabalhar, de socorrer um homem atropelado, de defender o fraco humilhado pelo forte. Todos nós temos o direito de ganhar o suficiente sem precisar fazer horas-extras, de reclamar das más condições do trabalho, de exigir melhores transportes. O Estado também tem direitos e deveres.



Não é o Estado quem dá direitos às pessoas, às famílias e aos grupos sociais. Não é o Estado quem dá ao povo o direito de falar, de ser livre, de praticar a religião. É Deus. Deus dá a cada pessoa o direito à liberdade. O que o Estado não dá, o Estado não tem o direito de tomar. Se o Estado diminui o direito que o povo tem de ser livre, de falar a verdade e de praticar a religião, o Estado abusa de seu poder, faz violência contra os cidadãos. Abusar do poder é querer se comparar a Deus. Isto é um grave pecado político.

A obrigação do Governo é distribuir com justiça os bens da nação, para todos os cidadãos. É isso que faz a felicidade do povo. É dever do Estado não deixar ninguém sem escola, sem casa, sem água, sem alimento, sem roupa, sem transporte. O Governo não tem o direito de querer ficar rico, enquanto o povo fica cada vez mais pobre.

Conversa de compadres

— Me explica uma coisa, compadre. O Estado deve servir à gente, ou a gente deve servir ao Estado? — perguntou seu Curio.

Seu Lido respondeu:

— A pessoa humana apareceu na história do mundo muito antes de aparecer o Estado. Por isso, é o Estado que deve servir à gente. Deus deu a cada um de nós direitos que ninguém pode tirar: nós somos a raiz, o tronco e os frutos da sociedade.

Seu Curio deu um pulo:

— Peraí, compadre. Quer dizer que toda e qualquer pessoa é o ponto de partida, o centro e o ponto de chegada da sociedade?

— Isso mesmo. Uma sociedade que deixa gente na miséria, é uma sociedade desumana. Sociedade justa é a que não deixa ninguém no aperto.

Seu Lido explicou, ainda, que o Estado pode exigir das pessoas tudo aquilo e só aquilo que é necessário e útil para a realização do bem-comum.

— Me explica melhor esse bem-comum — pediu seu Curio.

O compadre, que era bem informado, falou:

— É fazer o bem a todo o povo, sem sacrificar a maioria para beneficiar a minoria.

— Os jornais sempre falam em “Estado de direito”. O que é isso?

— É quando o Estado respeita os direitos das pessoas, das famílias e dos grupos sociais. Ninguém pode ser preso sem estar provada a sua culpa. O trabalhador deve poder exigir justiça sem medo de perder o emprego. O político deve poder criticar o Governo sem medo de ser cassado.

— Quando é que o Estado passa a não ser mais de direito?

— Quando ele age com violência e faz a gente ter medo dele; quando ele usa a força acima do direito e faz a gente perder o respeito por ele; quando ele não respeita as leis e se julga todo-poderoso.

— O Estado pode dizer se a Igreja está certa, ou errada?

— O Estado tem o dever de respeitar a liberdade religiosa das pessoas. É Deus quem dá à Igreja o direito de anunciar o Evangelho. O Estado não pode dizer se a Igreja está certa ou errada quando anuncia o Evangelho. Perseguir a Igreja é perseguir a obra do Espírito de Deus presente entre nós.

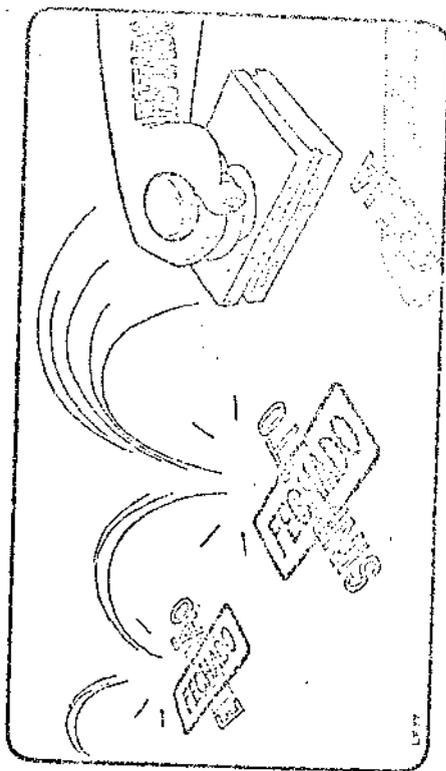
Vamos responder: 1) Quem dá ao povo o direito de falar, de ser livre, de lutar por seus interesses, de praticar a religião?

2) Na América Latina todos os países vivem em “estado de direito”? Por que?

16

Nossos deveres para com o estado

As pessoas e os grupos sociais têm deveres para com a sociedade, como: o dever de participar da política; o dever de pagar impostos; o dever de reconhecer as autoridades que foram legitimamente eleitas.



Mas o Estado não pode criar deveres que ferem os direitos do povo, como: proibir os sindicatos de lutar em favor do trabalhador; cobrar impostos acima das possibilidades do povo; impedir aos cidadãos de escolherem seus legítimos representantes.

Vamos responder: 1) Temos o dever de fazer qualquer coisa que a lei exigir? Por que?

2) Existem deveres que ferem os nossos direitos?

17

O bem comum é o bem do povo.

— Numa aula do Mobral o professor falava sobre o bem-comum:

— O bem-comum é o conjunto de tudo que a pessoa precisa para viver como gente. Por exemplo: ter casa decente, boa alimentação, roupa, escola, trabalho com salário justo, condição, tempo livre para descanso, assistência médica e dentária.

— Chama-se bem-comum, porque a distribuição desses bens deve ser justa para todos. Não se pode deixar ninguém de fora. Seja por motivo de religião, de raça, de política. Todos devem ter as mesmas oportunidades de melhorar as condições de vida.

Seu José, que ouvia com atenção, falou:

— Isso é muito bom. Mas na nossa sociedade não acontece assim. O que será que anda errado? A gente tem que descobrir.

Seu Manoel, que era outro aluno, perguntou ao professor:

— Quem é o responsável por esse tal de bem-comum?

— Bem-comum é responsabilidade nossa e de todas as organizações: escola, família, Estado, Centro comunitário, sindicato, e outras. A gente chama esses grupos de instituições. É importante a existência dessas instituições. Assim as pessoas não correm o risco de serem dominadas pelo Governo. Existem certas instituições, como INPS, FUNRURAL, que foram criadas para servir ao povo.

— É, professor, mas esse negócio de INPS não é mole não, respondeu seu Manoel. Ninguém atende direito. É uma fila que não acaba mais. Se a doença for grave a gente acaba morrendo sem ser atendido.

Seu João levantou o dedo e pediu a palavra:

— Eu estou pensando numa coisa. Se a Igreja trabalha também pelo bem-comum, por que será que ela é tão perseguida? Só por estar do lado dos pobres?

O professor começou a falar:

— O Governo não pode chamar de subversivo alguém que está trabalhando pelo bem-comum. Nem pode perseguir o sindicato que luta pelo bem dos trabalhadores. Outra coisa errada que o Governo não pode fazer é favorecer certas instituições só porque são do partido dele.

— O papel do Governo, enfim, é de animar a todas as pessoas e as instituições a participarem na luta e nas decisões que favoreçam o bem-comum. O bem de todos.

Vamos responder: 1) Na nossa sociedade todos têm as mesmas oportunidades de melhorar de vida? Por que?

2) O que é mais importante: o Governo ou o bem-comum? Por que?

Não há bem comum onde existe gente marginalizada



“Não é licito aumentar a riqueza dos ricos e o poder dos fortes, confirmando a miséria dos pobres e tornando maior a escravidão dos oprimidos”. (Papa Paulo VI, “Populorum Progressio”, 33).

A existência de populações marginalizadas é coisa tão comum que a gente pode observá-la em todos os lugares por onde andamos. Isso é a maior prova da não realização do bem-comum.

Então a gente se pergunta: quem são os marginalizados? São aquelas pessoas que são colocadas fora, à margem da sociedade, como se não pertencessem à sociedade, quando na verdade são parte, às vezes a maior parte dessa sociedade.

Ser marginalizado:

- é receber um salário injusto, que não dá para viver.
- é não poder frequentar uma escola.

20

— é ficar na fila do INPS mendigando atendimento médico e dentário.

— é passar fome.

— é morar em barracos sórdidos, horríveis.

Ser marginalizado, ainda, é:

— não ter nem um pedaço de terra pra plantação, porque as leis agrárias injustas fizeram com que poucos fazendeiros ficassem donos de tudo.

— é ser visto como objeto de favores e de esmolas.

— é ser levado pela propaganda.

— é não poder participar das decisões da sociedade, como na escolha dos governantes.

— é ficar por fora até da dignidade que Deus deu a todos os homens.

Ser marginalizado é, principalmente, não querer se libertar dessas condições ou situações.

E a gente volta a se perguntar: quais são as causas da marginalização?

São muitas. E vão crescendo cada vez mais, sempre que as grandes decisões são tomadas a fim de beneficiar os grupos dominantes. Todas as vezes que isso acontece, os interesses do povo ficam ainda mais distantes.

Sendo assim, a gente deve abrir os olhos para as coisas que andam acontecendo. Senão, vamos ser iguais ao lavrador que planta o arroz, mas não vigia os passarinhos. Os pardais vêm, comem toda a plantação e, quando chega a época de colheita, não há mais nada a colher. Assim, a gente fica faminta e não há mais jeito de recuperar o arroz e o tempo perdido.

A quem cabe a responsabilidade de corrigir esses males da sociedade?

Essa é uma tarefa não só do Governo. É também responsabilidade de todas as instituições e de todos nós que devemos colaborar na construção de uma sociedade justa.

Vamos responder: 1) Quem são os marginalizados aqui onde vivemos?

2) Quais as causas da marginalização?

21

A participação

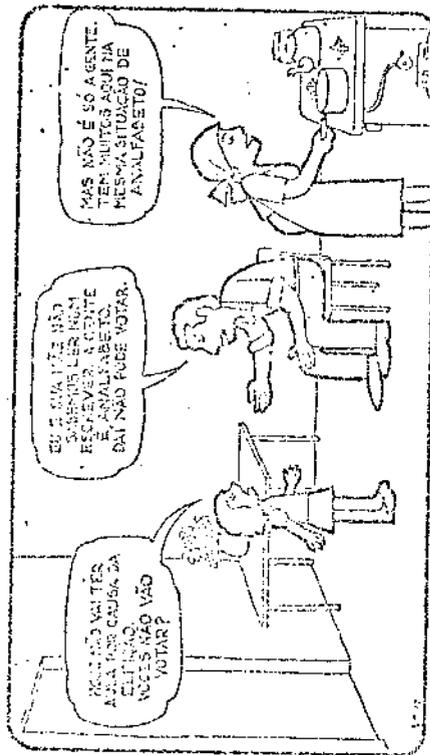
Num jogo de futebol, os jogadores participam de verdade. Eles estão dentro do campo. Chutam a bola. Fazem o gol. Por fora do campo está a platéia que assiste. Fica só olhando de fora, mas não pode chutar a bola. Não pode entrar em campo.

Na nossa sociedade, a gente não pode ficar fora de campo sem ter nem voz, nem vez, enquanto uma turminha fica com a bola no pé.

O dever principal do Governo é animar a participação consciente e responsável de todos no campo político, econômico e social.

Para isso, a educação, as escolas, o trabalho, a instrução, deveriam estar ao alcance de todos.

Participar na política



Aconteceu um dia, em Rancho Azul, na casa do senhor Alfredo.

— Rosinha, por que você não foi à escola hoje?

— Pôxa, pai! Então o senhor não lembra que hoje é dia 15 de novembro, dia das eleições? Hoje vão ser escolhidos os nossos verdadeiros.

— Pois é, minha filha, eu e sua mãe não frequentamos escola. Nós não sabemos nem ler, nem escrever, e nem assinar o nome. A gente é analfabeta, não pode votar.

Dona Mariquinha, que fazia o almoço pensativa, falou:

— E não é só nós não, minha filha. Tem muita gente por aqui que está na mesma situação. Nunca pode participar de nada. Só porque não estudou.

O ESTADO DEVE ANIMAR E DAR LIBERDADE DE PARTICIPAÇÃO, DE MANEIRA IGUAL, A TODOS OS GRUPOS QUE EXISTEM NA SOCIEDADE, COMO POR EXEMPLO: O SINDICATO DOS OPERÁRIOS E DOS LAVRADORES — A IGREJA — OS ESTUDANTES — O GRUPO DOS ARTISTAS E ESCRITORES — O GRUPO DE LÍDERES DO POVO.

Nesses grupos, como é que a gente participa de verdade?

a) quando pode dar opinião sobre o que anda acontecendo na sociedade;

b) quando pode escolher o que é melhor pra gente e poder tomar parte na decisão para mudar o que anda errado;

c) quando a gente pode se reunir para discutir os problemas e poder buscar as causas deles.

É preciso sempre se perguntar o porquê das coisas.

— Por que a gente recebe um salário tão baixo?

— Por que a gente está sendo expulso de nossos bairros?

— Por que o operário constrói edifícios a vida inteira e nunca consegue ter a sua casa própria?

— Por que o operário faz automóveis, mas nem sempre consegue comprar um?

Quando é que o Governo tira a gente fora de campo?

1. quando impede a gente de dar opinião;
2. quando deixa de informar a verdade sobre o que acontece, mandando censurar e proibir as boas revistas e os bons jornais;
3. quando cassam ou tiram o mandato dos políticos que falam a verdade;
4. quando impede a gente de participar na política e de escolher nossos candidatos.

Se o Governo age assim, não está agindo certo. Está ferindo o direito que o povo tem de participar.

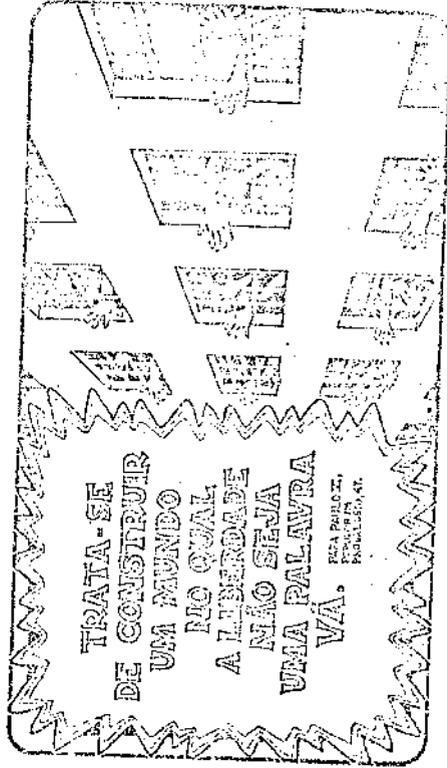
Quando isso acontece, o Governo faz a gente perder o costume, o interesse e a vontade de participar. Como se isso não fosse importante. A gente acaba se interessando apenas pelas novidades, pela lotaria, pelo futebol. A gente passa a discutir somente coisas sem importância. Com isso, não se aprende a ter ponto-de-vista sobre nada. A gente fica por fora, com medo de dar opinião sobre coisas sérias. E o Governo acaba decidindo tudo, sem levar em conta os nossos interesses. Então a gente fica impedido de colaborar na construção do bem-comum. Vê as coisas erradas, mas não pode fazer nada.

Assim, quem fica por fora das coisas, da política, está despolitizado, alienado. E isto é falta de formação política.

A Igreja tem o direito e o dever de colaborar na formação política do povo, para que ele possa participar de verdade na construção de uma nação mais justa e fraterna.

- Vamos responder: 1) Como a gente pode ter participação política?
2) Por que o operário constrói edifícios a vida inteira e nunca consegue ter casa própria?

VIVER EM SEGURANÇA COM MAIS LIBERDADE



Todas as pessoas devem viver em segurança. A segurança não pode ser privilégio de uma classe ou de um partido.

Em nome da segurança, não se pode provocar medo nem insegurança no povo. Em nome da segurança, não se pode pagar as pessoas sem provar antes a sua culpa.

Em nome da segurança, não se pode torturar ou fazer desaparecer pessoas.

Em nome da segurança, ninguém pode ser vítima da violência e da violência fáceis dos mandões que nunca são punidos.

A verdadeira segurança é aquela que faz o povo viver no uso de seus direitos, na felicidade de sua liberdade e na paz de uma verdadeira justiça social.

- Vamos responder: 1) Pode haver segurança sem liberdade?
2) Você se considera uma pessoa livre? Por quê?

Quando o governo não é eleito pelo povo

Toda sociedade atravessa alguns momentos de crise que ameaçam quebrar a sua unidade. Exemplos:

- quando um grupo de pessoas toma o poder, sem ser eleito pelo povo;
- quando o Congresso dos deputados e senadores é suspenso ou fechado;
- quando os políticos são cassados ou tirados da política;
- quando a vontade dos poderosos se coloca acima da lei.

Quando coisas como essas acontecem, a sociedade deixa de funcionar normalmente. Então se diz que ela entra num regime de exceção — ou seja, quem passa a governar faz as coisas sem consultar o povo.

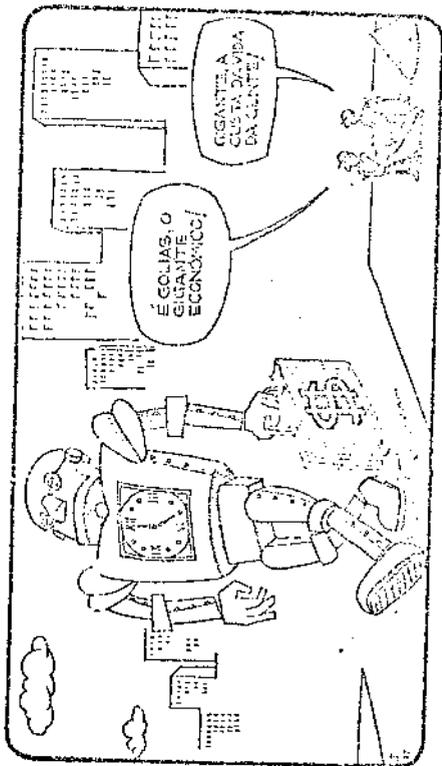
Mas, nenhum governo de exceção pode ficar no poder muito tempo com a desculpa de combater a subversão. Ele tem que ser provisório, durar muito pouco. Se ele durar muito, isso é subversão da parte do próprio governo.

O certo é o povo escolher os seus governantes e decidir como gosta de ser governado. Governar é servir ao povo.

Vamos responder: 1) Cite um exemplo de crise na sociedade brasileira.

2) É válido um Governo que não consulta o povo?

Desenvolvimento para favorecer as pessoas



“O desenvolvimento não se reduz a um simples crescimento econômico. Para ser autêntico, deve ser integral” (Papa Paulo VI, “Populorum Progressio”, 14.)

Quando uma criança se desenvolve, não cresce tudo: os braços, as pernas, o corpo. A criança não cresce por partes. Cresce aos poucos, mas tudo por igual. Senão ela fica aleijada.

Assim deveria ser a nossa sociedade. Se ela está em desenvolvimento, todos deveriam melhorar de vida de maneira igual:

- com mais comida na mesa;
- com mais escolas para nós e nossos filhos;
- com melhores casas para todos;
- com nosso trabalho melhor remunerado;
- com maiores possibilidades de cuidar bem de nossa saúde.

NUMA SOCIEDADE EM DESENVOLVIMENTO, AS RIQUEZAS NÃO DEVEM FICAR SÓ DE UM LADO, FAZENDO CRESCER A CLASSE PRIVILEGIADA. OS BENS DA NAÇÃO DEVEM SER DISTRIBUÍDOS DE MANEIRA IGUAL PARA TODOS.

Um povo se desenvolve:

- quando cresce em liberdade e participação;
- quando todos têm seus direitos respeitados;
- quando todos podem livremente se organizar nos partidos políticos e nos sindicatos;
- quando há/ica os seus representantes políticos;
- quando pode se defender das injustiças praticadas contra ele;
- quando pode falar ou escrever suas idéias sem censura autoritária.

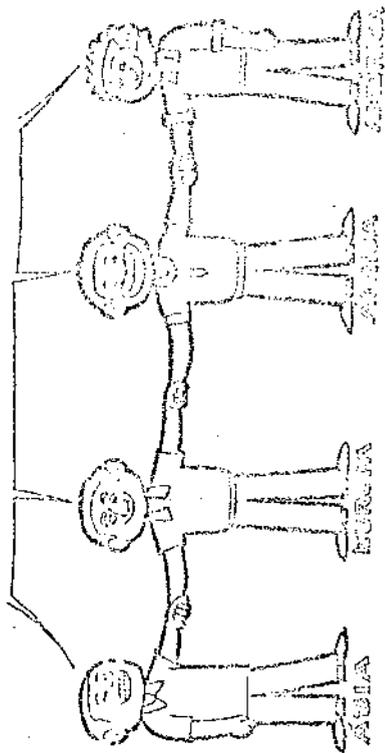
Desenvolver-se é participar. É poder viver na paz e na fraternidade, buscando melhoria de vida para todos. É poder alimentar esperanças e ter certeza de um futuro cada vez melhor.

.....

Vamos responder: 1) O que falta para a gente se desenvolver aqui onde vivemos?

2) Desenvolvimento é um presente que a gente ganha ou uma conquista que a gente faz?

A comunidade do mundo inteiro NÓS ESTAMOS DE ACORDO!



As grandes decisões políticas do mundo deveriam ser tomadas de comum acordo por todos os países. E essas decisões devem levar em conta as necessidades e os desejos de todos os povos, não só dos mais desenvolvidos.

São pecados contra a justiça entre os países:

- existirem países ricos e países pobres;
- um país mais forte explorar um país mais fraco;
- um país desenvolvido querer mandar num país subdesenvolvido;

Uma firma que existe em muitos países quer ser a única a vender o mesmo produto.

A Humanidade só encontrará a sua verdadeira felicidade no dia em que todos os povos viverem como irmãos.

.....

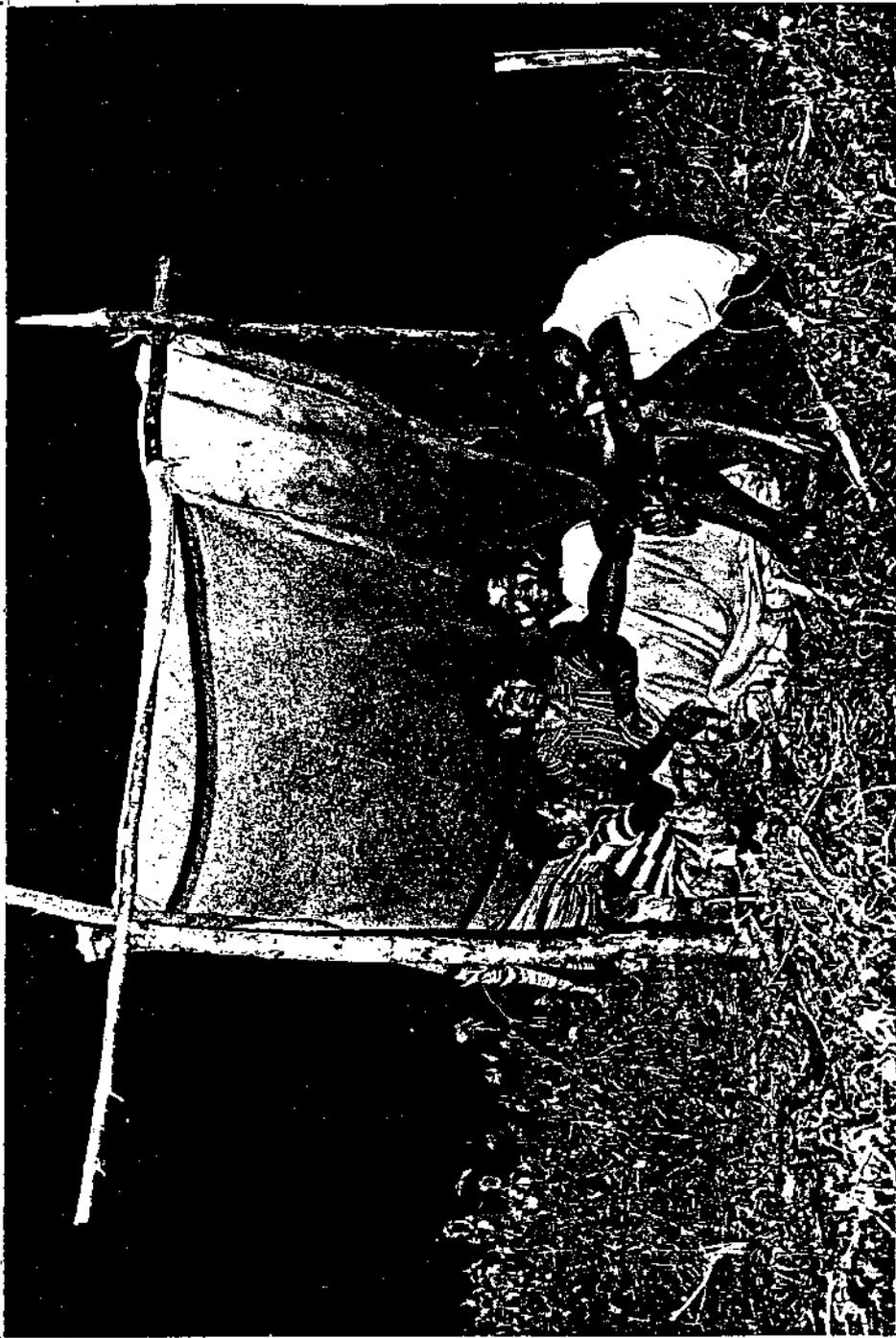
Vamos responder: 1) Somos um país rico ou um país pobre? Por quê?

2) Como é que um país pode explorar o outro?

Conclusão

Os Bispos do Brasil sabem que são difíceis os problemas de nossa terra. Mas têm esperança em Deus, "pai das luzes, de cujas mãos vêm todas as bênçãos e toda a possibilidade de fazer o bem" (S. Tiago 1,17). Têm também esperança nos homens de boa vontade. Sab a proteção de Nossa Senhora Aparecida, os bispos se sentem unidos a todos "que, nas mais diversas posições e situações, trabalham, lutam, sofrem e esperam por uma ordem política sempre mais cristã".

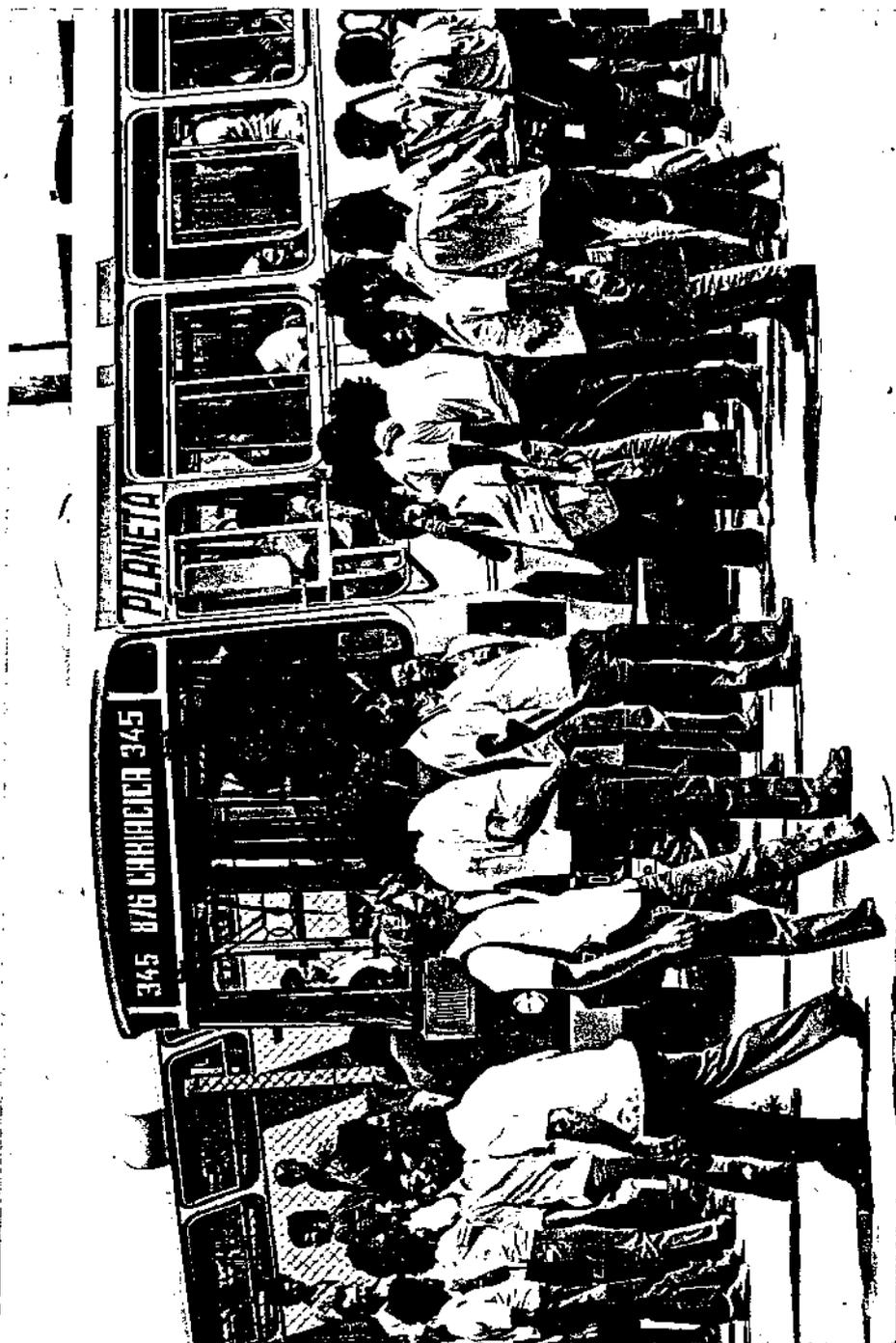
APÊNDICE



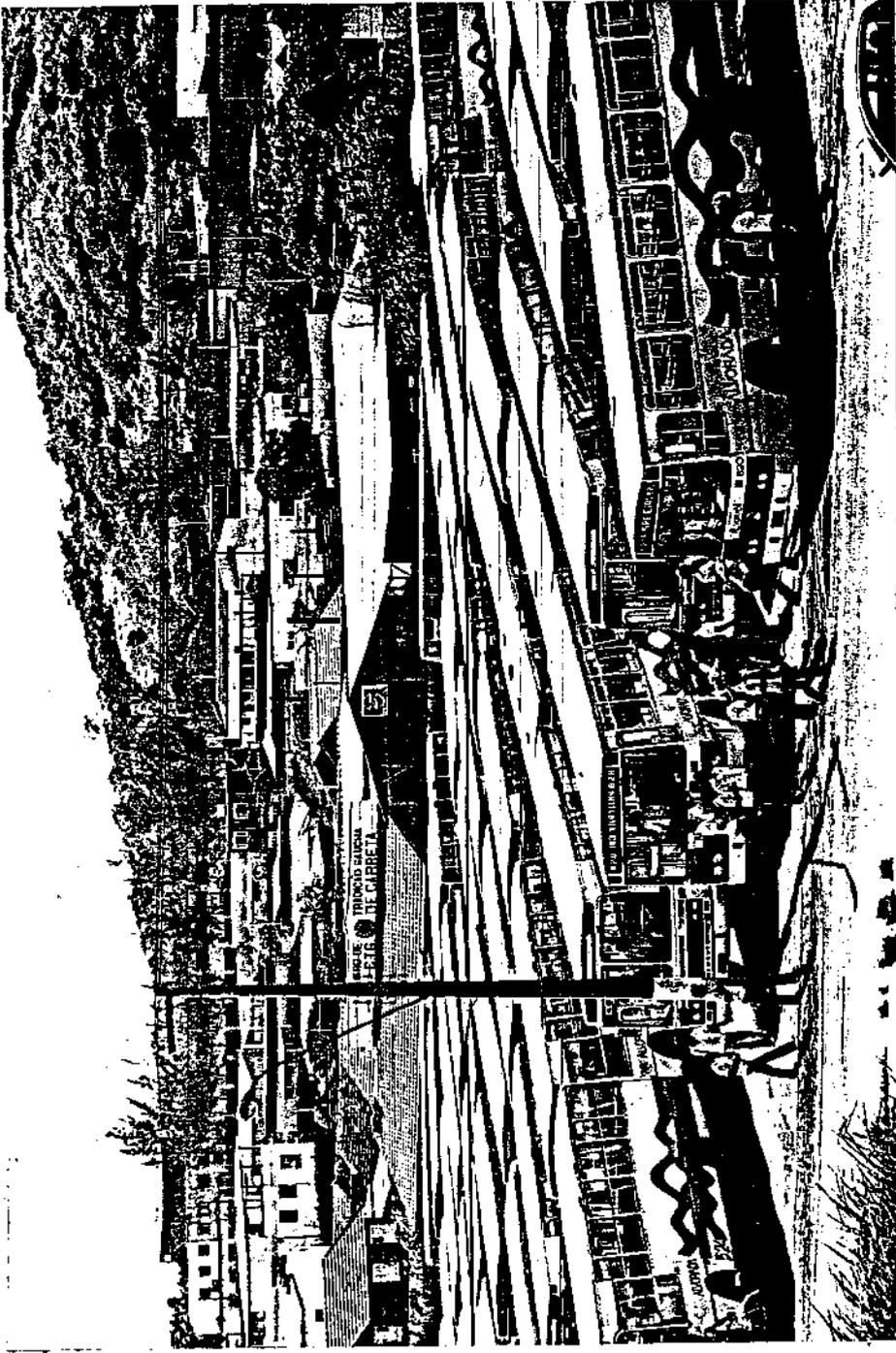
Família "abrigada" em terreno recém invadido no bairro de Itararé, Vitória-ES. (Foto de Gildo Loyola)



Início da Invasão - posteriormente reprimida pela polícia
mediante ação de despejo - no bairro de Itararé,
Vitória, ES. (Foto de Gildo Loyola)



Greve dos Motoristas e Cobradores de Ônibus da Grande Vi-
tória - 1ª greve ocorrida no Estado do ES no início de
1979, após os quinze anos de repressão.
(Foto de Gildo Loyola)



Onibus, motoristas e trocadores parados. (Foto de Gillo Loyola)



Primeira manifestação pública (passeata na avenida central de Vitória) que desencadeou a greve dos trabalhadores da Construção Civil em 1979. A última greve da categoria ocorreu em 1934. (Foto de Gildo Loyola)



Cena de um piquete da greve da Construção Civil que atingiu toda a categoria (mais de 30.000 trabalhadores).
(Foto de Gildo Loyola)



Ônibus superlotado: a rotina dos moradores/trabalhadores.
(Foto de Gildo Loyola)



A "abertura dos envelopes" que resultou na "quebra" do monopólio da Alvorada sobre as linhas internas-- a conquista do MTC. (Foto de Carlito Medeiros)



As "bases" do MTC presentes na abertura dos envelopes da concorrência pública que "quebrou" o monopólio da empresa Alvorada sobre as linhas internas do município de Vila Velha. (Foto de Carlito Medeiros)